

FUNDAÇÃO DO ABC - Mantenedora

CNPJ 57.571.275/0001-00

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	681.241	1.150.410	Empréstimos bancários		-	810.000
Estoques	5	185.847	44.463	Fornecedores		188.888	514.532
Outros créditos	6	39.033.101	42.322.883	Obrigações fiscais		77.078	86.461
		39.900.189	43.517.756	Obrigações sociais e trabalhistas	9	11.841.968	12.283.370
Não circulante				Provisões de férias	10	1.053.722	-
Bloqueio judicial	7	2.317.940	2.139.330	Outros passivos		288.805	136.634
Convênios e contratos a receber		199.992	199.992			13.450.461	13.830.997
Outros créditos	6	3.699.204	3.699.204	Não circulante			
Imobilizado	8	98.683.548	99.299.626	Provisão para contingências	11	4.452.386	2.284.041
		104.900.684	105.338.152			4.452.386	2.284.041
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		123.103.881	122.691.604
				Superávits acumulados		3.794.145	10.049.266
						126.898.026	132.740.870
Total do ativo		144.800.873	148.855.908	Total do passivo e patrimônio líquido		144.800.873	148.855.908

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado

	Nota	2020	2019
			(reapresentado)
Receitas operacionais			
Subvenção municipal	1 (vii)	22.028.000	17.435.000
Outras receitas		9.059.171	9.951.716
		31.087.171	27.386.716
Despesas operacionais			
Com pessoal		(8.958.681)	(8.064.371)
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(386.685)	(7.556)
Prestadores de serviços de terceiros	14	(7.791.472)	(4.236.565)
Administrativas e gerais	15	(7.002.897)	(412.917)
Atividades acadêmicas		(32.611)	(45.479)
Contingências e despesas judiciais		(3.206.596)	(4.199.230)
		(27.378.942)	(16.966.118)
Superávit antes do resultado financeiro		3.708.229	10.420.598
Receitas financeiras	16	103.427	106.065
Despesas financeiras	16	(17.511)	(477.397)
		85.916	(371.332)
Superávit do exercício		3.794.145	10.049.266

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Patrimônio	Déficits	Total
		social	acumulados	
Saldos em				
31 de dezembro de 2018		118.367.876	4.117.385	122.485.261
Ajuste do exercício anterior		2.244.942	-	2.244.942
Amortização do imobilizado		(2.038.599)	-	(2.038.599)
Superávit do exercício		-	10.049.266	10.049.266
Incorporação ao patrimônio social		4.117.385	(4.117.385)	-
Saldos em				
31 de dezembro de 2019		122.691.604	10.049.266	132.740.870
Ajuste do exercício anterior	12	(8.968.455)	-	(8.968.455)
Amortização do imobilizado		(668.534)	-	(668.534)
Déficit do exercício		-	3.794.145	3.794.145
Incorporação ao patrimônio social		10.049.266	(10.049.266)	-
Saldos em				
31 de dezembro de 2020		123.103.881	3.794.145	126.898.026

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	3.794.145	10.049.266
Ajustes do exercício anterior	(8.968.455)	2.244.942
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	2.168.345	615.545
Variações nos ativos e passivos:		
Estoques	(141.384)	817
Outros créditos	3.289.782	2.627.408
Bloqueio judicial	(178.610)	(138.115)
Fornecedores	(325.644)	53.749
Obrigações fiscais	(9.383)	15.343
Obrigações sociais e trabalhistas	(441.402)	2.184.673
Provisões de férias	1.053.722	-
Contratos a pagar	-	(1.041)
Outros passivos	152.171	(419.340)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	393.287	17.233.247
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(52.456)	(139.778)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(52.456)	(139.778)
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Amortização de empréstimos bancários	(810.000)	(16.235.501)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades financeiras	(810.000)	(16.235.501)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(469.169)	857.968
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.150.410	292.442
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	681.241	1.150.410
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(469.169)	857.968

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 2.400.927 e R\$ 2.161.251 respectivamente.

(vi) Mantenedora

Caracterizada como pessoa jurídica de direito privado, qualificada como Organização Social de Saúde e entidade filantrópica de assistência social, saúde e educação, a Fundação ABC foi criada em 1967 com intuito de viabilizar uma faculdade de medicina no Grande ABC. Foi instituída como fundação sem fins lucrativos pelos 3 municípios que encabeçam o ABC Paulista (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul). É declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André através do registro CMC nº 132.124-1 (PMSA). Em 2007 foi reconhecida como entidade Benemerita também pelas Câmaras de Vereadores de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

(vii) Subvenção

Conforme a alínea "a" do artigo 5º da Lei nº 1546, de 6 de setembro de 1967, os três municípios (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul) consignam mensalmente as subvenções obrigatórias à Fundação do ABC.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais

hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. Ganhos e perdas, quando ocorrem, na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	2.000	5.000
Banco conta movimento	20	1.031.544
Aplicações financeiras	679.221	113.866
	681.241	1.150.410

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 Estoques

Descrição	2020	2019
Material médico hospitalar	149.506	-
Material de limpeza e higiene	35	35
Material de manutenção	34.127	41.380
Outros materiais	2.179	3.048
	185.847	44.463

6 Outros créditos

Refere-se, substancialmente, a rateio a receber das despesas compartilhadas com as filiais da Fundação do ABC.

7 Bloqueio judicial

Compreende aos valores bloqueados das contas bancárias mantidas pela entidade, em decorrência dos processos judiciais em andamento.

8 Imobilizado

Descrição	2020	2019
Terrenos	67.307.710	67.307.710
Edifícios	45.346.021	44.943.332
Móveis e utensílios	1.323.782	1.528.404
Máquinas e equipamentos	311.840	503.362
Equipamentos hospitalares	-	66.211
Equipamentos de informática	547.149	747.287
Aparelhos e instrumentos	530.114	235.394
Linhas telefônicas	-	140

Software	120.740	103.060
Obras em andamento	416.100	416.100
(-) Depreciação acumulada	(17.219.908)	(16.551.374)
	98.683.548	99.299.626

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	-	5.407
IRRF a recolher	11.739.717	12.225.137
FGTS a recolher	78.534	21.733
Empréstimo consignado a pagar	23.346	31.093
Outros	372	-
	11.841.969	12.283.370

10 Provisões de férias

Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos.

11 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	1.055.812	496.473
Cível	3.396.574	1.787.568
	4.452.386	2.284.041

12 Ajustes do exercício anterior

Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente, dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

13 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020	2019
Material médico hospitalar	1.206	-
Material de limpeza e higiene	234	1.506
Material de COVID-19	382.742	-
Outros materiais	2.503	6.050
	386.685	7.556

14 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de limpeza hospitalar	229.305	245.192
Serviços de informática	1.230.443	1.143.132
Serviços de manutenção predial	164.883	155.958
Locação de veículos e equipamentos	162.058	281.361
Serviços de manutenção de equipamentos	57.796	70.967
Serviços administrativos	2.911.994	2.278.256
Serviços de motorista	57.910	52.351
Serviços de logística	-	2.067
Outros serviços	2.977.083	7.281
	7.791.472	4.236.565

15 Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Gêneros alimentícios	11.381	6.007
Material de conservação e reparo	7.451	32.702

Material de consumo administrativo	580.922	170.593
Utilidade pública (água, luz, telefone)	40.832	39.174
Seguros patrimoniais	-	12.887
Outras despesas	6.362.311	151.554
	7.002.897	412.917

16 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	103.427	106.065
	103.427	106.065
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(17.403)	(18.566)
Juros financeiros	-	(26.299)
Juros e multas de mora	(106)	(432.514)
Outras despesas financeiras	(2)	(18)
	(17.511)	(477.397)

17 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Fundação do ABC-Mantenedora não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC Mantenedora

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Mantenedora, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Mantenedora, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Consolidado

CNPJ 57.571.275/0001-00

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	92.987.572	81.660.037	Empréstimos bancários		-	810.086
Convênios e contratos a receber	7	210.895.438	211.158.999	Fornecedores	13	241.174.324	241.308.801
Mensalidades a receber	8	10.187.941	15.589.346	Obrigações fiscais	14	37.318.624	34.841.813
Atividades acadêmicas a receber		486.472	473.608	Obrigações sociais e trabalhistas	15	425.465.087	418.806.415
Estoques	9	34.765.293	19.295.305	Provisões de férias	16	170.007.572	-
Outros créditos	10	1.297.647	716.211	Obrigações acadêmicas		251.347	280.465
		350.620.363	328.893.506	Contratos a pagar		164.185	580.474
				Receitas antecipadas		-	3.620.061
Não circulante				Outros passivos		4.973.803	83
Bloqueio judicial	11	26.681.248	20.700.967			879.354.942	700.248.198
Mensalidades a receber	8	6.652.884	-	Não circulante			
Convênios e contratos a receber	7	5.251.977	5.251.977	Fornecedores	13	2.736.160	2.736.160
Outros créditos	10	12.869	12.869	Provisão para contingências	17	65.357.903	39.404.371
Imobilizado	12	102.162.244	103.333.177	Receitas antecipadas		1.113.909	1.066.199
		140.761.222	129.298.990			69.207.972	43.206.730
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(463.034.278)	(208.611.063)
				Superávits acumulados		5.852.949	(76.651.369)
						(457.181.329)	(285.262.432)
Total do ativo		491.381.585	458.192.496	Total do passivo e patrimônio líquido		491.381.585	458.192.496

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado

	Nota	2020	2019
			(reapresentado)
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Municipal		2.056.672.496	1.692.913.481
Contratos de gestão - Estadual		340.011.854	383.141.693
Convênios público - Municipal		280.776.956	97.263.637
Convênios público - Estadual		54.374.746	-
Parceria público - Municipal		2.750.939	3.181.059
Incentivo financeiro - Federal		4.021.777	-
Atividades acadêmicas		78.638.349	75.715.154
Subvenção municipal		22.028.000	17.435.000
Convênios de atendimentos médicos		54.105.925	43.732.839
Protocolo de pesquisas		8.780.310	7.355.883
Atendimentos particulares		1.169.250	1.842.731
Outras receitas		19.679.417	20.101.384
		2.923.010.019	2.342.682.861
Despesas operacionais			
Com pessoal		(1.743.798.223)	(1.515.610.431)
Medicamentos e insumos hospitalares	19	(235.132.927)	(175.194.478)
Prestadores de serviços médicos	20	(504.795.343)	(370.509.017)
Prestadores de serviços de terceiros	21	(285.764.211)	(231.099.927)
Administrativas e gerais	22	(63.888.546)	(50.836.291)
Atividades acadêmicas		(31.407.733)	(34.050.597)
Contingências e despesas judiciais		(39.125.087)	(34.952.878)
Bens de terceiros		(13.333.199)	(5.949.112)
		(2.917.245.269)	(2.418.202.731)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		5.764.750	(75.519.870)
Receitas financeiras	23	1.450.629	3.984.803
Despesas financeiras	23	(1.362.430)	(5.116.302)
		88.199	(1.131.499)
Superávit (déficit) do exercício		5.852.949	(76.651.369)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		(95.991.299)	(7.354.089)	(103.345.388)
Ajuste do exercício anterior		(101.085.253)	-	(101.085.253)
Amortização do imobilizado		(4.180.422)	-	(4.180.422)
Déficit do exercício		-	(76.651.369)	(76.651.369)
Incorporação ao patrimônio social		(7.354.089)	7.354.089	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		(208.611.063)	(76.651.369)	(285.262.432)
Ajuste do exercício anterior	18	(176.000.157)	-	(176.000.157)
Amortização do imobilizado		(1.771.689)	-	(1.771.689)
Superávit do exercício		-	5.852.949	5.852.949
Incorporação ao patrimônio social		(76.651.369)	76.651.369	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		(463.034.278)	5.852.949	457.181.329

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(reapresentado)
Superávit (déficit) do exercício	5.852.949	(76.651.369)
Ajustes do exercício anterior	(176.000.157)	(101.085.253)
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	25.953.532	18.914.677
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	263.561	76.669.068
Mensalidades a receber	(1.251.479)	(1.342.630)
Atividades acadêmicas a receber	(12.864)	1.314.147
Estoques	(15.469.988)	(3.779.678)
Outros créditos	(581.436)	25.578
Bloqueio judicial	(5.980.281)	(4.374.627)
Fornecedores	(134.477)	12.235.363
Obrigações fiscais	2.476.811	1.167.050
Obrigações sociais e trabalhistas	6.658.672	119.178.521
Provisões de férias	170.007.572	-
Obrigações acadêmicas	(29.118)	(59.991)
Contratos a pagar	(416.289)	(124.615)
Receitas antecipadas	(3.572.351)	(11.535.917)
Outros passivos	4.973.720	(6.352)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	12.738.377	30.543.972
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(600.756)	(1.067.517)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(600.756)	(1.067.517)
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Amortização de empréstimos bancários	(810.086)	(17.914.757)
Caixa líquido aplicado nas atividades financeiras	(810.086)	(17.914.757)
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	11.327.535	11.561.698
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	81.660.037	70.098.339
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	92.987.572	81.660.037
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	11.327.535	11.561.698

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

Em 2007 foi reconhecida como Entidade Benemérita pelas Câmaras de Vereadores de São Bernardo e São Caetano e, em 2009, pela Câmara de Santo André. A Faculdade de Medicina do ABC foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 64.062, de 5 de fevereiro de 1969, e reconhecida pelo Decreto Federal nº 76.850, de 17 de dezembro de 1975, publicado no Diário Oficial da União em 19 de dezembro de 1975. Primeira mantida da Fundação do ABC, a Faculdade de Medicina do ABC abriga hoje nove cursos de graduação na área de Ciências da Saúde: Medicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição, Gestão em Saúde Ambiental, Tecnologia em Gestão Hospitalar e Tecnologia em Radiologia. Tem como missão promover o ensino, a pesquisa, a assistência e a extensão segundo critérios de excelência acadêmica. No final de 2017, a Faculdade de Medicina foi aprovada como centro universitário pelo Ministério da Educação (MEC). Com validade de cinco anos, a habilitação foi publicada pelo Ministério da Educação, na edição de 12 de novembro de 2018 do Diário Oficial da União, formalizando o Centro Universitário Saúde ABC.

Com o passar dos anos, a Fundação do ABC começou a ser encarada como parceira estratégica das prefeituras do Grande ABC para a gestão e assistência em saúde. Com o braço de ensino da Faculdade de Medicina do ABC, hoje a Fundação do ABC está à frente de diversas unidades de saúde denominadas mantidas – modelo em que a gestão plena dos equi-

pamentos está a cargo da FUABC, tanto na área administrativa como na clínica, sob diretrizes pré-estabelecidas pelo parceiro (Município ou Governo do Estado ou outro Ente Federativo).

É mantenedora de 16 hospitais e 4 AMEs (Ambulatórios Médicos de Especialidades), além da Faculdade de Medicina do ABC e de uma Central de Convênios, que atua por meio de contratos de gestão e convênios. Criada em 2007 para prestar serviços relacionados a necessidades específicas em saúde, a Central de Convênios é hoje a maior unidade da Fundação do ABC. Atua tanto na assistência à saúde da população quanto nas áreas administrativas e de serviços gerais de UPAs (Unidades de Pronto Atendimento), UBSs (Unidades Básicas de Saúde), PID (Programa de Internação Domiciliar), CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), PSF (Programa de Saúde da Família) e SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), entre outros. Em 2014, a Fundação do ABC assumiu a gestão de dois equipamentos estaduais: o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário (CHSP), na Capital e o Instituto de Infectologia Emílio Ribas II do Guarujá.

Em 2015, incorporou três unidades em Guarulhos: Policlínica do Jardim Maria Dirce, Policlínica do Jardim Paraíso e UPA do Jardim São João Lavras.

Em 2020 assumiu quatro unidades: Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista, Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba, Ambulatório Médico de Especialidades – AME Santos e Centro de Reabilitação Lucy Montoro.

Desta forma, as unidades sob gestão da Fundação do ABC são:

- Faculdade de Medicina do ABC
- Hospital Estadual Mário Covas de Santo André
- Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein de Santo André
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Santo André
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Mauá
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Praia Grande
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Itapevi
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Sorocaba
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Santos
- Hospital Nardini e Complexo de Saúde de Mauá - COSAM
- Complexo Hospitalar de São Bernardo (Hospital Anchieta, Hospital Municipal Universitário, Hospital Municipal de Clínicas José Alencar e Pronto Socorro Central)
- Complexo Hospitalar de São Caetano (Hospital Márcia Braidó, Hospital Maria Braidó, Hospital de Emergências Albert Sabin, Hospital São Caetano, Hospital da Mulher e Complexo Municipal de Saúde)
- Complexo Hospitalar Irmã Dulce de Praia Grande
- Instituto de Infectologia Emílio Ribas II do Guarujá
- Hospital Estadual de Francisco Morato "Prof. Carlos da Silva Lacaz"

- Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário (CHSP)
- Hospital Municipal Central de Osasco Antonio Giglio
- UPA Rodeio 24h – Mogi das Cruzes
- Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde – São Mateus
- UPA 24h Central – Santos
- Mogi das Cruzes II
- Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista
- Centro de Reabilitação Lucy Montoro
- Central de Convênios (a Central gerencia mais de 20 planos de trabalhos específicos, entre os quais todas as UPAs de Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul, Rio Grande da Serra, Mauá, Ribeirão Pires, Caieiras, Guarulhos, Interlagos, Assistência Social, Hospital São Mateus, Hospital Mogi das Cruzes, Rede de Estratégia de saúde da Família de Itatiba, Santo André Dislexia)

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS
De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 467.337.924 e R\$ 406.183.596 respectivamente.

(vi) Fontes de receita

Os recursos da Fundação do ABC e suas filiais são provenientes dos instrumentos celebrados com entes públicos para o fomento, gerenciamento e execução de serviços de saúde nas unidades hospitalares.

Durante o exercício de 2020, em decorrência do coronavírus, governos municipais, estadual e federal disponibilizaram recursos financeiros para o enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública, por meio de aditivos contratuais.

Na faculdade de medicina, a receita é proveniente das atividades acadêmicas de graduação e pós graduação, e dos convênios pelos atendimentos hospitalares e particulares prestados.

Na mantenedora, a receita é oriunda da subvenção municipal respaldada pela lei municipal.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos e convênios a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado

Itens do imobilizado adquiridos com os recursos próprios são mensurados

pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. Ganhos e perdas, quando ocorrem, na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

Impairment dos ativos

A administração julga que os itens registrados como ativo imobilizado não compõem, individualmente ou em grupos, de unidades geradoras de caixa, razão pelo qual não foi realizado o teste de recuperabilidade dos ativos, conforme o Comunicado Técnico CPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

a. Redução valor recuperável de ativos

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

b. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

5 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Entidade, estão abaixo apresentadas. A Entidade pretende adotá-las se cabível quando entrarem em vigência.

• Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 - Presentation of Financial Statements (correlato ao CPC 26 (R1)-Apresentação das Demonstrações Contábeis), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/23. A Entidade não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

• Alteração das normas CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8 – Definição de materialidade. Fornece uma nova definição de material que afirma. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações contábeis. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/21. A Entidade não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

6 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	19.878	22.179
Banco conta movimento	10.053.302	7.538.157
Aplicações financeiras	82.914.392	74.099.701
	92.987.572	81.660.037

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos e poupanças, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

7 Contratos e convênios a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão e dos convênios firmado com as prefeituras municipais e governo estadual pelo serviço de saúde prestado a população.

8 Mensalidades a receber

Refere-se às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino na graduação e na pós-graduação.

9 Estoques

Descrição	2020	2019
Medicamentos	14.395.292	7.721.421
Material médico hospitalar	16.835.333	8.708.074
Gases industriais e medicinais	277.866	48.741
Dieta enteral e parenteral	65.025	56.425
Material de limpeza e higiene	554.504	252.307
Material de manutenção	1.467.331	1.319.368
Outros materiais	1.169.942	1.188.969
	34.765.293	19.295.305

10 Outros créditos

Refere-se aos saldos de adiantamentos de despesas e de cartões de créditos a receber.

11 Bloqueio judicial

Compreende aos valores bloqueados das contas bancárias mantidas pela entidade, em decorrência dos processos judiciais em andamento.

12 Imobilizado

Descrição	2020	2019
Terrenos	67.307.710	67.307.710
Edifícios	45.346.021	44.943.332
Veículos	511.883	511.883
Móveis e utensílios	26.258.109	26.369.653
Máquinas e equipamentos	8.263.769	8.289.365
Equipamentos hospitalares	36.163.469	36.180.486
Equipamentos de informática	6.829.022	6.937.278
Aparelhos e instrumentos	8.587.067	8.174.727
Linhas telefônicas	384.071	384.211
Software	1.824.555	1.776.275
Livros técnicos	62.357	62.357
Obras em andamento	416.100	416.100
(-) Depreciação acumulada	(99.791.889)	(98.020.200)
	102.162.244	103.333.177

13 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

14 Obrigações fiscais

Descrição	2020	2019
COFINS retido de serviços a recolher	21.112.744	19.366.002
INSS retido de serviços a recolher	9.559.449	9.307.355
IRRF retido de serviços a recolher	5.739.671	5.255.154
ISS a recolher	906.760	913.302
	37.318.624	34.841.813

15 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	83.450.288	71.505.402
Rescisões a pagar	373.404	11.248.787
IRRF a recolher	272.908.382	266.671.418
FGTS a recolher	52.447.905	52.893.966
INSS sobre autônomos a recolher	9.192.431	7.170.848
Férias a pagar	884.815	3.723.742
Empréstimo consignado a pagar	3.851.797	3.638.405
Outros	2.356.065	1.953.847
	425.465.087	418.806.415

16 Provisões de férias

Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos.

17 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	45.100.841	25.674.419
Cível	20.257.062	13.729.952
	65.357.903	39.404.371

18 Ajustes do exercício anterior

Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente, dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

19 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020	2019
Medicamentos	79.688.206	61.065.295
Material médico hospitalar	111.563.662	71.284.946
Órtese e prótese	10.499.040	13.859.992
Material de laboratório	16.333.605	14.712.685
Gases industriais e medicinais	7.285.701	5.321.615
Dieta enteral e parenteral	3.532.211	3.645.320
Material de limpeza e higiene	3.295.259	2.677.397
Material de COVID-19	382.742	-
Outros materiais	2.552.501	2.627.228
	235.132.927	175.194.478

20 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

21 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de limpeza hospitalar	96.502.355	78.051.568
Serviços de informática	16.213.410	14.100.778
Serviços de vigilância	23.155.402	18.833.665
Serviços de manutenção predial	29.932.531	22.582.239
Serviços de refeitório	26.877.751	22.709.412
Locação de veículos e equipamentos	11.579.821	5.842.136
Serviços de lavanderia hospitalar	20.591.549	14.639.096
Serviços de manutenção de equipamentos	14.744.064	12.570.019

Serviços administrativos	11.128.558	12.840.891
Serviços de motorista	11.139.939	11.050.120
Serviços de logística	5.294.618	4.985.436
Serviços de portaria	6.814.256	5.061.503
Outros serviços	11.789.957	7.833.064
	285.764.211	231.099.927

22 Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Gêneros alimentícios	18.415.136	12.797.843
Material de conservação e reparo	6.449.715	6.734.908
Material de consumo administrativo	10.916.897	8.259.199
Utilidade pública (água, luz, telefone)	15.296.946	16.849.186
Seguros patrimoniais	1.103.977	1.151.826
Outras despesas	11.705.875	5.043.329
	63.888.546	50.836.291

23 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.450.629	3.860.803
Outras receitas financeiras	-	124.000
	1.450.629	3.984.803
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(684.051)	(589.673)
Juros financeiros	(217.284)	(2.018.833)
Juros e multas de mora	(430.262)	(2.488.932)
Outras despesas financeiras	(30.833)	(18.864)
	(1.362.430)	(5.116.302)

24 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Fundação do ABC-Consolidado não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC Consolidado

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Consolidado, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Consolidado, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020, referentes a: a) não recebimento das respostas de circularização e ausência de apresentação de ações de cobrança, judicial ou extrajudicial, referentes aos exercícios de 2015 e 2016 de créditos a receber; b) Pela não atualização de impostos retidos e não recolhidos; c) ausência de reconhecimento contábil de 1/3 sobre a provisão de férias.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude

pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 08 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

INSS sobre autônomos a recolher	28.857	35.744
Outros	663	760
	417.743	411.955

9 - Provisões de férias. Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.
10 - Provisão para contingências. A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	15.121	-
	15.121	-

11 - Ajustes do exercício anterior Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

12 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020	2019
Medicamentos	136.871	64.964
Material médico hospitalar	319.979	150.542
Gases industriais e medicinais	71.223	41.399
Material de limpeza e higiene	116.525	53.713
Outros materiais	3.854	4.752
	648.452	315.370

13 - Prestadores de serviços médicos. Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.
14 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de informática	321.933	140.860
Serviços de vigilância	172.385	144.153
Serviços de manutenção predial	18.431	-
Locação de veículos e equipamentos	161.050	59.020
Serviços de lavanderia hospitalar	27.709	13.661
Serviços de manutenção de equipamentos	180.705	42.110
Serviços administrativos	448.288	311.181
Serviços de motorista	6.237	3.124
Serviços de portaria	208.552	106.488
Outros serviços	28.450	9.222
	1.573.740	829.819

15 - Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Gêneros alimentícios	11.173	5.416
Material de conservação e reparo	56.662	13.736
Material de consumo administrativo	120.243	33.888
Utilidade pública (água, luz, telefone)	330.087	203.162
Seguros patrimoniais	7.105	7.105
Outras despesas	14.676	9.996
	539.946	273.303

16 - Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		

Rendimento de aplicações financeiras	10.057	28.805
	10.057	28.805
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(6.703)	(10.034)
	(6.703)	(10.034)

17 - Cobertura de seguros. Em 31 de dezembro de 2020, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio, raio e explosão	R\$ 6.878.117
Recomposição de documentos	R\$ 10.000
Danos elétricos	R\$ 50.000
Vendaval e granizo	R\$ 50.000
Impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves	R\$ 50.000
Roubo e furto de bens mediante arrombamento	R\$ 200.000
Despesas fixas	R\$ 50.000
Vídros	R\$ 50.000
Tumultos	R\$ 50.000
Equipamentos e mercadoria local terceiros	R\$ 50.000
Responsabilidade civil – operações	R\$ 50.000

DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN Presidente da Fundação do ABC
HELENO TEIXEIRA PASSETTO Contador - CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC. Ambulatório de Especialidades Médica – AME – Itapevi.
Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – Itapevi, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – Itapevi, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outros assuntos. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração

de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Itapevi, 26 de março de 2021.
UNITY AUDITORES INDEPENDENTES CRC 2SP026236.
EDISON RYU ISHIKURA Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 08 de Abril de 2021.
MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André.
ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo.
ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

do. **10 - Provisão para contingências.** A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	55.772	110.000
	55.772	110.000

11 - Ajustes do exercício anterior. Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

12 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020	2019
Medicamentos	50.928	45.356
Material médico hospitalar	194.772	175.077
Gases industriais e medicinais	3.336	2.397
Material de limpeza e higiene	43.528	33.652
Outros materiais	60	150
	292.624	256.632

13 - Prestadores de serviços médicos. Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de informática	187.973	186.317
Serviços de vigilância	7.957	7.392
Serviços de manutenção predial	50.937	680.877
Serviços de lavanderia hospitalar	20.248	18.779
Serviços de manutenção de equipamentos	200.672	167.656
Serviços administrativos	278.865	329.758
Outros serviços	867	2.597
	747.519	1.393.376

15 - Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Gêneros alimentícios	7.099	12.255
Material de conservação e reparo	44.881	177.978
Material de consumo administrativo	49.736	60.706
Utilidade pública (água, luz, telefone)	196.654	192.599
Seguros patrimoniais	6.576	6.576
Outras despesas	5.938	5.797
	310.884	455.911

16 - Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	8.768	32.348
	8.768	32.348
Despesas financeiras		

Tarifas e serviços bancários	(7.800)	(7.537)
	(7.800)	(7.537)

17 - Cobertura de seguros. Em 31 de dezembro de 2020, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	R\$ 7.000.000
Alagamento e inundação	R\$ 150.000
Danos elétricos	R\$ 500.000
Responsabilidade civil operações	R\$ 500.000
Roubo e furto mediante arrombamento	R\$ 350.000

DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN Presidente da Fundação do ABC
HELENO TEIXEIRA PASSETTO Contador - CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC.Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Mauá. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Mauá, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Mauá, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos.** Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a

não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Mauá, 26 de março de 2021. **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES** CRC 2SP026236. **EDISON RYU ISHIKURA** Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 08 de Abril de 2021. **MARISTELA BAQUINI.** Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA.** Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI.** Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - AME PRAIA GRANDE

CNPJ 57.571.275/0010-93

Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanço Patrimonial									
Ativo		Nota	2020	2019			Nota	2020	2019
Circulante				(reapresentado)	Passivo e patrimônio líquido				(reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa		4	1.582.596	1.841.198	Circulante				
			1.582.596	1.841.198	Fornecedores		5	183.297	186.150
					Obrigações fiscais		6	117.834	105.849
					Obrigações sociais e trabalhistas		7	291.681	314.070
					Provisões de férias		8	332.448	-
					Outros passivos			16.254	23.258
								941.514	629.327
					Não circulante				
					Provisão para contingências		9	436.078	657.086
								436.078	657.086
					Patrimônio líquido				
					Patrimônio social			239.295	876.884
					Déficits acumulados			(34.291)	(322.099)
								205.004	554.785
Total do ativo			1.582.596	1.841.198	Total do passivo e patrimônio líquido			1.582.596	1.841.198
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis									

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020						
Contratado x Realizado - Exercício 2020			1º Semestre			
Consultas Médicas			2º Semestre			
	Contratado	Realizado	Variação %	Contratado	Realizado	Variação %
Primeiras Consultas Rede	16.050	8.090	(49,60)	16.050	14.406	(10,24)
Interconsultas	5.400	7.807	44,57	5.400	6.443	19,31
Consultas Subsequentes	15.600	11.979	(23,21)	15.600	15.826	1,45
Total	37.050	27.876	(24,76)	37.050	36.675	(1,01)
Consultas Médicas (Com Telemedicina)						
	Contratado	Realizado	Variação %	Contratado	Realizado	Variação %
Primeiras Consultas Rede	16.050	8.090	(49,60)	16.050	14.406	(10,24)
Interconsultas	5.400	7.807	44,57	5.400	6.443	19,31
Consultas Subsequentes	15.600	11.979	(23,21)	15.600	15.826	1,45
Total	37.050	27.876	(24,76)	37.050	36.675	(1,01)
Consultas Não Médicas / Procedimentos Terapêuticos Não Médicos						
	Contratado	Realizado	Variação %	Contratado	Realizado	Variação %
Consultas Não Médicas	7.200	7.118	(1,14)	7.200	8.719	21,10
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	3.600	2.073	(42,42)	3.600	3.349	(6,97)
Total	10.800	9.191	(14,90)	10.800	12.068	11,74
Consultas Não Médicas / Procedimentos Terapêuticos Não Médicos (Com Telemedicina)						
	Contratado	Realizado	Variação %	Contratado	Realizado	Variação %
Consultas Não Médicas	7.200	7.118	(1,14)	7.200	8.719	21,10
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	3.600	2.073	(42,42)	3.600	3.349	(6,97)
Total	10.800	9.191	(14,90)	10.800	12.068	11,74
Atividade Cirúrgica						
	Contratado	Realizado	Variação %	Contratado	Realizado	Variação %
Cirurgias ambulatoriais CMA	924	940	1,73	1.004	1.224	21,91
Cirurgias ambulatoriais CMA	1.920	1.806	(5,94)	1.750	2.225	27,14
Total	2.844	2.746	(3,45)	2.754	3.449	25,24
SADT Externo						
	Contratado	Realizado	Variação %	Contratado	Realizado	Variação %
Diagnóstico por Radiologia	3.900	2.819	(27,72)	3.900	3.633	(6,85)
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	7.470	6.115	(18,14)	7.470	7.386	(1,12)
Diagnóstico por Endoscopia	1.710	791	(53,74)	1.710	1.611	(5,79)
Métodos Diagnósticos em Especialidades	3.642	2.834	(22,19)	3.642	4.820	32,34
Total	16.722	12.559	(24,90)	16.722	17.450	4,35

1 - Contexto operacional. (i) **Objetivo social.** A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. (ii) **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. (iii) **Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. (iv) **PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. (v) **Isonção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 1.093.490 e R\$ 1.121.572 respectivamente. (vi) **Ambulatório de Especialidades Médicas – AME – O.S.S – Praia Grande.** O AME Praia Grande é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 4 de março de 2009, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0010-93, com sede na Rua Walter José Alves, nº 485, no bairro Vila Mirim, na cidade de Praia Grande, no estado de São Paulo. O Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de Praia Grande está sob gestão da Fundação do ABC desde o primeiro dia de funcionamento, inaugurado em agosto de 2009 pelo Governo do Estado. A unidade é referência em serviços de média complexidade para sete municípios no Litoral Sul. A unidade em Praia Grande conta com 15 especialidades à disposição da população e cerca de 20 tipos de exames, além de pequenas cirurgias. Também dispõe de serviço ambulatorial composto por primeira consulta, interconsulta, retornos, procedimentos terapêuticos não médicos e cirurgias ambulatoriais. (vii) **Contrato de gestão.** Em 1 de novembro de 2018, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão Modelo para serviços hospitalares, exclusivamente ambulatoriais e outros tipos de serviços – excluindo-se laboratórios, Processo nº 001.0500.000.019/2018, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades de Praia Grande – AME Praia Grande, pelo período de cinco anos. **2 - Apresentação das demonstrações contábeis.** **2.1 Base de apresentação.** As demonstra-

ções contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4 Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5 Instrumentos financeiros. (i) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis. (ii) **Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. **2.6 Reapresentação das demonstrações contábeis.** As demonstrações contábeis do exercício de 2019 estão sendo reapresentadas, em decorrência da alteração da nomenclatura das contas, bem como da reclassificação dos saldos entre as contas ativas, passivas e de resultado para melhor transparência e para efeitos comparativos com o exercício de 2020, não alterando o saldo total dos grupos de contas. **3 - Principais práticas contábeis adotadas. 3.1 Descrição das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: (a) **Caixa e equivalentes em caixa.** Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. (d) **Ativo circulante.** Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. (e) **Imobilizado e bens de terceiros.** Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por

Demonstração de Resultado			
	Nota	2020	2019
		(reapresentado)	
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1(vii)	18.740.631	19.075.339
		18.740.631	19.075.339
Despesas operacionais			
Com pessoal		(4.080.187)	(4.184.970)
Medicamentos e insumos hospitalares	11	(404.192)	(380.478)
Prestadores de serviços médicos	12	(9.678.161)	(10.230.358)
Prestadores de serviços de terceiros	13	(4.261.787)	(4.060.995)
Administrativas e gerais	14	(302.234)	(339.232)
Atividades acadêmicas		(9.859)	(47.889)
Contingências e despesas judiciais		(87.966)	(249.875)
Bens de terceiros		-	(9.011)
		(18.824.386)	(19.502.808)
Déficit antes do resultado financeiro		(83.755)	(427.469)
Receitas financeiras	15	51.275	106.258
Despesas financeiras	15	(1.811)	(888)
		49.464	105.370
Déficit do exercício		(34.291)	(322.099)
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis			

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
Notas	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018			
Incorporação ao patrimônio social	1.638.183	(761.299)	876.884
Déficit do exercício	(761.299)	761.299	-
	-	(322.099)	(322.099)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	876.884	(322.099)	554.785
Incorporação ao patrimônio social	(322.099)	322.099	-
Ajustes do exercício anterior	10	(315.490)	-
Déficit do exercício	-	(34.291)	(34.291)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	239.295	(34.291)	205.004

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(reapresentado)
Déficit do exercício	(34.291)	(322.099)
Ajuste do exercício anterior	(315.490)	-
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	(221.008)	248.770
Variações nos ativos e passivos		
Fornecedores	(2.853)	(1.986)
Obrigações fiscais	11.985	3.834
Obrigações sociais e trabalhistas	(22.389)	46.511
Provisões de férias	332.448	-
Outros passivos	(7.004)	6.337
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(258.602)	(18.633)
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(258.602)	(18.633)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.841.198	1.859.831
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.582.596	1.841.198
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(258.602)	(18.633)
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis		

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. (f) **Passivo circulante.** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias. (g) **Provisão para contingências.** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. (h) **Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	500	500
Banco conta movimento	4	4
Aplicações financeiras	1.582.092	1.840.694
	1.582.596	1.841.198

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósito Bancário, remunerados a taxa média de 96% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 - Fornecedores Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

6 - Obrigações fiscais

Descrição	2020	2019
COFINS retido de serviços a recolher	42.428	40.254
INSS retido de serviços a recolher	25.182	24.049
IRRF retido de serviços a recolher	12.334	11.576
ISS a recolher	37.890	29.970
	117.834	105.849

7 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	200.448	207.259
IRRF a recolher	29.478	38.707
FGTS a recolher	39.818	28.678
INSS sobre autônomos a recolher	17.891	31.842
Empréstimo consignado a pagar	3.107	6.526
Outros	939	1.058
	291.681	314.070

8 - Provisões de férias. Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

9 - Provisão para contingências A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	428.992	650.000
Cível	7.086	7.086
	436.078	657.086

10 - Ajustes do exercício anterior. Referem-se aos valores de provisão

de férias e de seus encargos incidente de períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

11 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020	2019
Medicamentos	65.905	54.164
Material médico hospitalar	317.271	302.723
Gases industriais e medicinais	20.004	17.362
Outros materiais	1.012	6.229
	404.192	380.478

12 - Prestadores de serviços médicos. Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

13 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de limpeza hospitalar	1.174.960	1.123.256
Serviços de informática	949.225	946.931
Serviços de vigilância	771.479	721.200
Serviços de manutenção predial	620.449	600.439
Serviços de lavanderia hospitalar	115.209	100.627
Serviços administrativos	261.842	261.731
Serviços de motorista	143.704	145.727
Outros serviços	224.919	161.084
	4.261.787	4.060.995

14 - Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Material de conservação e reparo	49.761	23.195
Material de consumo administrativo	36.908	58.423
Utilidade pública (água, luz, telefone)	201.611	244.068
Seguros patrimoniais	7.460	7.505
Outras despesas	6.494	6.041
	302.234	339.232

15 - Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	51.275	106.258
	51.275	106.258
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(931)	(888)
Outras despesas financeiras	(880)	-
	(1.811)	(888)

16 - Cobertura de seguros. Em 31 de dezembro de 2020, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	R\$ 4.000.000

Danos elétricos	R\$ 150.000
Danos elétricos	R\$ 150.000
Perda de aluguel	R\$ 30.000
Tumulto, greve, lock-out	R\$ 100.000
Subtração de bens	R\$ 100.000
Responsabilidade civil	R\$ 300.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo	R\$ 150.000
Equipamentos eletrônicos com cobertura de subtração	R\$ 100.000

DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN Presidente da Fundação do ABC
HELENO TEIXEIRA PASSETTO Contador - CRC 1SP220769/O-9
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC. Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Praia Grande. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Praia Grande, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Praia Grande, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos.** Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou

não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Praia Grande, 26 de março de 2021. **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES** CRC 2SP026236. **EDISON RYU ISHIKURA** Contador CRC 1SP200894/O-0.

Relatório do conselho fiscal
Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 08 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - AME SANTO ANDRÉ

CNPJ 57.571.275/0015-06

Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanço Patrimonial								
Ativo		Nota	2020	2019	Nota	2020	2019	
				(reapresentado)				
Circulante					Passivo e patrimônio líquido			
Caixa e equivalentes de caixa	4		711.138	914.149	Fornecedores	6	548.948	152.942
Estoques	5		1.035.684	327.507	Obrigações fiscais	7	74.857	71.370
			1.746.822	1.241.656	Obrigações sociais e trabalhistas	8	434.656	435.015
Não circulante					Provisões de férias	9	679.862	-
Bloqueio judicial			2.794	2.030	Outros passivos		15.794	23.666
Imobilizado			-	476.621			1.754.117	682.993
			2.794	478.651	Não circulante			
					Provisão para contingências	10	511.556	93.028
							511.556	93.028
					Patrimônio líquido			
					Patrimônio social		(230.279)	1.350.090
					Déficit do exercício		(285.778)	(405.804)
							(516.057)	944.286
Total do ativo			1.749.616	1.720.307	Total do passivo e patrimônio líquido		1.749.616	1.720.307

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020						
Contratado x Realizado - Exercício 2020			1º Semestre		2º Semestre	
Consultas Médicas	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	13.444	9.700	(27,85)	13.092	16.501	26,04
Interconsultas	3.624	2.765	(23,70)	3.276	4.554	39,01
Consultas Subsequentes	18.106	14.877	(17,83)	16.362	18.339	12,08
Total	35.174	27.342	(22,27)	32.730	39.394	20,36
Consultas Médicas (Com Telemedicina)						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	13.444	9.700	(27,85)	13.092	16.501	26,04
Interconsultas	3.624	2.765	(23,70)	3.276	4.554	39,01
Consultas Subsequentes	18.106	14.916	(17,62)	16.362	18.364	12,24
Total	35.174	27.381	(22,16)	32.730	39.419	20,44
Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Consultas Não Médicas	4.800	7.363	53,40	4.800	5.709	18,94
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	4.200	3.091	(26,40)	4.200	4.009	(4,55)
Total	9.000	10.454	16,16	9.000	9.718	7,98
Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos (Com Telemedicina)						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Consultas Não Médicas	4.800	7.363	53,40	4.800	5.709	18,94
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	4.200	3.100	(26,19)	4.200	4.009	(4,55)
Total	9.000	10.463	16,26	9.000	9.718	7,98
Atividade Cirúrgica						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Cirurgias ambulatoriais CMA	1.554	1.408	(9,40)	1.542	1.523	(1,23)
Cirurgias ambulatoriais CMA	2.126	1.659	(21,97)	2.778	2.892	4,10
Total	3.680	3.067	(16,66)	4.320	4.415	2,20
SADT Externo						
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Diagnóstico por Radiologia	2.040	1.574	(22,84)	2.040	2.352	15,29
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	2.760	1.971	(28,59)	3.360	4.559	35,68
Diagnóstico por Tomografia	1.060	889	(16,13)	900	1.172	30,22
Diagnóstico por Endoscopia	1.888	640	(66,10)	1.884	2.430	28,98
Métodos Diagnósticos em Especialidades	3.026	1.875	(38,04)	2.718	3.374	24,14
Total	10.774	6.949	(35,50)	10.902	13.887	27,38

1 - Contexto operacional. (i) Objetivo social. A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada Instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. **(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. **(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. **(iv) PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. **(v) Isenção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 1.984.193 e R\$ 1.980.360 respectivamente. **(vi) Ambulatório de Especialidades Médicas – AME – O.S.S – Santo André.** O Ambulatório de Especialidades Médicas – AME – O.S.S – Santo André (AME Santo André) é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 28 de outubro de 2010, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0015-06, com sede na Av. Capitão Mário de Toledo Camargo, nº 3330, no bairro Vila Luzita, na cidade de Santo André, no estado de São Paulo. O AME Santo André está sob gestão da Fundação do ABC desde o primeiro dia de funcionamento, inaugurado em 2010 pelo Governo do Estado. A unidade oferece atendimento de especialidades como cardiologia, ortopedia, mastologia, oftalmologia, otorrinolaringologia, ginecologia, endocrinologia, dermatologia, anestesiologia, gastroenterologia, proctologia e urologia, além das áreas de cirurgia vascular, cirurgia geral e cirurgia plástica. A unidade possui, também, Centro de Reabilitação para atendimentos em fisioterapia e nutrição. **(vii) Contrato de gestão.** Em 5 de maio de 2015, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão Modelo para serviços hospitalares, exclusivamente ambulatoriais e outros tipos de serviços – excluindo-se laboratórios, Processo nº 001.0500.000.020/2015, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades “Dr. Newton da Costa Brandão” – AME Santo André, pelo período de cinco anos. Em 2020, a Fundação do ABC venceu novo chamamento público, e celebrou novo Contrato de

Gestão Modelo para serviços hospitalares, exclusivamente ambulatoriais e outros tipos de serviços – excluindo-se laboratórios, Processo SPDOC nº 3404330/2019, em 30 de abril de 2020, com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, por mais cinco anos. **2 - Apresentação das demonstrações contábeis. 2.1 Base de apresentação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4 Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5 Instrumentos financeiros. (i) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis. **(ii) Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. **2.6 Reapresentação das demonstrações contábeis.** As demonstrações contábeis do exercício de 2019 estão sendo reapresentadas, em decorrência da alteração da nomenclatura das contas, bem como da reclassificação dos saldos entre as contas ativas, passivas e de resultado para melhor transparência e para efeitos comparativos com o exercício de 2020, não alterando o saldo total dos grupos de contas. **3 - Principais práticas contábeis adotadas. 3.1 Descrição das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: **(a) Caixa e equivalentes em caixa.** Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **(b) Estoques.** Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo

Demonstração de Resultado			
	Nota	2020	2019
		(reapresentado)	
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vii)	18.582.529	17.770.896
Outras receitas		14.034	20.165
		18.596.563	17.791.061
Despesas operacionais			
Com pessoal		(7.403.704)	(7.389.403)
Medicamentos e insumos hospitalares	12	(759.853)	(646.819)
Prestadores de serviços médicos	13	(7.119.205)	(7.372.559)
Prestadores de serviços de terceiros	14	(2.102.018)	(2.199.602)
Administrativas e gerais	15	(917.897)	(488.928)
Contingências e despesas judiciais		(427.638)	(72.957)
Bens de terceiros	3 (d)	(171.102)	(81.501)
		(18.901.417)	(18.251.769)
Déficit antes do resultado financeiro		(304.854)	(460.708)
Receitas financeiras	16	26.552	61.010
Despesas financeiras	16	(7.476)	(6.106)
		19.076	54.904
Déficit do exercício		(285.778)	(405.804)
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis			

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.873.182	(948.740)	1.924.442
Incorporação ao patrimônio social	(948.740)	948.740	-
Amortização do imobilizado	(574.352)	-	(574.352)
Déficit do exercício	-	(405.804)	(405.804)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.350.090	(405.804)	944.286
Incorporação ao patrimônio social	(405.804)	405.804	-
Amortização do imobilizado	(476.621)	-	(476.621)
Ajustes do exercício anterior	11 (697.944)	-	(697.944)
Déficit do exercício	-	(285.778)	(285.778)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(230.279)	(285.778)	(516.057)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(285.778)	(405.804)
Ajuste do exercício anterior	(697.944)	-
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	418.528	(4.555)
Variações nos ativos e passivos		
Estoques	(708.177)	(18.466)
Bloqueio judicial	(764)	(2.030)
Fornecedores	396.006	6.202
Obrigações fiscais	3.487	(14.314)
Obrigações sociais e trabalhistas	(359)	1.369
Provisões de férias	679.862	-
Outros passivos	(7.872)	6.557
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(203.011)	(431.041)
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(203.011)	(431.041)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	914.149	1.345.190
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	711.138	914.149
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(203.011)	(431.041)
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis		

menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital. **(c) Ativo circulante.** Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. **(d) Imobilizado e bens de terceiros.** Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. **(e) Passivo circulante.** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias. **(f) Provisão para contingências.** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. **(g) Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Banco conta movimento	-	207
Aplicações financeiras	711.138	913.942
	711.138	914.149

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósito Bancário, remunerados a taxa média de 96% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 - Estoques

Descrição	2020	2019
Medicamentos	181.803	65.710
Material médico hospitalar	651.425	148.541
Material de limpeza e higiene	141.315	45.381
Material de manutenção	53.337	36.901
Outros materiais	7.804	30.974
	1.035.684	327.507

6 - Fornecedores. Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

7 - Obrigações fiscais

Descrição	2020	2019
COFINS retido de serviços a recolher	32.158	31.573
INSS retido de serviços a recolher	28.876	27.728
IRRF retido de serviços a recolher	10.367	9.589
ISS a recolher	3.456	2.480
	74.857	71.370

8 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	308.176	312.876
IRRF sobre folha a recolher	32.438	29.296
FGTS a recolher	34.696	34.467
INSS sobre autônomos a recolher	30.907	34.824
Empréstimo consignado a pagar	19.613	15.647
Outros	8.826	7.905

	434.656	435.015
--	----------------	----------------

9 - Provisões de férias. Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.
10 - Provisão para contingências. A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	511.556	93.028
	511.556	93.028

11 - Ajustes do exercício anterior. Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

12 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020	2019
Medicamentos	153.373	149.333
Material médico hospitalar	412.630	363.734
Gases industriais e medicinais	25.485	28.047
Material de limpeza e higiene	111.584	88.433
Outros materiais	56.781	17.272
	759.853	646.819

13 - Prestadores de serviços médicos. Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de limpeza hospitalar	270.101	314.095
Serviços de informática	452.848	424.207
Serviços de manutenção predial	12.010	29.752
Serviços de refeitório	-	24
Locação de veículos e equipamentos	229.988	230.093
Serviços de lavanderia hospitalar	102.412	92.814
Serviços de manutenção de equipamentos	225.893	186.807
Serviços administrativos	400.176	448.691
Serviços de motorista	11.674	12.564
Serviços de portaria	376.841	435.410
Outros serviços	20.075	25.145
	2.102.018	2.199.602

15 - Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Gêneros alimentícios	12.966	14.486
Material de conservação e reparo	148.563	54.525
Material de consumo administrativo	89.520	103.560
Utilidade pública (água, luz, telefone)	318.132	289.063

Outras despesas	348.716	27.294
	917.897	488.928

16 - Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	26.552	61.010
	26.552	61.010
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(6.623)	(5.716)
Juros e multas de mora	-	(390)
Outras despesas financeiras	(853)	-
	(7.476)	(6.106)

DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN Presidente da Fundação do ABC
HELENO TEIXEIRA PASSETTO Contador - CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC. Ambulatório de Especialidades Médica AME O.S.S – Santo André. Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Santo André, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Santo André, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outros assuntos. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins comparativos, não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda

liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Santo André, 26 de março de 2021.
UNITY AUDITORES INDEPENDENTES. CRC 2SP026236.
EDISON RYU ISHIKURA. Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 08 de Abril de 2021.
MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André.
ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo.
ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - AME SANTOS

CNPJ 57.571.275/0001-00

Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

		Balanço Patrimonial			
Ativo	Nota	2020	Passivo e patrimônio líquido		Nota
		2020			2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.727.982	Fornecedores	6	187.533
Estoques	5	335.684	Obrigações fiscais	7	49.811
Outros créditos		9.320	Obrigações sociais e trabalhistas	8	397.726
		2.072.986	Outros passivos		18.334
					653.404
			Patrimônio líquido		
			Patrimônio social	9	387.509
			Superávit acumulado		1.032.073
					1.419.582
Total do ativo		2.072.986	Total do passivo e patrimônio líquido		2.072.986

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020			
Contratado x Realizado - Exercício 2020			
Consultas Médicas	Contratado	Realizado	Variação %
Primeiras Consultas Rede	2.410	2.469	2,45
Interconsultas	1.450	1.706	17,66
Consultas Subsequentes	4.170	4.266	2,30
Total	8.030	8.441	5,12
Consultas Médicas (Com Telemedicina)	Contratado	Realizado	Variação %
Primeiras Consultas Rede	2.410	2.469	2,45
Interconsultas	1.450	1.706	17,66
Consultas Subsequentes	4.170	4.266	2,30
Total	8.030	8.441	5,12
Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos	Contratado	Realizado	Variação %
Consultas Não Médicas	1.300	1.241	(4,54)
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	100	104	4,00
Total	1.400	1.345	(3,93)
Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos (Com Telemedicina)	Contratado	Realizado	Variação %
Consultas Não Médicas	1.300	1.241	(4,54)
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	100	104	4,00
Total	1.400	1.345	(3,93)
Atividade Cirúrgica	Contratado	Realizado	Variação %
Cirurgias ambulatoriais CMA	666	612	(8,11)
Cirurgias ambulatoriais cma	898	741	(17,48)
Total	1.564	1.353	(13,49)
SADT Externo	Contratado	Realizado	%
Diagnóstico por Radiologia	800	1.059	32,38
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	1.760	1.907	8,35
Diagnóstico por Endoscopia	350	416	18,86
Métodos Diagnósticos em Especialidades	2.064	1.854	(10,17)
Total	4.974	5.236	5,27
Tratamentos Clínicos	Contratado	Realizado	Variação %
Terapias Especializadas - Litotripsia	130	81	(37,69)
Total	130	81	(37,69)

1 - Contexto operacional. (i) Objetivo social. A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. **(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. **(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. **(iv) PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. **(v) Isenção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no exercício de 2020, o montante de R\$ 286.174. **(vi) Ambulatório Médico de Especialidades - AME Santos.** Em 5 de novembro de 2020, a Fundação do ABC deu início à gestão do Ambulatório Médico de Especialidades – AME Santos, instalado na Rua Alexandre Martins, nº 70, no bairro Aparecida, na cidade de Santos. A unidade possui especialidades médicas nas áreas de alergologia, anesthesiologia, cabeça e pescoço, cardiologia, cirurgia geral, ginecologia, cirurgia vascular, dermatologia, endocrinologia, gastroenterologia, neurologia, oftalmologia, otorinolaringologia, ortopedia, pneumologia, proctologia e urologia. Conta, também, com o serviço de apoio diagnóstico como audiometria, colonoscopia, densitometria óssea, ecocardiografia, ecocardiografia infantil, ecocardiografia fetal, eletrocardiografia, eletroencefalografia, eletroneuromiografia, endoscopia, espirometria, holter 24hs, mamografia, mapa 24hs, videolaringoscopia, raios-X, teste ergométrico, urodinâmica, ultrassonografia e ultrassonografia com doppler. Um dos destaques do AME Santos é a área de oftalmologia, tanto ambulatorial como cirúrgica, que conta com exames de Tomografia de Coerência Óptica (OCT), mapeamento de retina, tonometria, gonioscopia, fundoscopia, biomicroscopia, retinografia colorida e fluorescente, ultrassonografia ocular, motilidade extrínseca ceratometria, PAM, paquimetria, biometria, campimetria, fotocoagulação a laser, Yag Laser, curva tensional e iridectomia (Laser). **(vii) Contrato de gestão.** Em 4 de novembro de 2020, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão Modelo, Processo SES-PRC-2020/43088, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde pelo Ambulatório Médico de Especialidades – AME Santos, com vigência até 30 de novembro de 2023. **2 - Apresentação das demonstrações contábeis. 2.1 Base de apresentação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, in-

Demonstração de Resultado			
	Nota	2020	
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1 (vii)	3.129.695	
Outras receitas		697	
		3.130.392	
Despesas operacionais			
Com pessoal		(1.067.812)	
Medicamentos e insumos hospitalares	10	(129.917)	
Prestadores de serviços médicos	11	(677.047)	
Prestadores de serviços de terceiros	12	(203.739)	
Administrativas e gerais	13	(18.816)	
		(2.097.331)	
Superávit antes do resultado financeiro		1.033.061	
Receitas financeiras	14	316	
Despesas financeiras	14	(1.304)	
		(988)	
Superávit do período		1.032.073	

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Notas	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		-	-	-
Incorporação ao patrimônio social	9	387.509	-	387.509
Superávit do período		-	1.032.073	1.032.073
Saldos em 31 de dezembro de 2020		387.509	1.032.073	1.419.582

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa	
	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Superávit do período	1.032.073
Variações nos ativos e passivos	
Estoques	(335.684)
Outros créditos	(9.320)
Fornecedores	187.533
Obrigações fiscais	49.811
Obrigações sociais e trabalhistas	397.726
Outros passivos	18.334
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.340.473
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Incorporação ao patrimônio social	387.509
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	387.509
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	1.727.982
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.727.982
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	1.727.982

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

cluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4 Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5 Instrumentos financeiros. (i) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis. **(ii) Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. **3 - Principais práticas contábeis adotadas. 3.1 Descrição das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: **(a) Caixa e equivalentes em caixa.** Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **(b) Estoques.** Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital. **(c) Ativo circulante.** Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. **(e) Passivo circulante.** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias. **(f) Provisão para contingências.** Amparada na opinião dos assessores jurídicos, e De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade não constituiu a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. **(g) Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência. **4 - Caixa e equivalentes em caixa.**

Descrição	2020
Aplicações financeiras	1.727.982
	1.727.982

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de fundos de investimentos Financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Estoques

Descrição	2020
Medicamentos	50.831
Material médico hospitalar	201.653
Material de limpeza e higiene	33.112
Material de manutenção	46.755
Outros materiais	3.333
	335.684

6 - Fornecedores. Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

7 - Obrigações fiscais

Descrição	2020
COFINS retido de serviços a recolher	28.380
INSS retido de serviços a recolher	7.215
IRRF retido de serviços a recolher	9.155
ISS a recolher	5.061
	49.811

8 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020
Salários a pagar	324.523
IRRF sobre folha a recolher	13.514
FGTS a recolher	31.563
INSS sobre autônomos a recolher	27.281
Outros	845
	397.726

9 - Patrimônio social. Referem-se aos valores de estoque incorporado em 4 de novembro de 2020.

10 - Medicamentos e insumos hospitalares

Medicamentos	53.194
Material médico hospitalar	61.936
Gases medicinais e industriais	2.985
Material de limpeza e higiene	11.298
Outros materiais	504
	129.917

11 - Prestadores de serviços médicos. Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

12 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020
Serviços de informática	57.536
Serviços de manutenção predial	1.511
Locação de veículos e equipamentos	12.089
Serviços de lavanderia hospitalar	7.988
Serviços de manutenção de equipamentos	12.460
Serviços administrativos	46.733
Serviços de motorista	711
Serviços de portaria	57.539
Outros serviços	7.172
	203.739

13 - Administrativas e gerais

Descrição	2020
Gêneros alimentícios	2.628
Material de conservação e reparo	4.436
Material de consumo administrativo	10.885
Outras despesas	867

	18.816
14 - Resultado financeiro	
	2020
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	316
	316
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(1.228)
Outras despesas financeiras	(76)
	(1.304)
DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN Presidente da Fundação do ABC	
HELENO TEIXEIRA PASSETTO Contador - CRC 1SP220769/O-9	
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	

À Presidência da Fundação do ABC. Ambulatório Médico de Especialidades - AME Santos. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades - AME Santos, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 4 de novembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades - AME Santos em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 4 de novembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na

seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação,

omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Santos, 26 de março de 2021. **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES** CRC 2SP026236. **EDISON RYU ISHIKURA** Contador CRC 1SP200894/O-0.

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 08 de Abril de 2021. **MARISTELA BAQUINI.** Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA.** Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI.** Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - AME SOROCABA

CNPJ 57.571.275/0030-37

Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanço Patrimonial					
Ativo	Nota	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.872.996	Fornecedores	6	194.975
Estoques	5	186.498	Obrigações fiscais	7	1.236
		2.059.494	Obrigações sociais e trabalhistas	8	390.250
			Outros passivos		20.625
					607.086
			Patrimônio líquido		
			Patrimônio social		212.057
			Superávit acumulado		1.240.351
					1.452.408
Total do ativo		2.059.494	Total do passivo e patrimônio líquido		2.059.494
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis					

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
Contratado x Realizado - Exercício 2020							
Consultas Médicas							
Primeiras Consultas Rede							
Interconsultas							
Consultas Subsequentes							
Total							
Consultas Médicas (Com Telemedicina)							
Primeiras Consultas Rede							
Interconsultas							
Consultas Subsequentes							
Total							
Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos							
Consultas Não Médicas							
Procedimentos Terapêuticos (sessões)							
Total							
Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos (Com Telemedicina)							
Contratado							
Consultas Não Médicas	4.000	6.379	59,48				
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	800	861	7,62				
Total	4.800	7.240	50,83				
Atividade Cirúrgica							
Cirurgias ambulatoriais CMA	210	385	83,33				
Cirurgias ambulatoriais CMA	700	1.303	86,14				
Total	910	1.688	85,49				
SADT Externo							
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	300	310	3,33				
Diagnóstico por Medicina Nuclear In Vivo	400	376	(6,00)				
Diagnóstico por Endoscopia	960	927	(3,44)				
Métodos Diagnósticos em Especialidades	1.600	1.344	(16,00)				
Total	3.260	2.957	(9,29)				

1 - Contexto operacional. (i) Objetivo social. A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. **(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCEP/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. **(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. **(iv) PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. **(v) Isenção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no exercício de 2020, o montante de R\$ 252.177. **(vi) Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba.** Em 5 de novembro de 2020, a Fundação do ABC deu início à gestão do Ambulatório Médico de Especialidades (AME) Sorocaba. Em 11 de dezembro de 2020, o AME Sorocaba foi constituído como filial da Fundação do ABC, inscrito no CNPJ/MF nº 57.571.275/0030-37, com sede na Rua Guaicurus, nº 411, no bairro Vila Leão, na cidade de Sorocaba, no estado de São Paulo. A unidade oferece consultas médicas divididas entre primeira consulta, interconsulta e consulta subsequente. As especialidades médicas oferecidas são anesthesiologia, cardiologia, cirurgia plástica, dermatologia, endocrinologia, endocrinologia infantil, gastroenterologia, ginecologia, hematologia, mastologia, nefrologia, neurologia, neurologia infantil, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia, pneumologia, pneumologia infantil, reumatologia e urologia. Oferece, também, consultas e sessões não médicas nas áreas de enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia e nutrição. Recebe exclusivamente usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). **(vii) Contrato de gestão.** Em 4 de novembro de 2020, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão Modelo, Processo SES-PRC-2020/43091, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde pelo Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba, com vigência até 30 de setembro de 2023. **2 - Apresentação das demonstrações contábeis. 2.1 Base de apresentação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício

por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4 Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5 Instrumentos financeiros. (i) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis. **(ii) Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. **3 - Principais práticas contábeis adotadas. 3.1 Descrição das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: **(a) Caixa e equivalentes em caixa.** Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **(b) Estoques.** Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital. **(c) Ativo circulante.** Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. **(e) Passivo circulante.** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias. **(f) Provisão para contingências.** Amparada na opinião dos assessores jurídicos, e De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade não constituiu a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. **(g) Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência.

Descrição	2020
Aplicações financeiras	1.872.996
	1.872.996

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de fundos de investimentos Financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

Demonstração de Resultado		
	Nota	2020
Receitas operacionais		
Contrato de gestão - Estadual	1 (vii)	2.927.305
		2.927.305
Despesas operacionais		
Com pessoal		(940.958)
Medicamentos e insumos hospitalares	10	(133.165)
Prestadores de serviços médicos	11	(403.345)
Prestadores de serviços de terceiros	12	(141.314)
Administrativas e gerais	13	(67.395)
Atividades acadêmicas		(89)
		(1.686.266)
Superávit antes do resultado financeiro		1.241.039
Receitas financeiras	14	307
Despesas financeiras	14	(995)
		(688)
Superávit do período		1.240.351
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis		

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
	Notas	Patrimônio social	Superávits acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2019		-	-
Incorporação ao patrimônio social	9	212.057	-
Superávit do período		-	1.240.351
			1.240.351
Saldos em 31 de dezembro de 2020		212.057	1.240.351
			1.452.408
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis			
Demonstração dos Fluxos de Caixa			
			2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit do período			1.240.351
Variações nos ativos e passivos			
Estoques			(186.498)
Fornecedores			194.975
Obrigações fiscais			1.236
Obrigações sociais e trabalhistas			390.250
Outros passivos			20.625
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais			1.660.939
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Incorporação ao patrimônio social			212.057
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos			212.057
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa			1.872.996
Caixa e equivalentes de caixa no início do período			-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período			1.872.996
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa			1.872.996
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis			

5 - Estoques

Descrição	2020
Medicamentos	26.502
Material médico hospitalar	118.530
Material de limpeza e higiene	16.592
Material de manutenção	23.158
Outros materiais	1.716
	186.498

6 - Fornecedores. Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

7 - Obrigações fiscais

Descrição	2020
COFINS retido de serviços a recolher	899
INSS retido de serviços a recolher	29
IRRF retido de serviços a recolher	278
ISS a recolher	30
	1.236

8 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020
Salários a pagar	305.870
IRRF sobre folha a recolher	22.716
FGTS a recolher	31.288
INSS sobre autônomos a recolher	29.967
Outros	409
	390.250

9 - Patrimônio social. Referem-se aos valores de estoque incorporado em 4 de novembro de 2020.

10 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020
Medicamentos	22.336
Material médico hospitalar	94.220
Material de laboratório	4.382
Gases industriais e medicinais	737
Material de limpeza e higiene	11.490
	133.165

11 - Prestadores de serviços médicos. Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

12 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020
Serviços de informática	73.253
Serviços de vigilância	336
Serviços de manutenção predial	600
Serviços de lavanderia hospitalar	5.244
Serviços de manutenção de equipamentos	1.450
Serviços administrativos	55.922
Serviços de motorista	180
Outros serviços	4.329
	141.314

13 - Administrativas e gerais

Descrição	2020
Gêneros alimentícios	4.583
Material de conservação e reparo	1.364
Material de consumo administrativo	14.424
Utilidade pública (água, luz, telefone)	45.243
Outras despesas	1.781
	67.395

14 - Resultado financeiro

	2020
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	307
	307
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(937)
Juros e multas de mora	(5)
Outras despesas financeiras	(53)
	(995)

<div><div><div><div><div></div><div>DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN</div></div><div><div></div><div>Presidente da Fundação do ABC</div></div></div></div></div>
<div><div><div><div><div></div><div>HELENO TEIXEIRA PASSETTO</div></div><div><div></div><div>Contador - CRC 1SP220769/O-9</div></div></div></div></div>

<div><div><div><div><div></div><div>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis</div></div></div></div></div>

À Presidência da Fundação do ABC. Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 4 de novembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 4 de novembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos inde-

pendentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento

dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Sorocaba, 26 de março de 2021. **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES** CRC 2SP026236. **EDISON RYU ISHIKURA** Contador CRC 1SP200894/O-0.

<div><div><div><div><div></div><div>Relatório do conselho fiscal</div></div></div></div></div>

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 08 de Abril de 2021. **MARISTELA BAQUINI.** Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA.** Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI.** Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - CENTRO HOSPITALAR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

CNPJ 57.571.275/0019-21

Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanço Patrimonial									
Ativo		Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido		Nota	2020	2019
				(reapresentado)					(reapresentado)
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4		1.295.509	1.242.299	Fornecedores	6		473.458	531.679
Estoques	5		909.416	567.838	Obrigações fiscais	7		35.392	34.464
			2.204.925	1.810.137	Obrigações sociais e trabalhistas	8		843.244	1.058.061
					Provisões de férias	9		2.732.990	-
					Outros passivos			34.048	44.650
								4.119.132	1.668.854
					Não circulante				
					Provisão para contingências	10		196.203	228.000
								196.203	228.000
					Patrimônio líquido				
					Patrimônio social			(2.795.139)	(1.132.229)
					Superávits acumulados			684.729	1.045.512
								(2.110.410)	(86.717)
Total do ativo			2.204.925	1.810.137	Total do passivo e patrimônio líquido			2.204.925	1.810.137
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis									

12 - Medicamentos e insumos hospitalares		
Descrição	2020	2019
Medicamentos	642.044	600.134
Material médico hospitalar	1.095.206	929.214
Material de laboratório	6.433	6.639
Gases industriais e medicinais	530.903	528.249
Dieta enteral e parenteral	154.285	130.028
Material de limpeza e higiene	156.598	87.870
Outros materiais	124.822	94.707
	2.710.291	2.376.841

13 - Prestadores de serviços médicos. Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 - Prestadores de serviços de terceiros		
Descrição	2020	2019
Serviços de limpeza hospitalar	3.082.647	3.061.184
Serviços de informática	223.300	100.885
Serviços de manutenção predial	70.744	347.248
Locação de veículos e equipamentos	163.175	130.981
Serviços de manutenção de equipamentos	416.145	406.117
Serviços administrativos	848.760	869.825
Outros serviços	178.372	219.774
	4.983.143	5.136.014

15 - Administrativas e gerais		
Descrição	2020	2019
Gêneros alimentícios	1.184.579	1.063.477
Material de conservação e reparo	113.918	137.540
Material de consumo administrativo	794.084	578.363
Utilidade pública (água, luz, telefone)	1.232.862	1.375.481
Seguros patrimoniais	3.105	3.112
Outras despesas	6.648	7.979
	3.335.196	3.165.952

16 - Resultado financeiro		
	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	23.824	106.707
	23.824	106.707
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(5.168)	(5.464)
Juros e multas de mora	(102)	(15.853)
	(5.270)	(21.317)

17 - Cobertura de seguros. Em 31 de dezembro de 2020, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	R\$ 5.000.000
Impacto de veículos	R\$ 50.000
Danos elétricos	R\$ 30.000
Quebra de vidros	R\$ 20.000
Desmoronamento	R\$ 100.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo	R\$ 100.000
DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN Presidente da Fundação do ABC	
HELENO TEIXEIRA PASSETTO Contador - CRC 1SP220769/O-9	
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	

À Presidência da Fundação do ABC. Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos.** Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demons-**

trações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 26 de março de 2021. **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES** CRC 2SP026236. **EDISON RYU ISHIKURA** Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal
Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 08 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Centro Universitário FMABC

CNPJ 57.571.275/0007-98

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.137.338	3.272.573	Fornecedores	10	5.351.426	4.933.017
Convênios e contratos a receber	5	12.098.839	10.109.387	Obrigações fiscais	11	127.419	128.591
Mensalidades a receber	6	10.187.941	15.589.343	Obrigações sociais e trabalhistas	12	25.858.582	29.967.051
Atividades acadêmicas a receber		486.472	473.608	Provisões de férias	13	7.697.531	-
Estoques	7	855.929	557.134	Obrigações acadêmicas		151.434	180.552
Outros créditos		341.271	435.705	Outros passivos		132.541	1.121.789
		33.107.790	30.437.750			39.318.933	36.331.000
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial	8	2.291.322	1.068.253	Provisão para contingências	14	632.639	701.009
Mensalidades a receber	6	6.652.884	-	Receitas antecipadas		1.113.909	1.066.199
Outros créditos		12.869	12.869	Outros passivos		-	-
Imobilizado	9	2.787.820	2.904.285			1.746.548	1.767.208
		11.744.895	3.985.407	Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(11.157.036)	(3.617.968)
Total do ativo		44.852.685	34.423.157	Superávits acumulados		14.944.240	(57.083)
						3.787.204	(3.675.051)
				Total do passivo e patrimônio líquido		44.852.685	34.423.157

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado

	Nota	2020	2019
			(reapresentado)
Receitas operacionais			
Atividades acadêmicas		78.638.349	75.715.154
Convênios de atendimentos médicos		53.451.796	43.007.848
Protocolo de pesquisas		8.780.310	7.355.883
Atendimentos particulares		1.169.250	1.842.731
Outras receitas		7.224.306	7.486.013
		149.264.011	135.407.629
Despesas operacionais			
Com pessoal		(86.604.426)	(87.981.576)
Medicamentos e insumos hospitalares	16	(19.286.585)	(17.796.396)
Prestadores de serviços médicos	17	(3.584.727)	(2.614.510)
Prestadores de serviços de terceiros	18	(4.967.461)	(5.293.143)
Administrativas e gerais	19	(7.316.759)	(7.902.105)
Atividades acadêmicas		(12.203.302)	(13.123.995)
Contingências e despesas judiciais		(93.688)	(644.913)
		(134.056.948)	(135.356.638)
Superávit antes do resultado financeiro		15.207.063	50.991
Receitas financeiras	20	27.250	251.283
Despesas financeiras	20	(290.073)	(359.357)
		(262.823)	(108.074)
Superávit (déficit) do exercício		14.944.240	(57.083)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Saldos em				
31 de dezembro de 2018		3.114.563	(756.686)	2.357.877
Ajuste do exercício anterior		(5.327.416)	-	(5.327.416)
Amortização do imobilizado		(648.429)	-	(648.429)
Superávit do exercício		-	(57.083)	(57.083)
Incorporação ao patrimônio social		(756.686)	756.686	-
Saldos em				
31 de dezembro de 2019		(3.617.968)	(57.083)	(3.675.051)
Ajuste do exercício anterior	15	(6.882.552)	-	(6.882.552)
Amortização do imobilizado		(599.433)	-	(599.433)
Déficit do exercício		-	14.944.240	14.944.240
Incorporação ao patrimônio social		(57.083)	57.083	-
Saldos em				
31 de dezembro de 2020		(11.157.036)	14.944.240	3.787.204

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2020	2019 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	14.944.240	(57.083)
Ajustes do exercício anterior	(6.882.552)	(5.327.416)
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	(68.370)	537.352
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	(1.989.452)	(1.557.022)
Mensalidades a receber	(1.251.482)	(1.342.629)
Atividades acadêmicas a receber	(12.864)	1.314.147
Estoques	(298.795)	200.009
Outros créditos	94.434	104.894
Bloqueio judicial	(1.223.069)	(947.087)
Fornecedores	418.409	(583.052)
Obrigações fiscais	(1.172)	7.397
Obrigações sociais e trabalhistas	(4.108.469)	10.957.966
Provisões de férias	7.697.531	-
Obrigações acadêmicas	(29.118)	(59.991)
Receitas antecipadas	47.710	(1.468.150)
Outros passivos	(989.248)	616.033
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	6.347.733	2.395.368
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(482.968)	(858.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(482.968)	(858.000)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	5.864.765	(141.974)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.272.573	3.414.547
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.137.338	3.272.573
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	5.864.765	(141.974)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua

atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 23.209.986 e R\$ 23.579.062 respectivamente.

(vi) Faculdade de Medicina do ABC

Com sede e foro na cidade de Santo André, a Faculdade de Medicina do ABC foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 64.062, de 5 de fevereiro de 1.969 e reconhecida pelo Decreto Federal nº 76.850, de 17 de dezembro de 1975, publicado no Diário Oficial da União em 18 de dezembro de 1.975.

Mantida pela Fundação do ABC, a Faculdade de Medicina abriga os cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição e Gestão em Saúde Humana. Tem como missão promover o ensino, a pesquisa, a assistência e a extensão segundo critérios de excelência acadêmica. No final do ano de 2017 foi aprovada como centro universitário pelo Ministério da Educação (MEC). Com validade de cinco anos, a habilitação foi pu-

blicada pelo Ministério da Educação, na edição de 12 de novembro de 2018 do Diário Oficial da União, formalizando o Centro Universitário Saúde ABC. Em 2020, o Centro Universitário Saúde ABC ganhou nova logomarca e passou a se chamar Centro Universitário FMABC.

O Centro Universitário FMABC mantém projetos de integração com o Poder Público da região do ABC Paulista, o que propicia amplo campo de atuação e estágio para seus alunos. Entre as unidades parceiras estão o Centro Hospitalar Municipal (CHM), Hospital Estadual Mário Covas e Centro de Saúde Escola do Parque Capuava, em Santo André; Hospital de Ensino Anchieta, Hospital Municipal Universitário (HMu) e Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM), em São Bernardo do Campo; Hospital Marcia Braido e Hospital Maria Braido, em São Caetano do Sul; além do Ambulatório de Especialidades, que funciona no próprio campus universitário.

Essa integração tem formalizado a vocação regional da faculdade e seu potencial em colaborar com o desenvolvimento de programas e projetos no campo da saúde e assistência médica do Grande ABC.

Integram a relação de objetivos institucionais do Centro Universitário FMABC:

- Promover a pesquisa e estimular trabalhos que enriqueçam o acervo de conhecimentos e técnicas nos setores por ela abrangidos.
- Estender serviços à comunidade, sob as mais diferentes formas e em colaboração com instituições de caráter público e privado.
- Manter intercâmbio com instituições congêneres do país e do exterior, visando à atualização e o aperfeiçoamento da metodologia do ensino, da pesquisa e do conhecimento especializado.
- Oferecer programas de pós-graduação lato sensu, incluindo-se a Residência Médica, conforme demanda por recursos humanos especializados na região.
- Propiciar a formação de mestres e doutores em Ciências da Saúde.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, contratos e mensalidades a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os

instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(b) Mensalidades a receber

As mensalidades a receber são segregadas e compostas pelos segmentos educacional (mensalidades, acordos celebrados com estudantes de mensalidades vencidas e em cobranças judiciais).

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada.

Ganhos e perdas, quando ocorrem, na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(g) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	3.000	3.191
Banco conta movimento	8.851.474	1.002.942
Aplicações financeiras	282.864	2.266.440
	9.137.338	3.272.573

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de Santo André.

6 Mensalidades a receber

Refere-se às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino (graduação e pós graduação).

7 Estoques

Descrição	2020	2019
Material médico hospitalar	851.449	557.134
Material de manutenção	4.480	-
	855.929	557.134

8 Bloqueio judicial

Compreende aos valores bloqueados das contas bancárias mantidas pela entidade, em decorrência dos processos judiciais em andamento.

9 Imobilizado

Descrição	2020	2019
Veículos	35.211	35.211
Móveis e utensílios	1.924.119	1.896.375
Máquinas e equipamentos	3.202.755	3.036.830
Equipamentos hospitalares	2.197.222	2.148.028
Equipamentos de informática	1.670.158	1.578.274
Aparelhos e instrumentos	2.165.304	2.047.684
Linhas telefônicas	27.061	27.061
Software	295.543	264.942
Livros técnicos	62.357	62.357
(-) Depreciação acumulada	(8.791.910)	(8.192.477)
	2.787.820	2.904.285

10 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

11 Obrigações fiscais

Descrição	2020	2019
COFINS retido de serviços a recolher	32.754	33.758
INSS retido de serviços a recolher	63.503	64.186
IRRF retido de serviços a recolher	5.001	2.443
ISS a recolher	26.161	28.204
	127.419	128.591

12 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	9.615	3.787.687
IRRF a recolher	24.236.766	24.629.893
FGTS a recolher	705.713	670.475
INSS sobre autônomos a recolher	462.686	412.948
Empréstimo consignado a pagar	117.173	119.990
Outros	326.629	346.058
	25.858.582	29.967.051

13 Provisões de férias

Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos.

14 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	482.724	417.112
Cível	149.915	283.897
	632.639	701.009

15 Ajustes do exercício anterior

Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente, dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

16 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020	2019
Medicamentos	656.741	740.552
Material médico hospitalar	2.257.931	2.099.356
Órtese e prótese	-	3.600
Material de laboratório	15.972.691	14.636.624
Gases industriais e medicinais	96.873	47.668
Material de limpeza e higiene	203.625	235.320
Outros materiais	98.724	33.276
	19.286.585	17.796.396

17 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

18 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de limpeza hospitalar	173.560	-
Serviços de informática	1.014.888	1.473.026
Serviços de manutenção predial	67.747	99.783
Serviços de refeitório	360.771	703.773
Locação de veículos e equipamentos	387.153	225.584
Serviços de lavanderia hospitalar	57.268	88.965
Serviços de manutenção de equipamentos	246.429	141.137
Serviços administrativos	665.535	1.238.622
Serviços de motorista	1.446.853	1.182.496
Outros serviços	547.257	139.757
	4.967.461	5.293.143

19 Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Gêneros alimentícios	50.172	59.880
Material de conservação e reparo	852.080	1.360.483
Material de consumo administrativo	548.389	1.152.491
Utilidade pública (água, luz, telefone)	1.623.541	1.643.211
Seguros patrimoniais	686.043	625.212
Outras despesas	3.556.534	3.060.828
	7.316.759	7.902.105

20 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	27.250	127.283

Outras receitas financeiras	-	124.000
	27.250	251.283
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(251.103)	(238.845)
Juros e multas de mora	(38.161)	(113.499)
Outras despesas financeiras	(809)	(7.013)
	(290.073)	(359.357)

21 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Faculdade de Medicina do ABC não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Presidência da Fundação do ABC
Faculdade de Medicina do ABC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Faculdade de Medicina do ABC, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Faculdade de Medicina do ABC, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para

evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

CNPJ 57.571.275/0013-36

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.996	813	Fornecedores	9	36.011.229	40.953.688
Convênios e contratos a receber	5	25.793.823	27.937.171	Obrigações fiscais	10	9.148.469	7.389.996
Estoques	6	2.381.189	1.068.998	Obrigações sociais e trabalhistas	11	142.309.143	153.634.962
Outros créditos	7	3.717.060	1.764.533	Provisões de férias	12	12.041.437	-
		31.905.068	30.771.515	Receitas antecipadas		-	3.620.063
				Outros passivos	13	18.576.101	16.774.696
						218.086.379	222.373.405
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial	8	1.639.779	1.846.368	Fornecedores	9	504.590	504.590
		1.639.779	1.846.368	Provisão para contingências	14	23.229.256	5.628.975
						23.733.846	6.133.565
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(207.856.544)	(189.147.667)
				Déficits acumulados		(418.834)	(6.741.420)
						(208.275.378)	(195.889.087)
Total do ativo		33.544.847	32.617.883	Total do passivo e patrimônio líquido		33.544.847	32.617.883

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado

	Nota	2020	2019
			(reapresentado)
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	193.338.483	182.055.188
Outras receitas		2.301.837	20.438
		195.640.320	182.075.626
Despesas operacionais			
Com pessoal		(121.856.243)	(119.774.497)
Medicamentos e insumos hospitalares	16	(13.654.561)	(11.435.305)
Prestadores de serviços médicos	17	(34.877.830)	(35.725.533)
Prestadores de serviços de terceiros	16	(4.519.308)	(2.331.062)
Administrativas e gerais	18	(8.924.502)	(8.753.458)
Contingências e despesas judiciais		(10.003.906)	(8.191.541)
Bens de terceiros	3 (e)	(1.702.884)	(25.287)
		(195.539.234)	(186.236.683)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		101.086	(4.161.057)
Receitas financeiras	19	2.976	142
Despesas financeiras	19	(522.896)	(2.580.505)
		(519.920)	(2.580.363)
Déficit do exercício		(418.834)	(6.741.420)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
SalDOS em				
31 de dezembro de 2018		(122.186.933)	(13.400.076)	(135.587.009)
Ajuste do exercício anterior		(53.560.658)	-	(53.560.658)
Superávit do exercício		-	(6.741.420)	(6.741.420)
Incorporação ao patrimônio social		(13.400.076)	13.400.076	-
SalDOS em				
31 de dezembro de 2019		(189.147.667)	(6.741.420)	(195.889.087)
Ajuste do exercício anterior	15	(11.967.457)	-	(11.967.457)
Déficit do exercício		-	(418.834)	(418.834)
Incorporação ao patrimônio social		(6.741.420)	6.741.420	-
SalDOS em				
31 de dezembro de 2020		(207.856.544)	(418.834)	(208.275.378)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(418.834)	(6.741.420)
Ajustes do exercício anterior	(11.967.457)	(53.560.658)
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	17.600.281	5.318.670
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	2.143.348	3.606.364
Estoques	(1.312.191)	(215.129)
Outros créditos	(1.952.527)	(1.483.802)
Bloqueio judicial	206.589	714.114
Fornecedores	(4.942.459)	1.523.427
Obrigações fiscais	1.758.473	780.946
Obrigações sociais e trabalhistas	(11.325.819)	59.175.693
Provisões de férias	12.041.437	-
Receitas antecipadas	(3.620.063)	(10.067.768)
Outros passivos	1.801.405	950.361
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	12.183	798
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	12.183	798
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	813	15
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.996	813
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	12.183	798

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 32.657.473 e R\$ 32.099.565 respectivamente.

(vi) Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

O Complexo de Saúde de Mauá - COSAM é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 30 de abril de 2010, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0013-36, com sede na Rua Regente Feijó, nº 166, no bairro Vila Bocaina, na cidade de Mauá, no estado de São Paulo.

Em 27 de fevereiro de 2015 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 01/2015 – Processo nº 8020/14 entre a Prefeitura do Município de Mauá e a Fundação do ABC, com o objetivo de fomentar e apoiar tecnicamente a execução das atividades de prestação de serviço de saúde e ensino em saúde sob gestão municipal, em caráter complementar e integrado a Secretaria de Saúde de Mauá, a partir dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e das estratégias de gestão. Os serviços prestados são desenvolvidos de acordo com as diretrizes constitucionais e legais previstas para o Sistema Único de Saúde, sendo atendimentos realizados à população obrigatoriamente gratuitos, em caráter 100% público.

A gestão do Complexo de Saúde de Mauá (COSAM) feita via Organização Social de Saúde possibilita maior facilidade administrativa e maior agilidade em muitas ações consideradas burocráticas quando geridas diretamente pelo poder público.

A partir do COSAM, a Fundação passou a responder pela gestão clínica e administrativa do Nardini, das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) do município. Também fazem parte do contrato de gestão o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Álcool e Drogas, Centro de Atenção Psicossocial Adulto III Primavera, CAPS Infanto-juvenil, Centro de Especialidades Médicas de Mauá (CEMMA), Centro Especializado em Reabilitação (CER-IV), Centro de Referência em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente (CRSMCA), Centro de Referência em Saúde – HIV/DST, República Terapêutica Infanto-juvenil, Residência Terapêutica I e II, Consultório de Rua, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Centro de Reabilitação Dr. Jaime Souza, Complexo Municipal de Regulação e Centro de Referência em Saúde do Trabalhador.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(g) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	917	1
Banco conta movimento	12.029	8
Aplicações financeiras	50	804
	12.996	813

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura do Município de Mauá.

6 Estoques

Descrição	2020	2019
Medicamentos	1.261.241	501.519
Material médico hospitalar	945.237	478.345
Material de limpeza e higiene	72.728	17.588
Material de manutenção	98.972	65.269
Outros materiais	3.011	6.277
	2.381.189	1.068.998

7 Outros créditos

Refere-se, substancialmente, aos recursos transferidos para outras filiais em decorrência do reembolso do bloqueio judicial ocorrido em suas contas bancárias.

8 Bloqueio judicial

Compreende aos valores bloqueados das contas bancárias mantidas pela entidade, em decorrência dos processos judiciais em andamento.

9 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

10 Obrigações fiscais

Descrição	2020	2019
COFINS retido de serviços a recolher	5.664.166	4.303.020
INSS retido de serviços a recolher	1.560.244	1.549.413
IRRF retido de serviços a recolher	1.732.433	1.312.578
ISS a recolher	191.626	224.985
	9.148.469	7.389.996

11 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	5.458.084	5.266.733
Rescisões a pagar	145.131	10.458.553
IRRF a recolher	108.010.948	105.667.956
FGTS a recolher	28.052.438	31.559.276
INSS sobre autônomos a recolher	471.546	479.940
Empréstimo consignado a pagar	95.511	119.731
Outros	75.485	82.773
	142.309.143	153.634.962

12 Provisões de férias

Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos.

13 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

14 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	16.666.928	3.212.086
Cível	6.562.328	2.416.889
	23.229.256	5.628.975

15 Ajustes do exercício anterior

Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente, dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

16 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020	2019
Medicamentos	5.837.947	5.172.484
Material médico hospitalar	5.596.862	4.345.100
Órtese e prótese	440.665	656.185
Gases industriais e medicinais	984.785	659.501
Dieta enteral e parenteral	226.871	215.600
Material de limpeza e higiene	481.779	384.034
Outros materiais	85.652	2.401
	13.654.561	11.435.305

17 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

18 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de informática	716.090	708.149
Serviços de manutenção predial	20.881	1.810
Serviços de refeitório	394.030	-
Locação de veículos e equipamentos	203.881	188.341
Serviços de lavanderia hospitalar	822.038	741.458
Serviços de manutenção de equipamentos	101.527	111.871
Serviços administrativos	1.693.989	444.638
Serviços de motorista	24.935	29.061
Outros serviços	541.937	105.734
	4.519.308	2.331.062

19 Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Gêneros alimentícios	5.394.449	6.180.784
Material de conservação e reparo	218.288	87.182
Material de consumo administrativo	531.199	159.158
Utilidade pública (água, luz, telefone)	2.607.305	2.305.871
Outras despesas	173.261	20.463
	8.924.502	8.753.458

20 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.976	142
	2.976	142
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(15.987)	(10.749)
Juros financeiros	(215.149)	(1.990.056)
Juros e multas de mora	(291.760)	(579.700)
	(522.896)	(2.580.505)

21 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Complexo de Saúde de Mauá - COSAM não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

À Presidência da Fundação do ABC
Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Complexo de Saúde de Mauá - COSAM, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Complexo de Saúde de Mauá - COSAM, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria

para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes CRC 2SP026236	Edison Ryu Ishikura Contador CRC 1SP200894/O-0
--	---

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul

CNPJ 57.571.275/0017-60

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.062.449	3.153.094	Fornecedores	7	20.461.228	27.824.109
Convênios e contratos a receber	5	4.166.978	12.037.833	Obrigações fiscais	8	1.229.258	641.980
Estoques	6	14.086.625	7.424.702	Obrigações sociais e trabalhistas	9	24.666.919	17.451.963
Outros créditos		16.594	-	Provisões de férias	10	26.167.501	-
		22.332.646	22.615.629	Outros passivos		213.458	317.835
						72.738.364	46.235.887
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial		9.525	487.069	Provisão para contingências	11	10.008.336	13.970.267
		9.525	487.069			10.008.336	13.970.267
				Patrimônio líquido		(61.406.224)	(558.061)
				Patrimônio social		1.001.695	(36.545.395)
				Superávits acumulados		(60.404.529)	(37.103.456)
Total do ativo		22.342.171	23.102.698	Total do passivo e patrimônio líquido		22.342.171	23.102.698

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2020	2019		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados
			(reapresentado)				Total
Receitas operacionais				Saldos em			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	602.143.979	390.855.941	31 de dezembro de 2018		6.373.276	(6.043.829)
Outras receitas		51.531	182.477				
		602.195.510	391.038.418	Amortização do imobilizado	(887.508)	-	(887.508)
Despesas operacionais				Déficit do exercício	-	(36.545.395)	(36.545.395)
Com pessoal		(300.662.228)	(225.507.541)	Incorporação ao patrimônio social	(6.043.829)	6.043.829	-
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(78.036.772)	(49.471.954)				
Prestadores de serviços médicos	14	(108.984.948)	(68.297.003)	Saldos em			
Prestadores de serviços de terceiros	15	(88.679.529)	(56.265.979)	31 de dezembro de 2019		(558.061)	(36.545.395)
Administrativas e gerais	16	(5.237.969)	(4.225.847)				
Atividades acadêmicas		(15.450.773)	(15.103.543)	Ajuste do exercício anterior	12	(24.302.768)	-
Contingências e despesas judiciais		-	(8.052.139)	Superávit do exercício	-	1.001.695	1.001.695
Bens de terceiros	3 (e)	(4.068.418)	(679.926)	Incorporação ao patrimônio social	(36.545.395)	36.545.395	-
		(601.120.637)	(427.603.932)				
Superávit antes do resultado financeiro		1.074.873	(36.565.514)	Saldos em			
Receitas financeiras	17	71.974	135.740	31 de dezembro de 2020		(61.406.224)	1.001.695
Despesas financeiras	17	(145.152)	(115.621)				
		(73.178)	20.119				
Superávit (déficit) do exercício		1.001.695	(36.545.395)				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
		2020	2019
			(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit (déficit) do exercício		1.001.695	(36.545.395)
Ajustes do exercício anterior		(24.302.768)	-
Ajustes para conciliar o resultado			
Provisões para contingências		(3.961.931)	6.892.985
Variações nos ativos e passivos:			
Convênios a receber		7.870.855	18.347.064
Estoques		(6.661.923)	(822.459)
Outros créditos		(16.594)	-
Bloqueio judicial		477.544	(301.468)
Fornecedores		(7.362.881)	9.416.793
Obrigações fiscais		587.278	117.337
Obrigações sociais e trabalhistas		7.214.956	634.254
Provisões de férias		26.167.501	-
Outros passivos		(104.377)	216.299
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		909.355	(2.044.590)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa		909.355	(2.044.590)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.153.094	5.197.684
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4.062.449	3.153.094
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa		909.355	(2.044.590)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 80.577.477 e R\$ 60.436.021 respectivamente.

(vi) Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo

O Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 17 de maio de 2012, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0017-60, com sede na Estrada dos Alvarengas, nº 1.001, no bairro Alvarenga, na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo.

Em 28 de dezembro de 2018 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 001/2018 entre Prefeitura do Município de São Bernardo, por intermédio da Secretaria de Saúde e a Fundação do ABC, para conjugação de esforços, considerados objetivos comuns, no desenvolvimento de ações de saúde, no âmbito Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo.

O Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo é formado pelo Hospital Municipal Universitário, o Hospital Anchieta, o Hospital e Pronto Socorro Central e o Hospital de Clínicas Municipal.

Os serviços prestados são desenvolvidos de acordo com as diretrizes cons-

titucionais e legais previstas para o Sistema Único de Saúde.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(g) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Banco conta movimento	1.600	2.999.990
Aplicações financeiras	4.060.849	153.104
	4.062.449	3.153.094

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 Contratos a receber

Referem-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.

6 Estoques

Descrição	2020	2019
Medicamentos	5.662.468	2.387.411
Material médico hospitalar	7.097.885	3.625.319
Material de limpeza e higiene	116.908	71.494
Material de manutenção	331.760	430.265
Outros materiais	877.604	910.213
	14.086.625	7.424.702

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

8 Obrigações fiscais

Descrição	2020	2019
COFINS retido de serviços a recolher	551.841	314.571
INSS retido de serviços a recolher	384.564	160.462
IRRF retido de serviços a recolher	145.828	89.629
ISS a recolher	147.025	77.318
	1.229.258	641.980

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	16.682.156	11.860.621
Rescisões a pagar	31.688	-
IRRF a recolher	2.897.455	1.951.131
FGTS a recolher	2.537.294	1.765.381
INSS sobre autônomos a recolher	1.788.844	1.107.600
Empréstimo consignado a pagar	674.195	631.252
Outros	55.287	135.978
	24.666.919	17.451.963

10 Provisões de férias

Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos.

11 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	6.309.182	9.865.329
Cível	3.699.154	4.104.938
	10.008.336	13.970.267

12 Ajustes do exercício anterior

Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente, dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

13 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020	2019
Medicamentos	28.880.331	18.314.690
Material médico hospitalar	45.533.280	29.106.474
Gases industriais e medicinais	2.456.253	1.370.781
Material de limpeza e higiene	1.110.542	678.049
Outros materiais	56.366	1.960
	78.036.772	49.471.954

14 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

15 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de limpeza hospitalar	33.506.146	20.493.481
Serviços de informática	4.381.161	2.537.256
Serviços de manutenção predial	17.340.928	8.521.833
Serviços de refeitório	18.229.542	13.607.581
Locação de veículos e equipamentos	2.627.140	1.753.483
Serviços de lavanderia hospitalar	7.215.190	4.355.471
Serviços de manutenção de equipamentos	338.389	310.137
Serviços administrativos	4.133.413	3.731.597

Serviços de motorista	724.701	740.017
Outros serviços	182.919	215.123
	88.679.529	56.265.979

16 Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Gêneros alimentícios	493.605	227.651
Material de conservação e reparo	2.399.976	1.843.666
Material de consumo administrativo	2.000.617	1.739.229
Utilidade pública (água, luz, telefone)	81.896	82.151
Seguros patrimoniais	117.896	67.415
Outras despesas	143.979	265.735
	5.237.969	4.225.847

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	71.974	135.740
	71.974	135.740
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(112.145)	(47.185)
Juros e multas de mora	(4.867)	(68.436)
Outras despesas financeiras	(28.139)	-
	(145.151)	(115.621)

18 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020.

19 Outras informações – Relatório de produção – contratado x realizado - 2020

HOSPITAL DE ENSINO			
Internação			
	Contratado	Realizado	%
Saídas Hospitalares	7.680	6.879	(10,43)
Total	7.680	6.879	(10,43)
Atendimento Cirúrgico			
	Contratado	Realizado	%
Centro Cirúrgico	5.520	4.753	(13,89)
Hospital Dia	1.440	451	(68,68)
Total	6.960	5.204	(25,23)
Ambulatório			
	Contratado	Realizado	%
Consultas Médicas	45.432	36.344	(20,00)
Consultas Médicas em Oncologia	10.920	10.555	(3,34)
Total	56.352	46.899	(16,77)
SADT Externo			
	Contratado	Realizado	%
Laboratório de Análises Clínicas	152.244	109.321	(28,19)
Radiologia	1.812	223	(87,69)
Tomografia	3.600	2.595	(27,92)
Ultrassonografia	5.400	8.038	48,85
Medicina Nuclear In Vivo - Cintilografia	1.800	796	(55,78)
Total	164.856	120.973	(26,62)
COVID-19			
	Contratado	Realizado	%
Internação em Enfermaria/mês	1.800	1.252	(30,44)
Internação em UTI/mês	120	126	5,00
Total	1.920	1.378	(28,23)
HOSPITAL DE CLÍNICAS			
Internação			
	Contratado	Realizado	%
Saídas Hospitalares	6.600	6.054	(8,27)
Total	6.600	6.054	(8,27)

Atendimento Cirúrgico			
	Contratado	Realizado	%
Centro Cirúrgico	3.060	3.610	17,97
Hospital Dia	1.440	401	(72,15)
Total	4.500	4.011	(10,87)
Ambulatório			
	Contratado	Realizado	%
Consultas Médicas	71.124	38.417	(45,99)
Total	71.124	38.417	(45,99)
SADT Externo			
	Contratado	Realizado	%
Análises Clínicas	108.000	111.994	3,70
Radiologia	600	74	(87,67)
Tomografia	8.400	6.053	(27,94)
Densitometria Óssea	9.600	5.078	(47,10)
Ultrassonografia	1.800	2.680	48,89
Ressonância Magnética	9.000	4.710	(47,67)
Ooscopia	4.800	2.347	(51,10)
Total	142.200	132.936	(6,51)
Atendimento Domiciliar			
	Contratado	Realizado	%
Visita Equipe Multi Nível Superior	24.156	27.721	14,76
Visita Técnica de Enfermagem	18.288	20.956	14,59
Procedimentos de Enfermagem	118.080	212.310	79,80
Total	160.524	260.987	62,58
HOSPITAL MUNICIPAL UNIVERSITÁRIO			
Internação			
	Contratado	Realizado	%
Obstetrícia e Ginecologia	8.100	6.713	(17,12)
Neonatologia	900	886	(1,56)
Total	9.000	7.599	(15,57)
Atendimento Cirúrgico			
	Contratado	Realizado	%
Procedimentos Obstétricos	5.400	4.977	(7,83)
Procedimentos Ginecológicos	1.560	807	(48,27)
Total	6.960	5.784	(16,90)
Ambulatório			
	Contratado	Realizado	%
Consultas por Especialidades Médicas	36.000	25.810	(28,31)
Consultas por Especialidades não Médicas	22.320	19.078	(14,53)
Total	58.320	44.888	(23,03)
Atendimento às Urgências			
	Contratado	Realizado	%
Consultas de Urgências	36.000	31.244	(13,21)
Total	36.000	31.244	(13,21)
SADT Externo			
	Contratado	Realizado	%
SADT Externo	37.200	35.514	(4,53)
Total	37.200	35.514	(4,53)
HOSPITAL E PRONTO SOCORRO CENTRAL			
Atendimento de Urgência e Emergência			
	Contratado	Realizado	%
Clínica Geral	90.615	88.004	(2,88)
Ortopedia / Traumatologia	91.250	62.329	(31,69)
Oftalmologia	33.910	20.903	(38,36)
Pediatria	46.355	20.773	(55,19)
Odontologia	8.395	6.060	(27,81)
Cirurgia Geral	18.794	14.241	(24,23)
Neurologia	1.932	2.065	6,88
Total	291.251	214.375	(26,40)
Internação			
	Contratado	Realizado	%
Clínica Geral	3.388	4.122	21,66
Ortopedia / Traumatologia	527	125	(76,28)
Oftalmologia	43	45	4,65
Pediatria	1.694	1.131	(33,23)

Cirurgia Geral	1.345	1.339	(0,45)
Neurologia	706	587	(16,86)
Total	7.703	7.349	(4,60)
COVID-19			
	Contratado	Realizado	%
Internação em Enfermaria/mês	2.400	1.984	(17,33)
Internação em UTI/mês	1.200	627	(47,75)
Total	3.600	2.611	(27,47)

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul

CNPJ 57.571.275/0017-60

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	68.568	559.458	Fornecedores	6	16.597.415	7.465.294
Convênios e contratos a receber		-	19.035.430	Obrigações fiscais	7	2.206.952	2.398.489
Estoques	5	5.841.814	4.691.252	Obrigações sociais e trabalhistas	8	14.805.929	10.483.359
Outros créditos		32.671	31.876	Provisões de férias	9	14.244.251	-
		5.943.053	24.318.016	Outros passivos		163.778	191.698
						48.018.325	20.538.840
				Não circulante			
				Provisão para contingências	10	1.694.386	2.104.082
						1.694.386	2.104.082
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(12.083.014)	1.125.722
				Superávits acumulados		(31.686.644)	549.372
						(43.769.658)	1.675.094
Total do ativo		5.943.053	24.318.016	Total do passivo e patrimônio líquido		5.943.053	24.318.016

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado

	Nota	2020	2019
			(reapresentado)
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	264.407.317	225.292.145
Outras receitas		26.795	137.673
		264.434.112	225.429.818
Despesas operacionais			
Com pessoal		(151.552.645)	(117.894.712)
Medicamentos e insumos hospitalares	12	(33.614.710)	(19.245.468)
Prestadores de serviços médicos	13	(65.561.289)	(44.241.019)
Prestadores de serviços de terceiros	14	(35.506.242)	(34.652.065)
Administrativas e gerais	15	(6.587.477)	(1.678.868)
Atividades acadêmicas		(329.713)	(359.686)
Contingências e despesas judiciais		(1.814.743)	(4.195.109)
Bens de terceiros	3 (e)	(1.086.220)	(1.500.771)
		(296.053.039)	(223.767.698)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(31.618.927)	1.662.120
Receitas financeiras	16	5.091	33.307
Despesas financeiras	16	(72.808)	(1.146.055)
		(67.717)	(1.112.748)
Superávit (déficit) do exercício		(31.686.644)	549.372

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Saldos em				
31 de dezembro de 2018	2.553.850	2.142.491	4.696.341	
Ajuste do exercício anterior	(3.570.619)	-	(3.570.619)	
Superávit do exercício	-	549.372	549.372	
Incorporação ao patrimônio social	2.142.491	(2.142.491)	-	
Saldos em				
31 de dezembro de 2019	1.125.722	549.372	1.675.094	
Ajuste do exercício anterior	11 (13.758.108)	-	(13.758.108)	
Déficit do exercício	-	(31.686.644)	(31.686.644)	
Incorporação ao patrimônio social	549.372	(549.372)	-	
Saldos em				
31 de dezembro de 2020	(12.083.014)	(31.686.644)	(43.769.658)	

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(31.686.644)	549.372
Ajustes do exercício anterior	(13.758.108)	(3.570.619)
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	(409.696)	1.562.476
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	19.035.430	6.015.384
Estoques	(1.150.562)	(2.347.039)
Outros créditos	(795)	186.543
Fornecedores	9.132.121	(1.318.659)
Obrigações fiscais	(191.537)	(453.799)
Obrigações sociais e trabalhistas	4.322.570	(338.271)
Provisões de férias	14.244.251	-
Outros passivos	(27.920)	(27.596)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(490.890)	257.792
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Baixa de empréstimos bancários	-	(1.332.440)
Caixa líquido aplicado nas atividades financeiras	-	(1.332.440)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(490.890)	(1.074.648)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	559.458	1.634.106
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	68.568	559.458
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(490.890)	(1.074.648)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 40.616.109 e R\$ 31.595.783 respectivamente.

(vi) Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul

O Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 30 de abril de 2010, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0014-17, com sede na Rua do Niquel, nº 251, no bairro Prosperidade, na cidade de São Caetano do Sul, no estado de São Paulo. Em 2 de maio de 2019 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 88/2019 – Processo nº 11332/2017 entre Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC, tem por objeto a conjunção de esforços, considerados os objetivos comuns, visando o gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde no âmbito da Rede Hospitalar e Ambulatorial de São Caetano do Sul, em consonância com as Políticas de Saúde do SUS e as diretrizes da SESAUD.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pro-

nunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos

exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(g) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	1.548	266
Aplicações financeiras	67.020	559.192
	68.568	559.458

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 Estoques

Descrição	2020	2019
Medicamentos	3.378.282	2.939.794
Material médico hospitalar	2.463.533	1.751.458
	14.086.625	7.424.702

6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

7 Obrigações fiscais

Descrição	2020	2019
COFINS retido de serviços a recolher	897.795	959.950
INSS retido de serviços a recolher	970.567	1.036.443
IRRF retido de serviços a recolher	272.537	282.671
ISS a recolher	66.053	119.425
	2.206.952	2.398.489

8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	8.254.822	5.822.391
IRRF a recolher	3.244.270	2.641.563
FGTS a recolher	1.377.879	905.516
INSS sobre autônomos a recolher	801.038	571.214
Empréstimo consignado a pagar	331.377	224.098
Outros	796.543	318.577
	14.805.929	10.483.359

9 Provisões de férias

Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos.

10 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	1.310.949	1.731.795
Cível	383.437	372.287
	1.694.386	2.104.082

11 Ajustes do exercício anterior

Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente, dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

12 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020	2019
Medicamentos	14.344.910	9.704.415
Material médico hospitalar	17.052.472	8.169.237
Órtese e prótese	-	5.203
Gases industriais e medicinais	905.848	202.890
Dieta enteral e parenteral	1.301.159	1.092.395
Material de limpeza e higiene	2	27.648
Outros materiais	10.319	43.680
	33.614.710	19.245.468

13 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de limpeza hospitalar	14.065.865	12.493.183
Serviços de informática	102.679	89.269
Serviços de vigilância	4.925.448	2.293.644
Serviços de manutenção predial	3.921.224	4.756.782
Serviços de refeitório	1.359.329	5.347.033
Locação de veículos e equipamentos	189.306	16.133
Serviços de lavanderia hospitalar	2.252.024	2.184.938
Serviços de manutenção de equipamentos	3.754.237	3.148.101
Serviços administrativos	1.401.411	1.367.638
Serviços de motorista	5.310	3.150
Outros serviços	3.529.409	2.952.194
	35.506.242	34.652.065

15 Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Gêneros alimentícios	493.605	227.651
Material de conservação e reparo	2.399.976	1.843.666
Material de consumo administrativo	2.000.617	1.739.229
Utilidade pública (água, luz, telefone)	81.896	82.151
Seguros patrimoniais	117.896	67.415
Outras despesas	143.979	265.735
	5.237.969	4.225.847

16 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	71.974	135.740
	71.974	135.740
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(112.145)	(47.185)
Juros e multas de mora	(4.867)	(68.436)
Outras despesas financeiras	(28.139)	-
	(145.151)	(115.621)

17 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC
Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes Edison Ryu Ishikura
CRC 2SP026236 Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Hospital Bertioga

CNPJ 57.571.275/0011-74

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimonio liquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Não circulante				Não Circulante			
				Fornecedores		2.231.570	2.231.570
Convênios e contratos a receber		5.051.985	5.051.985	Outros passivos		3.120.582	3.120.582
		5.051.985	5.051.985			5.352.152	5.352.152
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(300.167)	(300.167)
						(300.167)	(300.167)
Total do ativo		5.051.985	5.051.985	Total do passivo e patrimonio liquido		5.051.985	5.051.985
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis							

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(300.167)		-	(300.167)
Déficit do exercício	-		-	-
Incorporação ao patrimônio social	-		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(300.167)		-	(300.167)
Ajuste do exercício anterior	-		-	-
Incorporação ao patrimônio social	-		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(300.167)		-	(300.167)
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Helene Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC Hospital Bertioga

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital Bertioga, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Hospital Bertioga, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria

para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes CRC 2SP026236	Edison Ryu Ishikura Contador CRC 1SP200894/O-0
--	---

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein

CNPJ 57.571.275/0008-79

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	356	5.663	Fornecedores	7	8.729.728	7.338.392
Convênios e contratos a receber	5	9.192.772	7.650.896	Obrigações fiscais	8	1.676.041	1.734.745
Estoques	6	819.411	753.173	Obrigações sociais e trabalhistas	9	22.632.047	22.715.107
		10.012.539	8.409.732	Provisões de férias	10	4.162.221	-
				Outros passivos	11	2.926.958	2.629.966
						40.126.995	34.418.210
				Não circulante			
				Provisão para contingências	12	3.643.248	1.945.914
				Outros passivos	11	578.622	578.622
						4.221.870	2.524.536
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social	(32.739.022)	(31.016.476)	
				Superávits acumulados	(1.597.304)	2.483.462	
					(34.336.326)	(28.533.014)	
Total do ativo		10.012.539	8.409.732	Total do passivo e patrimônio líquido		10.012.539	8.409.732

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2020	2019		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados
			(reapresentado)				Total
Receitas operacionais				SalDOS em			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	54.580.000	54.580.000	31 de dezembro de 2018	(26.255.078)	(328.850)	(26.583.928)
Outras receitas		115.665	212.068	Ajuste do exercício anterior	(4.432.548)	-	(4.432.548)
		54.695.665	54.792.068	Superávit do exercício	-	2.483.462	2.483.462
Despesas operacionais				Incorporação ao patrimônio social	(328.850)	328.850	-
Com pessoal		(38.186.463)	(35.255.674)	SalDOS em			
Medicamentos e insumos hospitalares	14	(3.329.745)	(2.852.584)	31 de dezembro de 2019	(31.016.476)	2.483.462	(28.533.014)
Prestadores de serviços médicos	15	(5.594.973)	(5.115.651)	Ajuste do exercício anterior	13 (4.206.008)	-	(4.206.008)
Prestadores de serviços de terceiros	16	(6.525.869)	(6.538.503)	Déficit do exercício	-	(1.597.304)	(1.597.304)
Administrativas e gerais	17	(496.831)	(751.243)	Incorporação ao patrimônio social	2.483.462	(2.483.462)	-
Contingências e despesas judiciais		(2.116.026)	(1.394.617)				
Bens de terceiros	3 (e)	(22.798)	(380.673)	SalDOS em			
		(56.272.705)	(52.288.945)	31 de dezembro de 2020	(32.739.022)	(1.597.304)	(34.336.326)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(1.577.040)	2.503.123				
Receitas financeiras	18	291	4.118				
Despesas financeiras	18	(20.555)	(23.779)				
		(20.264)	(19.661)				
Superávit (déficit) do exercício		(1.597.304)	2.483.462				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(1.597.304)	2.483.462
Ajustes do exercício anterior	(4.206.008)	(4.432.548)
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	1.697.334	1.018.230
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	(1.541.876)	(4.933.146)
Estoques	(66.238)	(244.861)
Bloqueio judicial	-	89.383
Fornecedores	1.391.336	304.528
Obrigações fiscais	(58.704)	67.502
Obrigações sociais e trabalhistas	(83.060)	5.368.185
Provisões de férias	4.162.221	-
Outros passivos	296.992	64.557
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(5.307)	(214.708)
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(5.307)	(214.708)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.663	220.371
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	356	5.663
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(5.307)	(214.708)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 10.233.972 e R\$ 9.448.521 respectivamente.

(vi) Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein

O Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein – OSS é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 22 de setembro de 2008, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0008-79, com sede na Rua América do Sul, nº 285, no bairro Parque Novo Oratório, na cidade de Santo André, no estado de São Paulo.

Em 28 de dezembro de 2018 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 522/2018 entre a Prefeitura Municipal de Santo André, por intermédio da Secretaria Municipal de Santo André e a Fundação do ABC, tem por objeto gerenciamento, operacionalização e execução das ações, caracterizado como um serviço hospitalar cuja vocação assistencial está concentrada na atenção à saúde da mulher e do recém-nascido ofertando assistência em média complexidade nas clínicas cirúrgica e obstétrica, na assistência em alta complexidade em mastologia cirúrgica, nas unidades de terapia intensiva adulto e neonatal e leitos de gestação de alto risco, como também em atendimento em urgências/emergências, atendendo a demanda espontânea de pronto atendimento obstétrico e ginecológico.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos ser-

viços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(g) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	163	440
Aplicações financeiras	193	5.223
	356	5.663

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de Santo André.

6 Estoques

Descrição	2020	2019
Medicamentos	211.111	224.976
Material médico hospitalar	385.465	305.110
Material de limpeza e higiene	32.699	12.449
Material de manutenção	65.328	88.143
Outros materiais	124.808	122.495
	819.411	753.173

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

8 Obrigações fiscais

Descrição	2020	2019
COFINS retido de serviços a recolher	644.529	668.634
INSS retido de serviços a recolher	664.785	686.603
IRRF retido de serviços a recolher	202.461	208.768

ISS a recolher	164.266	170.740
	1.676.041	1.734.745

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	1.725.081	1.620.815
IRRF a recolher	20.091.234	20.294.322
FGTS a recolher	299.733	276.195
INSS sobre autônomos a recolher	175.652	171.735
Empréstimo consignado a pagar	128.695	126.349
Outros	211.652	225.691
	22.632.047	22.715.107

10 Provisões de férias

Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos.

11 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	812.711	755.180
Cível	2.830.537	1.190.734
	3.643.248	1.945.914

12 Ajustes do exercício anterior

Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente, dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

13 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020	2019
Medicamentos	1.016.374	872.040
Material médico hospitalar	1.651.192	1.383.878
Órtese e prótese	46.798	2.091
Material de laboratório	101	2.828
Gases industriais e medicinais	305.430	286.732
Dieta enteral e parenteral	111.339	117.246
Material de limpeza e higiene	150.360	139.093
Outros materiais	48.151	48.676
	3.329.745	2.852.584

14 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

15 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de limpeza hospitalar	1.803.861	1.735.057
Serviços de informática	31.440	32.507
Serviços de vigilância	576.104	577.200
Serviços de manutenção predial	-	30.011
Serviços de refeitório	1.855.063	1.760.132
Serviços de lavanderia hospitalar	739.128	757.238
Serviços de manutenção de equipamentos	289.677	382.558
Serviços administrativos	391.895	452.324
Outros serviços	838.701	811.476
	6.525.869	6.538.503

16 Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Gêneros alimentícios	21.713	11.976
Material de conservação e reparo	105.036	260.737
Material de consumo administrativo	98.027	255.740

Utilidade pública (água, luz, telefone)	264.167	202.350
Seguros patrimoniais	1.950	4.501
Outras despesas	5.938	15.939
	496.831	751.243

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	291	4.118
	291	4.118
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(4.436)	(3.626)
Juros e multas de mora	(16.119)	(20.153)
	(20.555)	(23.779)

18 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Helene Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Hospital Estadual de Francisco Morato

CNPJ 57.571.275/0020-65

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	1.023	Fornecedores	-	-	72.494
	-	-	1.023	Obrigações fiscais	-	-	3.999
					-	-	76.493
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social	-	-	(4.285.049)
				Superávits acumulados	-	-	4.209.579
					-	-	(75.470)
Total do ativo	-	-	1.023	Total do passivo e patrimônio líquido	-	-	1.023

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado

	Nota	2020	2019
			(reapresentado)
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Estadual	-	-	63.472.833
Investimento - Estadual	-	-	133.700
Outras receitas	-	-	292.498
	-	-	63.899.031
Despesas operacionais			
Com pessoal	-	-	(21.462.062)
Medicamentos e insumos hospitalares	-	-	(6.190.865)
Prestadores de serviços médicos	-	-	(23.311.782)
Prestadores de serviços de terceiros	-	-	(5.519.625)
Administrativas e gerais	-	-	(3.137.703)
Atividades acadêmicas	-	-	(2.050)
Bens de terceiros	-	-	(133.670)
	-	-	(59.757.757)
Superávit antes do resultado financeiro	-	-	4.141.274
Receitas financeiras	-	-	95.611
Despesas financeiras	-	-	(27.306)
	-	-	68.305
Superávit do exercício	-	-	4.209.579

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(5.244.905)	402.618	(4.842.287)	
Ajuste do exercício anterior	557.238	-	-	557.238
Superávit do exercício	-	4.209.579	-	4.209.579
Incorporação ao patrimônio social	402.618	(402.618)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(4.285.049)	4.209.579	(75.470)	
Ajuste do exercício anterior	75.470	-	-	75.470
Incorporação ao patrimônio social	4.209.579	(4.209.579)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	-	4.209.579
Ajustes do exercício anterior	75.470	557.238
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	-	(575.404)
Variações nos ativos e passivos:		
Estoques	-	539.171
Fornecedores	(72.494)	(3.128.815)
Obrigações fiscais	(3.999)	(289.346)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(1.766.037)
Outros passivos	-	(40.528)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(1.023)	(494.142)
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(1.023)	(494.142)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.023	495.165
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	1.023
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(1.023)	(494.142)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC
Hospital Estadual de Francisco Morato

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital Estadual de Francisco Morato, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Hospital Estadual de Francisco Morato, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Unity Auditores Independentes Edison Ryu Ishikura
CRC 2SP026236 Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - HOSPITAL ESTADUAL MÁRIO COVAS DE SANTO ANDRÉ

CNPJ 57.571.275/0006-07

Demonstrações contábeis do exercicio findo em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanço Patrimonial									
Ativo		Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido		Nota	2020	2019
				(reapresentado)					(reapresentado)
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.578.105	21.909.116		Fornecedores	8	11.657.134	12.156.257	
Convênios a receber	5	500.000	350.000		Obrigações fiscais	9	181.162	250.750	
Estoques	6	2.411.445	2.035.595		Obrigações sociais e trabalhistas	10	7.908.957	7.562.296	
Outros créditos		552	1.003.689		Provisões de férias	11	10.377.458	-	
		22.490.102	25.298.400		Obrigações acadêmicas		99.913	99.913	
					Outros passivos	12	2.055.796	3.006.177	
							32.280.420	23.075.393	
Não circulante					Não circulante				
Bloqueio judicial	7	3.345.052	57.684		Provisão para contingências	13	2.551.757	1.114.966	
		3.345.052	57.684				2.551.757	1.114.966	
					Patrimônio líquido				
					Patrimônio social		(7.965.730)	(7.379.302)	
					Déficits acumulados		(1.031.293)	8.545.027	
							(8.997.023)	1.165.725	
Total do Ativo			25.835.154	25.356.084	Total do Passivo			25.835.154	25.356.084

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020						
Contratado x Realizado - Exercício 2020			1º Semestre			
Internações			2º Semestre			
	Contratado	Realizado	Variação %	Contratado	Realizado	Variação %
Clínica Médica	1.680	1.876	11,67	1.680	1.992	18,57
Obstetrícia	-	1	-	-	-	-
Pediatria	234	240	2,56	234	226	(3,42)
Psiquiatria	174	90	(48,28)	174	111	(36,21)
Total	2.088	2.207	5,70	2.088	2.329	11,54
Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica						
	Contratado	Realizado	Variação %	Contratado	Realizado	Variação %
Eletivas	3.486	2.027	(41,85)	3.486	1.622	(53,47)
Urgência	720	416	(42,22)	720	739	2,64
Total	4.206	2.443	(41,92)	4.206	2.361	(43,87)
Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais						
	Contratado	Realizado	Variação %	Contratado	Realizado	Variação %
Cirurgia Hospital - Dia	486	275	(43,42)	486	358	(26,34)
Cirurgias Ambulatoriais	2.694	1.458	(45,88)	2.694	1.347	(50,00)
Total	3.180	1.733	(45,50)	3.180	1.705	(46,38)
Urgência / Emergência						
	Contratado	Realizado	Variação %	Contratado	Realizado	Variação %
Consultas de Urgência	7.800	8.263	5,94	7.800	9.322	19,51
Consultas Médicas						
	Contratado	Realizado	Variação %	Contratado	Realizado	Variação %
Primeiras Consultas Rede	4.608	1.868	(59,46)	4.608	1.364	(70,40)
Interconsultas	6.000	3.899	(35,02)	6.000	4.089	(31,85)
Consultas Subsequentes	45.144	32.851	(27,23)	45.144	38.594	(14,51)
Total	55.752	38.618	(30,73)	55.752	44.047	(20,99)
Consultas Médicas (Com Telemedicina)						
	Contratado	Realizado	Variação %	Contratado	Realizado	Variação %
Primeiras Consultas Rede	4.608	1.868	(59,46)	4.608	1.364	(70,40)
Interconsultas	6.000	3.899	(35,02)	6.000	4.089	(31,85)
Consultas Subsequentes	45.144	32.851	(27,23)	45.144	38.594	(14,51)
Total	55.752	38.618	(30,73)	55.752	44.047	(20,99)
Consultas Não Médicas						
	Contratado	Realizado	Variação %	Contratado	Realizado	Variação %
Interconsultas	13.758	10.759	(21,80)	13.758	13.474	(2,06)
Procedimentos Terapêuticos (sessões)12.762		7.207	(43,53)	12.762	9.584	(24,90)
Total	26.520	17.966	(32,25)	26.520	23.058	(13,05)
Consultas Não Médicas (Com Telemedicina)						
	Contratado	Realizado	Variação %	Contratado	Realizado	Variação %
Interconsultas	13.758	10.759	(21,80)	13.758	13.474	(2,06)
Procedimentos Terapêuticos (sessões)12.762		7.207	(43,53)	12.762	9.584	(24,90)
Total	26.520	17.966	(32,25)	26.520	23.058	(13,05)
SADT Externo						
	Contratado	Realizado	Variação %	Contratado	Realizado	Variação %
Diagnóstico por Radiologia	2.040	387	(81,03)	2.040	564	(72,35)
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	3.120	1.139	(63,49)	3.120	1.153	(63,04)
Diagnóstico por Tomografia	1.722	724	(57,96)	1.722	676	(60,74)
Diagnóstico por Ressonância						
Magnética	858	382	(55,48)	858	464	(45,92)
Diagnóstico por Medicina Nuclear in Vivo702		552	(21,37)	702	662	(5,70)
Diagnóstico por Endoscopia	1.344	670	(50,15)	1.344	712	(47,02)
Diagnóstico por Radiologia Intervencionista	600	482	(19,67)	600	571	(4,83)
Métodos Diagnósticos em Especialidades	3.000	835	(72,17)	3.000	1.013	(66,23)
Total	13.386	5.171	(61,37)	13.386	5.815	(56,56)
Tratamentos Clínicos						
	Contratado	Realizado	Variação %	Contratado	Realizado	Variação %
Tratamento em Oncologia Quimioterapia	3.780	6.290	66,40	3.780	6.729	78,02
Tratamento em Oncologia Hormonioterapia	240	384	60,00	240	450	87,50
Total do Grupo Quimioterapia (Quimioterapia e Hormonioterapia)	4.020	6.674	66,02	4.020	7.179	78,58
Tratamento em Oncologia Radioterapia	4.800	-	(100,00)	9.600	-	(100,00)
Tratamento em Nefrologia Sessão Diálise	6.360	5.750	(9,59)	6.360	6.288	(1,13)

1 - Contexto operacional. (i) Objetivo social. A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. **(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGGER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. **(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. **(iv) PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. **(v) Isenção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 29.159.319 e R\$ 28.670.322 respectivamente. **(vi) Hospital Estadual Mário Covas de Santo André.** O Hospital Estadual Mário Covas de Santo André é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 30 de novembro de 2001, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0006-07, com sede na Rua Doutor Henrique Calderazzo, nº 321, no bairro Paraíso, na cidade de Santo André, no estado de São Paulo. O Hospital Estadual Mário Covas de Santo André (HEMC) está sob gestão da Fundação do ABC desde

			Demonstração de Resultado			
a	2020	2019		Nota	2020	2019
	(reapresentado)				(reapresentado)	
Receitas operacionais						
8	11.657.134	12.156.257	Contrato de gestão - Estadual	1 (vii)	215.778.185	211.470.700
9	181.162	250.750	Outras receitas		1.746.218	3.071.143
0	7.908.957	7.562.296			217.524.403	214.541.843
1	10.377.458	-	Despesas operacionais			
	99.913	99.913	Com pessoal		(108.803.428)	(106.978.812)
2	2.055.796	3.006.177	Medicamentos e insumos hospitalares	15	(45.289.332)	(41.448.646)
	32.280.420	23.075.393	Prestadores de serviços médicos	16	(42.203.781)	(39.613.649)
			Prestadores de serviços de terceiros	17	(9.897.369)	(9.169.391)
			Administrativas e gerais	18	(7.388.145)	(7.180.257)
			Atividades acadêmicas		(1.235.018)	(1.252.459)
3	2.551.757	1.114.966	Contingências e despesas judiciais		(3.449.870)	(2.867)
	2.551.757	1.114.966	Bens de terceiros	3 (d)	(898.980)	(1.700.810)
					(219.165.923)	(207.346.891)
	(7.965.730)	(7.379.302)	Superávit (déficit) antes do			
	(1.031.293)	8.545.027	resultado financeiro			
	(8.997.023)	1.165.725	Receitas financeiras	19	622.686	1.359.767
			Despesas financeiras	19	(12.459)	(9.692)
					610.227	1.350.075
	25.835.154	25.356.084	Superávit (déficit) do exercício		(1.031.293)	8.545.027
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis						
s						

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido							
		Notas	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2018			(16.288.555)	8.810.632	(7.477.923)		
Incorporação ao patrimônio social			8.810.632	(8.810.632)	-		
Ajuste do exercício anterior			38.621	-	38.621		
Superávit do exercício			-	8.545.027	8.545.027		
Saldos em 31 de dezembro de 2019			(7.379.302)	8.545.027	1.165.725		
Incorporação ao patrimônio social			8.545.027	(8.545.027)	-		
Ajustes do exercício anterior	14		(9.131.455)	-	(9.131.455)		
Déficit do exercício			-	(1.031.293)	(1.031.293)		
Saldos em 31 de dezembro de 2020			(7.965.730)	(1.031.293)	(8.997.023)		

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(reapresentado)
Superávit (Déficit) do exercício	(1.031.293)	8.545.027
Ajuste do exercício anterior	(9.131.455)	38.621
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	1.436.791	(1.487.467)
Variações nos ativos e passivos		
Convênios a receber	(150.000)	(292.450)
Estoques	(375.850)	40.616
Outros créditos	1.003.137	(948.827)
Bloqueio judicial	(3.287.368)	(49.924)
Fornecedores	(499.123)	3.174.532
Obrigações fiscais	(69.588)	26.858
Obrigações sociais e trabalhistas	346.661	(860.449)
Provisões de férias	10.377.458	-
Outros passivos	(950.381)	38.181
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(2.331.011)	8.224.718
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(2.331.011)	8.224.718
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.909.116	13.684.398
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.578.105	21.909.116
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(2.331.011)	8.224.718
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis		

tituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. **(g) Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	152	534
Banco conta movimento	-	3.438
Aplicações financeiras	19.577.953	21.905.144
	19.578.105	21.909.116

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósito Bancário, remunerados a taxa média de 97% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 - Contratos a receber. Refere-se ao repasse a receber de recursos financeiros de investimento estabelecidos pela Emenda Parlamentar firmado por meio do Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 04/20, em 29 de dezembro de 2020.

6 - Estoques

Descrição	2020	2019
Medicamentos	817.229	767.733
Material médico hospitalar	1.098.852	893.408
Dieta enteral e parenteral	40.900	42.420
Material de limpeza e higiene	36.000	11.966
Material de manutenção	370.908	283.483
Outros materiais	47.556	36.585
	2.411.445	2.035.595

7 - Bloqueio judicial. Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Hospital Estadual Mário Covas de Santo André.

8 - Fornecedores. Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

9 - Obrigações fiscais

Descrição	2020	2019
COFINS retido de serviços a recolher	129.065	164.273
INSS retido de serviços a recolher	2.948	787
IRRF retido de serviços a recolher	48.553	80.950
ISS a recolher	596	4.740
	181.162	250.750

10 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	5.369.906	5.188.449
IRRF sobre folha a recolher	560.104	519.985
FGTS a recolher	989.775	892.315
INSS sobre autônomos a recolher	584.461	580.998
Empréstimo consignado a pagar	309.386	290.696
Outros	95.325	89.853
	7.908.957	7.562.296

11 - Provisões de férias. Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado. 12 - Outros passivos. Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

13 - Provisão para contingências. A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	1.246.515	803.242
Cível	1.305.242	311.724
	2.551.757	1.114.966

14 - Ajustes do exercício anterior. Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

15 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020	2019
Medicamentos	16.245.622	13.959.840
Material médico hospitalar	14.377.994	10.465.996
Órtese e prótese	10.011.576	12.780.198
Material de laboratório	325.894	5.330

Gases industriais e medicinais	1.342.693	1.272.005
Dieta enteral e parenteral	1.519.773	1.382.588
Material de limpeza e higiene	510.609	535.827
Outros materiais	955.171	1.046.862
	45.289.332	41.448.646

16 - Prestadores de serviços médicos. Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

17 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de informática	1.344.940	1.251.314
Serviços de vigilância	180.500	-
Serviços de manutenção predial	1.015.915	1.035.145
Locação de veículos e equipamentos	1.399.816	-
Serviços de lavanderia hospitalar	1.978.531	1.869.586
Serviços de manutenção de equipamentos	856.429	806.142
Serviços administrativos	2.605.452	3.809.562
Serviços de motorista	252.200	201.236
Outros serviços	263.586	196.406
	9.897.369	9.169.391

18 - Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Gêneros alimentícios	1.934.349	1.983.145
Material de conservação e reparo	252.738	255.026
Material de consumo administrativo	948.216	958.964
Utilidade pública (água, luz, telefone)	3.977.080	3.577.414
Seguros patrimoniais	208.724	333.084
Outras despesas	67.038	72.624
	7.388.145	7.180.257

19 - Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	622.686	1.359.767
	622.686	1.359.767
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(12.459)	(9.692)
	(12.459)	(9.692)

20 - Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	R\$ 38.800.000
Danos elétricos	R\$ 500.000
Impacto de veículos	R\$ 100.000
Subtração de bens	R\$ 50.000
Responsabilidade civil	R\$ 200.000
Quebra de vidros	R\$ 10.000
Equipamentos estacionários	R\$ 50.000
Fidelidade de empregados	R\$ 50.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo	R\$ 100.000
Equipamentos eletrônicos sem cobertura de subtração	R\$ 200.000

DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN Presidente da Fundação do ABC
HELENO TEIXEIRA PASSETTO Contador - CRC 1SP220769/O-9
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC. Hospital Estadual Mário Covas de Santo André. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital Estadual Mário Covas de Santo André, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Hospital Estadual Mário Covas de Santo André, em 31 de dezembro de 2020, o

desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos.** Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Santo André, 26 de março de 2021. **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES CRC 2SP026236. EDISON RYU ISHIKURA** Contador CRC 1SP200894/O-0.

Relatório do conselho fiscal
Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 08 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Hospital Municipal Central de Osasco

CNPJ 57.571.275/0021-46

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Convênios e contratos a receber		23.207.075	23.207.075	Fornecedores		11.488.240	12.298.717
		23.207.075	23.207.075	Obrigações fiscais		453.045	453.045
				Obrigações sociais e trabalhistas		9.144.631	11.543.861
				Outros passivos		5.565.812	898.201
						26.651.728	25.193.824
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(3.444.653)	(1.913.495)
				Déficits acumulados		-	(73.254)
						(3.444.653)	(1.986.749)
Total do ativo		23.207.075	23.207.075	Total do passivo e patrimônio líquido		23.207.075	23.207.075
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis							

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2020	2019		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
			(reapresentado)					
Despesas operacionais				Saldos em				
Administrativas e gerais	-	(10.000)		31 de dezembro de 2018		1.344	(377)	967
Contingências e despesas judiciais	-	(55.669)		Ajuste do exercício anterior	(1.914.462)		-	(1.914.462)
	-	(65.669)		Déficit do exercício	-		(73.254)	(73.254)
				Incorporação ao patrimônio social	(377)		377	-
Déficit antes do resultado financeiro	-	(65.669)		Saldos em				
Receitas financeiras	-	-		31 de dezembro de 2019	(1.913.495)		(73.254)	(1.986.749)
Despesas financeiras	-	(7.585)		Ajuste do exercício anterior	(1.457.904)		-	(1.457.904)
	-	(7.585)		Incorporação ao patrimônio social	(73.254)		73.254	-
Déficit do exercício	-	(73.254)		Saldos em				
				31 de dezembro de 2020	(3.444.653)		-	(3.444.653)
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis				As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	-	(73.254)
Ajustes do exercício anterior	(1.457.904)	(1.914.462)
Variações nos ativos e passivos:		
Fornecedores	(810.477)	(317.321)
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.399.230)	1.916.138
Outros passivos	4.667.611	387.933
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	-	(966)
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	-	(966)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	966
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	-	(966)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Helene Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC Hospital Municipal Central de Osasco

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital Municipal Central de Osasco, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Hospital Municipal Central de Osasco, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais ris-

cos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Hospital Municipal Irmã Dulce

CNPJ 57.571.275/0009-50

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		473.382	1.286.998	Fornecedores		58.699.317	59.297.232
		473.382	1.286.998	Obrigações fiscais		17.182.240	17.182.240
				Obrigações sociais e trabalhistas		1.348.076	1.348.076
Não circulante				Outros passivos		6.566.928	6.161.632
Bloqueio judicial		3.844.120	3.844.120			83.796.561	83.989.180
		3.844.120	3.844.120				
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(78.802.305)	(65.464.143)
				Superávits acumulados		(676.754)	(13.393.919)
						(79.479.059)	(78.858.062)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2020	2019		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
			(reapresentado)					
Receitas operacionais				Saldos em				
Contratos de gestão - Municipal		-	336.004	31 de dezembro de 2018		(54.296.014)	(10.386.099)	(64.682.113)
		-	336.004					
Despesas operacionais				Ajuste do exercício anterior				(782.030) - 782.030)
Com pessoal		-	(1.314.684)	Déficit do exercício				- (13.393.919) (13.393.919)
Medicamentos e insumos hospitalares		-	(1.148.893)	Incorporação ao patrimônio social				(10.386.099) 10.386.099 -
Prestadores de serviços médicos		-	(5.965.898)	Saldos em				
Prestadores de serviços de terceiros		-	(2.140.923)	31 de dezembro de 2019				(65.464.143) (13.393.919) (78.858.062)
Administrativas e gerais		(4.760)	(3.029.442)	Ajuste do exercício anterior				55.757 - 55.757
Contingências e despesas judiciais		(671.994)	(53.992)	Déficit do exercício				- (676.754) (676.754)
		(676.754)	(13.653.832)	Incorporação ao patrimônio social				(13.393.919) 13.393.919 -
Déficit antes do resultado financeiro		(676.754)	(13.317.828)	Saldos em				
				31 de dezembro de 2020				(78.802.305) (676.754) (79.479.059)
Receitas financeiras		-	103	Ajuste do exercício anterior				55.757 - 55.757
Despesas financeiras		-	(76.194)	Déficit do exercício				- (676.754) (676.754)
		-	(76.091)	Incorporação ao patrimônio social				(13.393.919) 13.393.919 -
Déficit do exercício		(676.754)	(13.393.919)	Saldos em				
				31 de dezembro de 2020				(78.802.305) (676.754) (79.479.059)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(676.754)	(13.393.919)
Ajustes do exercício anterior	55.757	(782.030)
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	-	14.081.332
Bloqueio judicial	-	(467.213)
Fornecedores	(597.915)	4.644.473
Obrigações fiscais	-	296.742
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(3.732.101)
Outros passivos	405.296	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(813.616)	647.284
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(813.616)	647.284
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.286.998	639.714
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	473.382	1.286.998
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(813.616)	647.284

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC
Hospital Municipal Irmã Dulce

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital Municipal Irmã Dulce, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Hospital Municipal Irmã Dulce, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes Edison Ryu Ishikura
CRC 2SP026236 Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMÍLIO RIBAS II

CNPJ 57.571.275/0018-40

Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanço Patrimonial									
		Nota	2020	2019			Nota	2020	2019
				(reapresentado)					(reapresentado)
Ativo					Passivo e patrimônio líquido				
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.914.262	2.113.335		Fornecedores	6	511.130	205.277	
Estoques	5	886.581	402.154		Obrigações fiscais	7	21.467	17.289	
Outros créditos		3.487	1.052		Obrigações sociais e trabalhistas	8	830.975	296.752	
		2.804.330	2.516.541		Provisões de férias	9	1.129.058	-	
					Outros passivos		32.700	30.247	
							2.525.330	549.565	
Não circulante					Não circulante				
Bloqueio judicial		10.159	-		Provisão para contingências	10	289.994	383.591	
		10.159	-				289.994	383.591	
					Patrimônio líquido				
					Patrimônio social		1.583.385	1.468.483	
					Superávits (déficits) acumulados		(1.584.220)	114.902	
							(835)	1.583.385	
Total do ativo			2.814.489	2.516.541	Total do passivo e patrimônio líquido			2.814.489	2.516.541

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		3.510.857	(2.042.374)	1.468.483
Incorporação ao patrimônio social		(2.042.374)	2.042.374	-
Superávit do exercício		-	114.902	114.902
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.468.483	114.902	1.583.385
Incorporação ao capital social		114.902	(114.902)	-
Ajustes do exercício anterior	11	-	(1.200.630)	(1.200.630)
Déficit do exercício		-	(383.590)	(383.590)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.583.385	(1.584.220)	(835)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020						
Contratado x Realizado - Exercício 2020		1	° Semestre	2° Semestre		
Internações	Contratado	Realizado	Variação %	Contratado	Realizado	Variação %
Clínica Médica	396	377	(4,80)	396	389	(1,77)
Total	396	377	(4,80)	396	389	(1,77)
SADT Externo	Contratado	Realizado	Variação %	Contratado	Realizado	Variação %
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	360	179	(50,28)	360	270	(25,00)
Diagnóstico por Endoscopia	300	135	(55,00)	300	210	(30,00)
Total	660	314	(52,42)	660	480	(27,27)

1 - Contexto operacional. (i) Objetivo social. A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. **(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. **(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. **(iv) PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. **(v) Isenção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 3.460.221 e R\$ 3.539.322 respectivamente. **(vi) Instituto de Infectologia Emílio Ribas II.** O Instituto de Infectologia Emílio Ribas II – Baixada Santista (IIER-BS) é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 14 de agosto de 2014, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0018-40, com sede na Rua São Miguel, 760, no bairro Vicente de Carvalho, na cidade de Guarujá, no estado de São Paulo. A Fundação do ABC deu início em 2014 à gestão plena do Instituto de Infectologia Emílio Ribas II. A unidade recebe pacientes encaminhados de hospitais dos nove municípios que integram a Baixada Santista para o cuidado de diferentes doenças infectocontagiosas, entre as principais HIV/AIDS, tuberculose, leptospirose, meningites meningocócicas, complicações por gripe e hepatites. Além do atendimento médico e de enfermagem, também estão disponíveis exames laboratoriais e de imagem, como raio X, ultrassonografia e endoscopia. Os pacientes são atendidos mediante encaminhamento da Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde (CROSS), do Governo do Estado. **(vii) Contrato de gestão.** Em 27 de junho de 2014, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão Modelo para serviços hospitalares, exclusivamente ambulatoriais e outros tipos de serviços – excluindo-se laboratórios, Processo nº 001.0500.000.024/2014, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Instituto de Infectologia Emílio Ribas II – Baixada Santista, pelo período de cinco anos. Em 2019, a Fundação do ABC venceu novo chamamento público, e celebrou novo Contrato de Gestão Modelo para serviços hospitalares, exclusivamente ambulatoriais e outros tipos de serviços – excluindo-se laboratórios, Processo SPDOC nº 31056/2019, em 1 de junho de 2019, com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, por mais cinco anos. **2 - Apresentação das demonstrações contábeis. 2.1 Base de apresentação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a De-

monstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4 Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5 Instrumentos financeiros. (i) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis. **(ii) Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. **2.6 Reapresentação das demonstrações contábeis.** As demonstrações contábeis do exercício de 2019 estão sendo reapresentadas, em decorrência da alteração da nomenclatura das contas, bem como da reclassificação dos saldos entre as contas ativas, passivas e de resultado para melhor transparência e para efeitos comparativos com o exercício de 2020, não alterando o saldo total dos grupos de contas. **3 - Principais práticas contábeis adotadas. 3.1 Descrição das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: **(a) Caixa e equivalentes em caixa.** Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **(b) Estoques.** Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital. **(c) Ativo circulante.** Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. **(d) Imobilizado e bens de terceiros.** Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. **(e) Passivo circulante.** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias. **(f) Provisão para contingências.** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. **(g) Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência.

Demonstração de Resultado			
	Nota	2020	2019
(reapresentado)			
Receitas operacionais			
Contrato de gestão - Estadual	1(vii)	21.909.960	21.670.361
Outras receitas		114.423	-
		22.024.383	21.670.361
Despesas operacionais			
Com pessoal		(12.911.271)	(13.206.424)
Medicamentos e insumos hospitalares	12	(2.850.466)	(1.948.145)
Prestadores de serviços médicos	13	(4.243.961)	(3.981.536)
Prestadores de serviços de terceiros	14	(1.466.443)	(1.230.044)
Administrativas e gerais	15	(887.685)	(794.503)
Contingências e despesas judiciais		(9.465)	(435.382)
Bens de terceiros	3 (d)	(76.393)	(89.735)
		(22.445.684)	(21.685.769)

Superávit (déficit) antes do resultado financeiro			
		(421.301)	(15.408)
Receitas financeiras	16	43.337	136.385
Despesas financeiras	16	(5.626)	(6.075)
		37.711	130.310
Superávit (déficit) do exercício		(383.590)	114.902

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
(reapresentado)		
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(383.590)	114.902
Ajuste do exercício anterior	(1.200.630)	-
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	(93.597)	256.430
Variações nos ativos e passivos		
Estoques	(484.427)	21.171
Outros créditos	(2.435)	(1.052)
Bloqueio judicial	(10.159)	-
Fornecedores	305.853	(273.744)
Obrigações fiscais	4.178	(2.691)
Obrigações sociais e trabalhistas	534.223	(670.995)
Provisões de férias	1.129.058	-
Outros passivos	2.453	5.326
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(199.073)	(550.653)
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(199.073)	(550.653)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.113.335	2.663.988
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.914.262	2.113.335
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(199.073)	(550.653)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

4 - Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	1.419	1.353
Banco conta movimento	-	1.069
Aplicações financeiras	1.912.843	2.110.913
	1.914.262	2.113.335

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Estoques

Descrição	2020	2019
Medicamentos	385.784	200.071
Material médico hospitalar	426.747	159.020
Dieta enteral e parenteral	12.810	4.836
Material de limpeza e higiene	25.878	15.105
Material de manutenção	35.362	23.122
	886.581	402.154

6 - Fornecedores. Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

7 - Obrigações fiscais

Descrição	2020	2019
COFINS retido de serviços a recolher	11.769	8.913
INSS retido de serviços a recolher	135	65
IRRF retido de serviços a recolher	3.226	2.427
ISS a recolher	6.337	5.884
	21.467	17.289

8 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	577.839	-
IRRF sobre folha a recolher	73.190	80.509
FGTS a recolher	65.744	75.873
INSS sobre autônomos a recolher	59.508	71.601
Empréstimo consignado a pagar	-	7.965
Outros	54.699	60.804
	830.975	296.752

9 - Provisões de férias. Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulados. **10 - Provisão para contingências.** A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	289.994	383.591
	289.994	383.591

11 - Ajustes do exercício anterior. Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

12 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020	2019
Medicamentos	1.210.205	735.546
Material médico hospitalar	1.309.996	790.866
Material de laboratório	5.771	420
Gases industriais e medicinais	125.844	126.248
Dieta enteral e parenteral	80.191	106.814
Material de limpeza e higiene	109.489	104.816
Outros materiais	8.970	83.435
	2.850.466	1.948.145

13 - Prestadores de serviços médicos. Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de vigilância	14.359	14.477
Serviços de manutenção predial	53.981	123.926
Serviços de refeitório	-	2.655
Locação de veículos e equipamentos	18.696	20.742
Serviços de lavanderia hospitalar	526.039	262.200
Serviços de manutenção de equipamentos	193.356	166.403
Serviços administrativos	361.402	368.187
Serviços de motorista	231.513	197.689
Outros serviços	67.097	73.765
	1.466.443	1.230.044

15 - Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Gêneros alimentícios	399.460	332.479
Material de conservação e reparo	317.263	311.573
Material de consumo administrativo	123.658	113.516
Utilidade pública (água, luz, telefone)	16.797	14.917
Outras despesas	30.507	22.018
	887.685	794.503

16 - Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	43.337	136.385
	43.337	136.385
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(5.626)	(6.075)
	(5.626)	(6.075)

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div></div><div>DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN Presidente da Fundação do ABC</div></div>	<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div></div><div>HELENO TEIXEIRA PASSETTO Contador - CRC 1SP220769/O-9</div></div>
--	---

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div></div><div>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis</div></div>
À Presidência da Fundação do ABC. Instituto de Infectologia Emílio Ribas II. Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Instituto de Infectologia Emílio Ribas II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas

demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Instituto de Infectologia Emílio Ribas II, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos.** Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUA-BC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de audito-

ria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Guarujá, 26 de março de 2021. **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES** CRC 2SP026236. **EDISON RYU ISHIKURA** Contador CRC 1SP200894/O-0.

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 08 de Abril de 2021. **MARISTELA BAQUINI.** Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA.** Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI.** Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Mogi das Cruzes II

CNPJ 57.571.275/0026-50

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.286.614	2.774.997	Fornecedores		133.547	108.635
Outros créditos		2	-	Obrigações fiscais		53.345	10.130
		1.286.616	2.774.997	Obrigações sociais e trabalhistas	5	814.823	1.447.099
				Provisões de férias	6	526.321	-
				Outros passivos	7	98.227	145.793
Não circulante						1.626.263	1.711.657
Bloqueio judicial		28.389	75.270	Não circulante			
		28.389	75.270	Provisão para contingências	8	9.560	-
						9.560	-
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		1.797.573	285.992
				Déficits acumulados		(2.118.391)	852.618
						(320.818)	1.138.610
Total do ativo		1.315.005	2.850.267	Total do passivo e patrimônio líquido		1.315.005	2.850.267

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2020	2019		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados
			(reapresentado)				Total
Receitas operacionais				Saldos em			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	14.090.841	17.895.462	31 de dezembro de 2018		-	285.992
Incentivo financeiro - Federal	1 (vii)	4.021.777	-				
		18.112.618	17.895.462	Déficit do exercício		-	852.618
Despesas operacionais				Incorporação ao patrimônio social		285.992	(285.992)
Com pessoal		(7.954.399)	(7.081.903)				
Medicamentos e insumos hospitalares		(518.593)	(150.482)	Saldos em			
Prestadores de serviços médicos	10	(9.332.870)	(8.237.240)	31 de dezembro de 2019		285.992	852.618
Prestadores de serviços de terceiros	11	(1.216.618)	(1.041.216)				
Administrativas e gerais	12	(1.212.069)	(595.678)	Ajuste do exercício anterior	9	658.963	-
Contingências e despesas judiciais		(9.560)	-	Superávit do exercício		-	(2.118.391)
Bens de terceiros	3 (c)	(6.342)	-	Incorporação ao patrimônio social		852.618	(852.618)
		(20.250.451)	(17.106.519)				
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(2.137.833)	788.943	Saldos em			
Receitas financeiras	13	31.396	76.227	31 de dezembro de 2020		1.797.573	(2.118.391)
Despesas financeiras	13	(11.954)	(12.552)				
		19.442	63.675				
Superávit (déficit) do exercício		(2.118.391)	852.618				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(2.118.391)	852.618
Ajustes do exercício anterior	658.963	-
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	9.560	-
Variações nos ativos e passivos:		
Outros créditos	(2)	1.834.623
Bloqueio judicial	46.881	(75.270)
Fornecedores	24.912	(764.165)
Obrigações fiscais	43.215	(46.308)
Obrigações sociais e trabalhistas	(632.276)	911.590
Provisões de férias	526.321	-
Outros passivos	(47.566)	60.916
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(1.488.383)	2.774.004
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(1.488.383)	2.774.004
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.774.997	993
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.286.614	2.774.997
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(1.488.383)	2.774.004

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 2.131.779 e R\$ 1.897.950 respectivamente.

(vi) Mogi das Cruzes II

Mogi das Cruzes II é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 16 de abril de 2019, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0026-50, com sede na Rua Dom Luiz de Souza, nº 136, no bairro Jardim Universo, na cidade de Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo.

Em 22 de outubro de 2018 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 95 – Processo nº 41271/17 – Chamamento Público nº 2/2018, entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC referente ao gerenciamento, operacionalização e a execução de serviços de saúde nas Unidades de Saúde Jardim Universo e Jundiapéba – Pronto Atendimento; Unidade Básica de Saúde Jardim Universo – Atenção Básica; Centro de Detenção Provisória de Mogi das Cruzes; Serviço de apoio e Diagnóstico – Exames Radiológicos de Urgência e Emergência nas Unidades de Saúde Jardim Universo, Jundiapéba e Pró Criança; e Serviço de Imagem – Tomografia Computadorizada na Unidade de Saúde Vila Suíça.

O prazo de vigência deste contrato de gestão é de trinta e seis meses, contados a partir do dia 30 de outubro de 2018, podendo ser renovado, havendo concordância das partes.

(vii) Incentivo financeiro federal – COVID-19

Em 22 de junho de 2020 foi publicado no Diário Oficial da União nº 117, a Portaria nº 1579 de 19 de junho de 2020 do Ministério da Saúde, que credencia temporariamente municípios a receberem incentivos financeiros referentes aos Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), com periodicidade mensal de transferência de recursos, caso não exista nenhuma irregularidade que motive a suspensão.

A Portaria entrou em vigor na data de sua publicação, com vigência nas competências financeiras de maio de 2020 a setembro de 2020.

Nesta Portaria, o Município de Mogi das Cruzes foi credenciado temporariamente e apto a receber custeio como Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos,

bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(e) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	335	400
Banco conta movimento	443	7.226
Aplicações financeiras	1.285.836	2.767.371
	1.286.614	2.774.997

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	374.631	317.434
Rescisões a pagar	2.311	-
IRRF a recolher	44.232	30.325
FGTS a recolher	356.371	228.782
INSS sobre autônomos a recolher	34.458	41.068
Férias a pagar	-	446.761
Empréstimo consignado a pagar	2.673	3.568
Outros	147	379.160
	814.823	1.447.098

6 Provisões de férias

Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos.

7 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

8 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	9.560	-
	9.560	-

9 Ajustes do exercício anterior

Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente, dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

10 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

11 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de limpeza hospitalar	527.088	460.869
Serviços de vigilância	517.362	462.172
Serviços de manutenção predial	64.730	59.900
Locação de veículos e equipamentos	80.100	55.000
Serviços de manutenção de equipamentos	1.860	120
Serviços administrativos	25.332	3.155
Outros serviços	146	-
	1.216.618	1.041.216

12 Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Gêneros alimentícios	78	297
Material de conservação e reparo	5.239	9.350
Material de consumo administrativo	676.534	65.560
Utilidade pública (água, luz, telefone)	5.822	2.173
Seguros patrimoniais	-	1.505
Outras despesas	524.396	516.793
	1.212.069	595.678

13 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	31.396	76.227
	31.396	76.227
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(11.951)	(12.530)
Juros financeiros	(3)	(22)
	(11.954)	(12.552)

14 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Mogi das Cruzes II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

À Presidência da Fundação do ABC Mogi das Cruzes II

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Mogi das Cruzes II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Mogi das Cruzes II, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, indivi-

dualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - PÓLO DE ATENÇÃO INTENSIVA EM SAÚDE MENTAL – PAI BAIXADA SANTISTA

CNPJ 57.571.275/0032-07

Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanço Patrimonial					
Ativo	Nota	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	708.222	Fornecedores	6	43.891
Estoques	5	19.166	Obrigações fiscais	7	7.617
Outros créditos		63.260	Obrigações sociais e trabalhistas	8	232.492
		790.648	Outros passivos		16.748
					300.748
			Patrimônio líquido		
			Patrimônio social		52.111
			Superávit acumulado		437.789
					489.900
Total do ativo		790.648	Total do passivo e patrimônio líquido		790.648

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa				
				2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				437.789
Superávit do período				437.789
Variações nos ativos e passivos				
Estoques		(19.166)		
Outros créditos		(63.260)		
Fornecedores		43.891		
Obrigações fiscais		7.617		
Obrigações sociais e trabalhistas		232.492		
Outros passivos		16.748		
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		656.111		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Incorporação ao patrimônio social		52.111		
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		52.111		
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		708.222		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-		
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		708.222		
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		708.222		
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis				
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		-	-	-
Incorporação ao patrimônio social	9	52.111	-	52.111
Superávit do período		-	437.789	437.789
Saldos em 31 de dezembro de 2020		52.111	437.789	489.900
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis				
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020				

1 - Contexto operacional. (i) **Objetivo social.** A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. (ii) **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGGER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. (iii) **Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. (iv) **PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. (v) **Isonção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no exercício de 2020, o montante de R\$ 157.381. (vi) **Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista.** Em 5 de novembro de 2020, a Fundação do ABC deu início à gestão do Pólo de Atenção Intensiva (PAI) em Saúde Mental da Baixada Santista, que está instalado no Hospital Guilherme Álvaro (HGA), no bairro Boqueirão, na cidade de Santos. O PAI Baixada Santista foi idealizado pela Secretaria de Estado da Saúde, com objetivo de oferecer um serviço de tratamento em regime de internação breve a indivíduos portadores de transtornos mentais severos e persistentes em quadro agudo (crise). Com atendimento exclusivo a usuários do SUS, realiza intervenções eficazes e atendimento de excelência, visando o retorno mais breve possível dos pacientes às unidades de referência, com vistas à reinserção social. Entre os quadros agudos mais comuns atendidos no PAI estão a esquizofrenia e outros transtornos psicóticos; transtorno bipolar do humor e depressão unipolar grave; transtornos mentais orgânicos com manifestações comportamentais graves; transtornos mentais relacionados ao uso de álcool ou outras drogas, com comorbidades psiquiátricas de forma individualizada; e demais transtornos psiquiátricos em situação de crise intensa, como transtornos de personalidade, transtornos do desenvolvimento e transtornos alimentares, por exemplo. (vii) **Contrato de gestão.** Em 4 de novembro de 2020, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão Modelo, Processo SES-PRC-2020/43100, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde pelo Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da Baixada Santista – PAI Baixada Santista, com vigência até 30 de junho de 2024. **2 Apresentação das demonstrações contábeis.** **2.1 Base de apresentação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, in-

Demonstração de Resultado		
	Nota	2020
Receitas operacionais		
Contrato de gestão - Estadual	1 (vii)	1.284.360
		1.284.360
Despesas operacionais		
Com pessoal		(587.243)
Medicamentos e insumos hospitalares	10	(56.054)
Prestadores de serviços médicos	11	(84.432)
Prestadores de serviços de terceiros	12	(66.857)
Administrativas e gerais	13	(51.442)
		(846.028)
Superávit antes do resultado financeiro		438.332
Receitas financeiras	14	129
Despesas financeiras	14	(672)
		(543)
Superávit do período		437.789
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis		

Salários a pagar	186.379
IRRF sobre folha a recolher	8.339
FGTS a recolher	18.380
INSS sobre autônomos a recolher	19.049
Outros	345
	232.492

9 - Patrimônio social. Referem-se aos valores de estoque incorporado em 4 de novembro de 2020.

10 - Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020
Medicamentos	13.123
Material médico hospitalar	15.208
Material de limpeza e higiene	10.631
Outros materiais	17.092
	56.054

11 - Prestadores de serviços médicos. Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

12 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020
Serviços de informática	22.942
Serviços de manutenção predial	366
Locação de veículos e equipamentos	3.411
Serviços de manutenção de equipamentos	4.851
Serviços administrativos	33.645
Serviços de motorista	214
Outros serviços	1.428
	66.857

13 - Administrativas e gerais

Descrição	2020
Gêneros alimentícios	32.615
Material de conservação e reparo	2.779
Material de consumo administrativo	15.431
Utilidade pública (água, luz, telefone)	34
Outras despesas	583
	51.442

14 - Resultado financeiro

	2020
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	129
	129
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(641)
Juros e multas de mora	(11)
Outras despesas financeiras	(20)
	(672)

15 - Outras informações – Relatório de produção – contratado x realizado - 2020

	2º semestre		
Internações	Contratado	Realizado	Variação %
Psiquiatria	60	63	5,00
Total	60	63	5,00

16 - Evento subsequente. Em 15 de março de 2021, o Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Metal – PAI Baixada Santista obteve o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 57.571.275/0032-07, junto a Receita Federal do Brasil.

DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN

Presidente da Fundação do ABC

HELENO TEIXEIRA PASSETTO

Contador - CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis
--

À Presidência da Fundação do ABC. Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista, as quais compreendem o balanço patrimonial em31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 4 de novembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 4 de novembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de

cluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4 Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5 Instrumentos financeiros. (i) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis. **(ii) Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. **3 - Principais práticas contábeis adotadas. 3.1 Descrição das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: **(a) Caixa e equivalentes em caixa.** Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **(b) Estoques.** Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital. **(c) Ativo circulante.** Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. **(e) Passivo circulante.** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias. **(f) Provisão para contingências.** Amparada na opinião dos assessores jurídicos, e De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade não constituiu a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. **(g) Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência. **4 - Caixa e equivalentes em caixa**

Descrição	2020
Aplicações financeiras	708.222
	708.222

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de fundos de investimentos Financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 - Estoques

Descrição	2020
Medicamentos	2.968
Material médico hospitalar	5.213
Gases industriais e medicinais	900
Material de limpeza e higiene	3.229
Material de manutenção	2.981
Outros materiais	3.875
	19.166

6 - Fornecedores. Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

7 - Obrigações fiscais

Descrição	2020
COFINS retido de serviços a recolher	4.302
IRRF retido de serviços a recolher	1.388
ISS a recolher	1.927
	7.617

8 - Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020
-----------	------

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos

avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativamente em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, se eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral,

a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Santos, 26 de março de 2021.

UNITY AUDITORES INDEPENDENTES CRC 2SP026236. EDISON RYU ISHIKURA Contador CRC 1SP200894/O-0.

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 08 de Abril de 2021. **MARISTELA BAQUINI.** Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA.** Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI.** Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus

CNPJ 57.571.275/0024-99

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.974.288	25.962.222	Fornecedores	8	2.212.537	2.520.525
Convênios e contratos a receber	5	5.169.992	-	Obrigações fiscais	9	238.437	219.827
Estoques	6	575.875	255.726	Obrigações sociais e trabalhistas	10	11.847.202	10.002.634
Outros créditos		29.147	29.147	Provisões de férias	11	12.863.826	-
		20.749.302	26.247.095	Outros passivos	12	29.219	-
						27.191.221	12.742.986
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial	7	2.544.525	1.540.117	Provisão para contingências	13	433.515	320.877
		2.544.525	1.540.117			433.515	320.877
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		1.875.481	17.473.852
				Déficits acumulados		(6.206.390)	(2.750.503)
						(4.330.909)	14.723.349
Total do ativo		23.293.827	27.787.212	Total do passivo e patrimônio líquido		23.293.827	27.787.212

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2020	2019		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados
			(reapresentado)				Total
Receitas operacionais				Saldos em			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	170.344.303	143.965.022	31 de dezembro de 2018		21.862.542	(4.388.690)
Outras receitas		-	646	Déficit do exercício		-	(2.750.504)
		170.344.303	143.965.667	Incorporação ao patrimônio social		(4.388.690)	4.388.690
Despesas operacionais				Saldos em			
Com pessoal		(138.727.632)	(113.790.448)	31 de dezembro de 2019		17.473.852	(2.750.504)
Medicamentos e insumos hospitalares	15	(3.405.477)	(1.839.572)	Ajuste do exercício anterior	14	(12.847.868)	-(12.847.868)
Prestadores de serviços médicos	16	(16.880.883)	(16.353.682)	Déficit do exercício		-	(6.206.390)
Prestadores de serviços de terceiros	17	(15.136.087)	(13.016.397)	Incorporação ao patrimônio social		(2.750.504)	2.750.504
Administrativas e gerais	18	(1.831.980)	(1.532.067)	Saldos em			
Atividades acadêmicas		(288.000)	(470.158)	31 de dezembro de 2020		1.875.480	(6.206.390)
Contingências e despesas judiciais		(254.211)	(220.639)				(4.330.910)
Bens de terceiros		(109.954)	(211.357)				
		(176.634.224)	(147.434.320)				
Superávit antes do resultado financeiro		(6.289.921)	(3.468.653)				
Receitas financeiras	19	139.760	799.105				
Despesas financeiras	19	(56.229)	(80.956)				
		83.531	718.149				
Superávit (déficit) do exercício		(6.206.390)	(2.750.504)				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(6.206.390)	(2.750.504)
Ajustes do exercício anterior	(12.847.868)	-
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	112.638	(873)
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	(5.169.992)	-
Estoques	(320.149)	(32.054)
Outros créditos	-	(29.147)
Bloqueio judicial	(1.004.408)	(754.945)
Fornecedores	(307.988)	156.267
Obrigações fiscais	18.610	91.520
Obrigações sociais e trabalhistas	1.844.568	1.418.896
Provisões de férias	12.863.826	-
Outros passivos	29.219	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(10.987.934)	(1.900.840)
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(10.987.934)	(1.900.840)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25.962.222	27.863.062
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.974.288	25.962.222
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(10.987.934)	(1.900.840)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 37.179.005 e R\$ 30.495.840 respectivamente.

(vi) Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus

A Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde de São Mateus é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 28 de outubro de 2015, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0023-08, com sede na Rua Bandeira de Aracambi, nº 704, no bairro Jardim Rodolfo Pirani, na cidade São Paulo, no estado de São Paulo.

Em 13 de agosto de 2015 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 009/2014-SMSNTCSS – Processo nº 2014-0.337.134-9 entre a Prefeitura Municipal de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde e a Fundação do ABC, tem por objetivo o gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde em Unidades de Saúde da Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde de São Mateus.

O Contrato de Gestão contempla outros serviços e ações, como o primeiro CENALAC (Centro de Coleta de Leite Humano) vinculado a uma unidade de saúde – ação inovadora dentro do município de São Paulo. A iniciati-

va garante que o estoque do banco de leite permaneça constantemente abastecido, permitindo a nutrição dos recém-nascidos prematuros e com patologias graves até o maior ganho de peso.

Outros destaques são a atenção psicossocial reforçada através de 3 polos e 6 minipolos de saúde mental nas unidades; utilização de práticas integrativas e complementares em todas as unidades, ofertando diversos tratamentos e atividades para a população; e o PAVS (Programa Ambientes Verdes e Saudáveis), que proporciona a interface dos equipamentos de saúde com o meio ambiente, contribuindo para um olhar mais ampliado do território.

A Atenção Básica fortalecida em parte do território com as equipes da Estratégia de Saúde da Família e os Núcleos de Atenção à Saúde da Família têm produzido cuidado e vínculos com a comunidade.

A Atenção Especializada do Hospital Dia da Rede Hora Certa reforça a rede de atenção na região.

O acesso a serviços específicos como o PAI (Programa de Acompanhante de Idosos), CER (Centro Especializado em Reabilitação) e EMAD (Equipe Multidisciplinar de Atenção Domiciliar) completam o trabalho em rede desenvolvido na região. Por meio desses serviços, pacientes acamados ou portadores de doenças específicas têm acesso ao SUS no atendimento de suas necessidades.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da

Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(g) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências.

Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Banco conta movimento	-	210.032
Aplicações financeiras	14.974.288	25.752.190
	14.974.288	25.962.222

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente

conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio do Contrato de Gestão n° 009/2014.

6 Estoques

Descrição	2020	2019
Medicamentos	244.306	124.622
Material médico hospitalar	307.449	106.325
Material de limpeza e higiene	745	152
Material de manutenção	23.375	24.627
	575.875	255.726

7 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame da filial Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus.

8 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

9 Obrigações fiscais

Descrição	2020	2019
COFINS retido de serviços a recolher	99.353	93.095
INSS retido de serviços a recolher	107.173	96.150
IRRF retido de serviços a recolher	21.891	22.071
ISS a recolher	10.020	8.511
	238.437	219.827

10 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	6.558.534	5.512.173
Rescisões a pagar	39.187	6.356
IRRF a recolher	2.051.443	1.661.958
FGTS a recolher	1.132.913	941.971
INSS sobre autônomos a recolher	680.883	499.827
Férias a pagar	884.815	898.649
Empréstimo consignado a pagar	480.600	464.109
Outros	18.827	17.591
	11.847.202	10.002.634

11 Provisões de férias

Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos.

12 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

13 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	416.130	303.492
Cível	17.385	17.385
	433.515	320.877

14 Ajustes do exercício anterior

Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente, dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

15 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020	2019
Medicamentos	567.232	640.983
Material médico hospitalar	2.256.922	783.326
Gases industriais e medicinais	46.775	40.798
Dieta enteral e parenteral	135.850	173.355
Material de limpeza e higiene	20.570	41.518
Outros materiais	378.128	159.592
	3.405.477	1.839.572

16 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

17 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de limpeza hospitalar	4.305.789	3.565.804
Serviços de informática	565.382	392.880
Serviços de vigilância	3.149.486	2.509.119
Serviços de manutenção predial	1.017.687	1.151.271
Serviços de refeitório	11.088	14.087
Locação de veículos e equipamentos	3.651.877	1.441.536
Serviços de lavanderia hospitalar	194.751	185.679
Serviços de manutenção de equipamentos	761.376	505.256
Serviços administrativos	559.787	649.391
Serviços de motorista	92.938	1.588.105
Serviços de portaria	455.886	444.204
Outros serviços	370.040	569.065
	15.136.087	13.016.397

18 Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Gêneros alimentícios	3.425	889
Material de conservação e reparo	160.184	144.585
Material de consumo administrativo	681.336	723.257
Utilidade pública (água, luz, telefone)	893.862	485.137
Seguros patrimoniais	1.949	-
Outras despesas	91.224	178.199
	1.831.980	1.532.067

19 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	139.760	799.105
	139.760	799.105
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(56.111)	(46.627)
Juros e multas de mora	(118)	(34.329)
	(56.229)	(80.956)

20 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC

Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação,

omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis

representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes CRC 2SP026236	Edison Ryu Ishikura Contador CRC 1SP200894/O-0
--	---

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - SERVIÇO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO DE DIADEMA

CNPJ 57.571.275/0029-01

Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanço Patrimonial		
Ativo	Nota	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.916.289
Estoques		1.728
		1.918.017
Não circulante		
Bloqueio judicial	5	426.081
		426.081
Total do ativo		2.344.098
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	-
Superávit do exercício	-	1.875.252	1.875.252
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	1.875.252	1.875.252
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis			

Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020
Superávit do período	1.032.073
Variações nos ativos e passivos	
Estoques	(335.684)
Outros créditos	(9.320)
Fornecedores	187.533
Obrigações fiscais	49.811
Obrigações sociais e trabalhistas	397.726
Outros passivos	18.334
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.340.473
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Incorporação ao patrimônio social	387.509
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	387.509
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	1.727.982
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.727.982
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	1.727.982
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis	

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020
--

1 - Contexto operacional. (i) **Objetivo social.** A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. (ii) **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. (iii) **Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. (iv) **PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. (v) **Isenção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no exercício de 2020, o montante de R\$ 44.400. (vi) **Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema.** Em 9 de janeiro de 2020, a Fundação do ABC deu início à gestão do Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema, instalado na Avenida Antonio Piranga, nº 700, no bairro Centro, na cidade de Diadema. (vii) **Contrato de gestão.** Em 8 de janeiro de 2020, o Estado e São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão Modelo, Processo SPDOC nº 714640/2019, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde pelo do Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema, por período de cinco anos. Em 30 de abril de 2020, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 01/2020, que tem por objeto a suspensão temporária dos repasses dos recursos financeiros e das atividades e serviços de saúde do Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema no exercício de 2020, em razão da pandemia do novo Coronavírus – COVID 19. **2 - Apresentação das demonstrações contábeis.** **2.1 Base de apresentação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4 Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas

Passivo e patrimônio líquido		
	Nota	2020
Circulante		
Fornecedores	6	1.325
Obrigações fiscais		2.603
Obrigações sociais e trabalhistas	7	21.636
Provisões de férias		19.155
Outros passivos		424.127
		468.846
Patrimônio líquido		
Superávit acumulado		1.875.252
		1.875.252
Total do passivo e patrimônio líquido		2.344.098

contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5 Instrumentos financeiros.** (i) **Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis. (ii) **Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. **3 - Principais práticas contábeis adotadas.** **3.1 Descrição das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: **(a) Caixa e equivalentes em caixa.** Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **(b) Estoques.** Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital. **(c) Ativo circulante.** Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. **(d) Imobilizado e bens de terceiros.** Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. **(e) Passivo circulante.** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias. **(f) Provisão para contingências.** Amparada na opinião dos assessores jurídicos, e De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade não constituiu a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. **(g) Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência. **4 - Caixa e equivalentes em caixa**

Descrição	2020
Banco conta movimento	23
Aplicações financeiras	1.916.266
	1.916.289

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de fundos de investimentos Financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis. **5 - Bloqueio judicial.** Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema. **6 - Fornecedores.** Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares. **7 - Obrigações sociais e trabalhistas**

Descrição	2020
Salários a pagar	12.820
IRRF sobre folha a recolher	5.984
FGTS a recolher	2.118
INSS sobre autônomos a recolher	714
	21.636

8 - Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020
Serviços de manutenção predial	66.805
Serviços administrativos	66.638
Serviços de portaria	161.370
Outros serviços	33.510
	328.323

9 - Resultado financeiro

	2020
Receitas financeiras	

Demonstração de Resultado		
	Nota	2020
Receitas operacionais		
Contrato de gestão - Estadual	1 (vii)	3.341.067
Outras receitas		50
		3.341.117
Despesas operacionais		
Com pessoal		(165.672)
Medicamentos e insumos hospitalares		(2.084)
Prestadores de serviços de terceiros	8	(328.323)
Administrativas e gerais		(867)
Contingências e despesas judiciais		(10)
Bens de terceiros	3 (d)	(999.195)
		(1.496.151)
Superávit antes do resultado financeiro		1.844.966
Receitas financeiras	9	32.640
Despesas financeiras	9	(2.354)
		30.286
Superávit do exercício		1.875.252
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis		

Rendimento de aplicações financeiras	32.640
	32.640
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(2.354)
	(2.354)

DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN
Presidente da Fundação do ABC
HELENO TEIXEIRA PASSETTO Contador - CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis
--

À Presidência da Fundação do ABC. Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 8 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 8 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Diadema, 26 de março de 2021. **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES** CRC 2SP026236. **EDISON RYU ISHIKURA** Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 08 de Abril de 2021. **MARISTELA BAQUINI.** Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA.** Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI.** Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - UPA 24h Central Santos

CNPJ 57.571.275/0024-99

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial								
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019	
			(reapresentado)				(reapresentado)	
Circulante				Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.238.326	823.885	Empréstimos bancários		-	86	
Convênios e contratos a receber	5	1.927.375	1.929.632	Fornecedores	7	989.915	414.963	
Estoques	6	517.603	275.895	Obrigações fiscais		71.300	91.740	
Outros créditos		11	-	Obrigações sociais e trabalhistas	8	1.322.137	1.751.194	
		3.683.315	3.029.412	Provisões de férias	9	608.364	-	
				Outros passivos		91.322	90.912	
						3.083.038	2.348.895	
Não circulante				Não circulante				
Bloqueio judicial		63.588	68.753	Provisão para contingências	10	303.531	226.259	
		63.588	68.753			303.531	226.259	
				Patrimônio líquido				
				Patrimônio social		523.011	(1.649.780)	
				Déficits acumulados		(162.677)	2.172.791	
						360.334	523.011	
Total do ativo		3.746.903	3.098.165	Total do passivo e patrimônio líquido		3.746.903	3.098.165	

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2020	2019		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados
			(reapresentado)				Total
Receitas operacionais				Saldos em			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	23.090.683	22.349.782	31 de dezembro de 2018		(2.868.576)	1.218.796(1.649.780)
		23.090.683	22.349.782				
Despesas operacionais				Superávit do exercício		-	2.172.791
Com pessoal		(7.534.352)	(7.093.403)	Incorporação ao patrimônio social	1.218.796	(1.218.796)	-
Medicamentos e insumos hospitalares	12	(1.861.222)	(1.435.607)				
Prestadores de serviços médicos	13	(9.895.991)	(8.441.723)	Saldos em			
Prestadores de serviços de terceiros	14	(2.518.472)	(1.731.781)	31 de dezembro de 2019		(1.649.780)	2.172.791
Administrativas e gerais	15	(1.278.875)	(1.155.635)				523.011
Contingências e despesas judiciais		(150.690)	(266.935)	Déficit do exercício		-	(162.677)
Bens de terceiros	3 (e)	(14.998)	(48.572)	Incorporação ao patrimônio social	2.172.791	(2.172.791)	-
		(23.254.600)	(20.173.656)				
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro(163.917)			2.176.126	Saldos em			
Receitas financeiras	16	13.174	8.060	31 de dezembro de 2020		523.011	(162.677)
Despesas financeiras	16	(11.934)	(11.395)				360.334
		1.240	(3.335)				
Superávit (déficit) do exercício		(162.677)	2.172.791				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(162.677)	2.172.791
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	77.272	226.259
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios a receber	2.257	(137.803)
Estoques	(241.708)	(25.801)
Outros créditos	(11)	74.979
Bloqueio judicial	5.165	(5.766)
Fornecedores	574.952	(1.604.850)
Obrigações fiscais	(20.440)	(22.032)
Obrigações sociais e trabalhistas	(429.057)	387.033
Provisões de férias	608.364	-
Outros passivos	410	(290.685)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	414.527	774.125
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Amortização de empréstimos bancários	(86)	86
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades financeiras	(86)	86
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	414.441	774.211
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	823.885	49.674
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.238.326	823.885
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	414.441	774.211

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 2.019.206 e R\$ 1.901.032 respectivamente.

(vi) UPA 24h Central Santos

A UPA 24h Central Santos é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 11 de fevereiro de 2016, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0024-99, com sede na Rua Joaquim Távora, nº 256, no bairro Vila Mathias, na cidade de Santos, no estado de São Paulo.

Em 21 de setembro de 2015 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 538/2015 – Processo nº 11168/2015-37 entre a Prefeitura de Santos, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC, tendo como objeto o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços da Unidade Pronto-Atendimento Central (UPA CENTRAL) – tipo III, da Secretaria Municipal de Saúde, com a utilização de profissionais correlatos e auxiliares necessários ao atendimento ao público e sua organização, a fim de realizar atendimentos de urgência e emergência em geral, adulto e pediátrico, envolvendo acolhimento, classificação de riscos e procedimentos médicos, tais como investigação diagnóstica e tratamento por um período

de no máximo 24 (vinte e quatro) horas; e ainda serviços de apoio, diagnóstico e terapêutico (SADT), mediante a realização de exames complementares necessários para o diagnóstico ou à coleta de materiais, e realização de procedimentos terapêuticos imediatos necessários no atendimento da emergência e estabilização do paciente, bem como seu encaminhamento às Unidades Hospitalares de maior complexidade, sendo o caso.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(g) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	276	64
Banco conta movimento	5.551	41
Aplicações financeiras	1.232.499	823.780
	1.238.326	823.885

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura de Santos, por meio do Contrato de Gestão nº 538/2015.

6 Estoques

Descrição	2020	2019
Medicamentos	235.253	136.935
Material médico hospitalar	235.753	90.550
Gases industriais e medicinais	-	-
Dieta enteral e parenteral	-	-

Material de limpeza e higiene	8.319	7.323
Material de manutenção	38.278	41.087
Outros materiais	-	-
	517.603	275.895

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	354.832	359.725
IRRF a recolher	48.044	47.395
FGTS a recolher	877.688	716.662
INSS sobre autônomos a recolher	38.437	37.894
Férias a pagar	-	585.558
Outros	3.136	3.959
	1.322.137	1.751.193

9 Provisões de férias

Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos.

10 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

11 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	208.740	43.824
Cível	94.791	182.435
	303.531	226.259

12 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020	2019
Medicamentos	795.611	754.627
Material médico hospitalar	872.879	465.160
Gases industriais e medicinais	172.722	109.897
Material de limpeza e higiene	126	1.281
Outros materiais	19.884	104.643
	1.861.222	1.435.608

13 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de limpeza hospitalar	1.060.209	773.691
Serviços de manutenção predial	117.191	159.626
Locação de veículos e equipamentos	149.071	69.120
Serviços de lavanderia hospitalar	158.115	92.152
Serviços de manutenção de equipamentos	241.529	206.304
Serviços administrativos	5.031	22
Serviços de motorista	294.000	21.233
Serviços de portaria	488.062	381.926
Outros serviços	5.263	27.705
	2.518.471	1.731.779

15 Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Gêneros alimentícios	259.723	280.063
Material de conservação e reparo	13.731	9.149
Material de consumo administrativo	147.755	46.267

Utilidade pública (água, luz, telefone)	324.303	342.287
Outras despesas	533.363	477.869
	1.278.875	1.155.635

16 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	13.174	8.060
	13.174	8.060
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(11.907)	(11.362)
Juros financeiros	(26)	(33)
Juros e multas de mora	(1)	-
	(11.934)	(11.395)

17 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial UPA 24h Central Santos não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Helene Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC UPA 24h Central Santos

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - UPA 24h Central Santos, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - UPA 24h Central Santos, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divul-

gando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes

CNPJ 57.571.275/0022-27

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	883.823	2.259.054	Fornecedores	6	171.567	202.683
Estoques	5	59.770	75.506	Obrigações fiscais		42.938	51.442
Outros créditos		40.592	107.487	Obrigações sociais e trabalhistas	7	582.590	988.011
		984.185	2.442.047	Provisões de férias	8	444.045	-
				Contratos a pagar		-	86.344
Não circulante				Outros passivos	9	278.191	197.656
Bloqueio judicial		25.047	481			1.519.331	1.526.136
		25.047	481	Não circulante			
				Provisão para contingências	10	49.643	33.546
						49.643	33.546
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		999.476	1.190.640
				Déficits acumulados		(1.559.218)	(307.794)
						(559.742)	882.846
Total do ativo		1.009.232	2.442.528	Total do passivo e patrimônio líquido		1.009.232	2.442.528

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado

	Nota	2020	2019
			(reapresentado)
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	12.169.940	12.706.213
Outras receitas		10	-
		12.169.950	12.706.213
Despesas operacionais			
Com pessoal		(5.732.195)	(5.633.133)
Medicamentos e insumos hospitalares	12	(396.513)	(350.631)
Prestadores de serviços médicos	13	(4.681.506)	(4.267.812)
Prestadores de serviços de terceiros	14	(2.141.958)	(2.140.634)
Administrativas e gerais	15	(746.546)	(687.523)
Contingências e despesas judiciais		(49.823)	(10.117)
		(13.748.541)	(13.089.850)
Déficit antes do resultado financeiro		(1.578.591)	(383.637)
Receitas financeiras	16	27.097	83.393
Despesas financeiras	16	(7.724)	(7.550)
		19.373	75.843
Déficit do exercício		(1.559.218)	(307.794)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Saldos em				
31 de dezembro de 2018		713.290	477.350	1.190.640
Déficit do exercício		-	(307.794)	(307.794)
Incorporação ao patrimônio social		477.350	(477.350)	-
Saldos em				
31 de dezembro de 2019		1.190.640	(307.794)	882.846
Ajuste do exercício anterior	11	116.630	-	116.630
Déficit do exercício		-	(1.559.218)	(1.559.218)
Incorporação ao patrimônio social		(307.794)	307.794	-
Saldos em				
31 de dezembro de 2020		999.476	(1.559.218)	(559.742)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(1.559.218)	(307.794)
Ajustes do exercício anterior	116.630	-
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	16.097	1.957
Variações nos ativos e passivos:		
Estoques	15.736	(21.397)
Outros créditos	66.895	138
Bloqueio judicial	(24.566)	(481)
Fornecedores	(31.116)	(407.149)
Obrigações fiscais	(8.504)	2.893
Obrigações sociais e trabalhistas	(405.421)	194.740
Provisões de férias	444.045	-
Contratos a pagar	(86.344)	(21.630)
Outros passivos	80.535	81.376
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(1.375.231)	(477.347)
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(1.375.231)	(477.347)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.259.054	2.736.401
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	883.823	2.259.054
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(1.375.231)	(477.347)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 1.536.228 e R\$ 1.509.680 respectivamente.

(vi) UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes

A UPA Rodeio – Mogi das Cruzes é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 28 de outubro de 2015, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0022-27, com sede na Rua Pedro Romero, s/n, no bairro Vila Suíssa, na cidade de Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo.

Em 5 de agosto de 2015 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 74 – Processo nº 1258/15 – Chamamento Público nº 01/15 – SMS entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, tem por objeto a operacionalização, apoio e execução do gerenciamento de atividades e serviços de saúde na unidade denominada pela Lei nº 6.998 de 09 de dezembro de 2014, como Unidade de Pronto Atendimento "Dr. Manoel Masette Salgado", UPA 1 24 horas, assegurando assistência universal e gratuita à população.

Em 1 de agosto de 2019 foi celebrado Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 74/2015 tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência por

doze meses, a partir de 5 de agosto de 2019.

A UPA Rodeio – Mogi das Cruzes está enquadrada como UPA 24h – Porte 1, tem estrutura de complexidade intermediária, ocupando espaço na rede municipal entre as unidades básicas de saúde (UBSs) e os serviços de emergência hospitalares. Com acolhimento e classificação de risco, tem como atividade fim o atendimento ao usuário quanto aos cuidados de saúde, com prestação de serviços de forma contínua e eficiente, objetivando o aumento da capacidade assistencial e a redução da espera para os atendimentos.

Integram as instalações áreas de Pronto Atendimento, Apoio Diagnóstico e Terapia, Urgência, Observação, Apoio Administrativo e Apoio Técnico/Logístico. A UPA conta ainda com três consultórios e nove leitos (sendo dois pediátricos e um de isolamento) distribuídos em ampla sala de observação para até 24 horas de permanência. Entre os equipamentos disponíveis estão carrinhos de emergência, desfibriladores, detectores fetais, eletrocardiógrafos, monitores de parâmetros fisiológicos, ressuscitadores, ventiladores e equipamento de raio X.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de

amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(e) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	246	311
Banco conta movimento	312	492
Aplicações financeiras	883.265	2.258.251
	883.823	2.259.054

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a aplicação em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 Estoques

Descrição	2020	2019
Medicamentos	30.806	28.559
Material médico hospitalar	9.787	7.563
Material de manutenção	19.177	39.384
	59.779	75.506

6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

7 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	245.799	252.924
IRRF a recolher	30.484	29.620
FGTS a recolher	278.800	275.197
INSS sobre autônomos a recolher	27.507	30.004
Férias a pagar	-	400.266
	582.590	988.011

8 Provisões de férias

Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos.

9 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

10 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	49.643	33.546
	49.643	33.546

11 Ajustes do exercício anterior

Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente, dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

12 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020	2019
Medicamentos	188.126	253.894
Material médico hospitalar	194.128	91.668
Dieta enteral e parenteral	2.190	-
Material de limpeza e higiene	4.790	3.524
Outros materiais	7.279	1.545
	396.513	350.631

13 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

14 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de limpeza hospitalar	598.026	546.000
Serviços de informática	-	19.806
Serviços de vigilância	224.244	287.137
Serviços de manutenção predial	174.443	141.070
Locação de veículos e equipamentos	126.200	97.600
Serviços de lavanderia hospitalar	84.754	75.682
Serviços de manutenção de equipamentos	109.068	174.383
Serviços administrativos	26.994	16.300
Serviços de motorista	193.004	186.865
Serviços de portaria	573.907	551.988
Outros serviços	31.318	43.803
	2.141.958	2.140.634

15 Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Gêneros alimentícios	12.570	24.847
Material de conservação e reparo	3.422	7.301
Material de consumo administrativo	167.477	66.081
Utilidade pública (água, luz, telefone)	24.250	20.165

Seguros patrimoniais	4.760	-
Outras despesas	534.067	569.129
	746.546	687.523

16 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	27.097	83.393
	27.097	83.393
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(7.645)	(7.529)
Juros financeiros	(79)	(21)
	(7.724)	(7.550)

17 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Santo André III

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balço Patrimonial					
Ativo	Nota	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	68.775	Fornecedores	8	23.799.414
Convênios e contratos a receber	5	60.019.375	Obrigações fiscais	9	1.191.144
		60.088.150	Obrigações sociais e trabalhistas	10	24.461.405
			Provisões de férias	11	33.775.486
			Outros passivos	12	1.565.709
					84.793.158
Não circulante			Não circulante		
Bloqueio judicial	7	255.634	Provisão para contingências	13	5.784.636
		255.634	Outros passivos		5.784.636
			Patrimônio líquido		
			Patrimônio social		(32.024.491)
			Superávits acumulados		1.790.481
					(30.234.010)
Total do ativo		60.343.784	Total do passivo e patrimônio líquido		60.343.784

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração dos Fluxos de Caixa	
	Nota	2020		2020
Receitas operacionais			Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Convênios público - Municipal	1 (vi)	179.715.792	Superávit do período	1.790.481
Convênios público - Estadual	1 (vi)	45.434.697	Ajustes do exercício anterior	(32.024.491)
Outras receitas		30	Ajustes para conciliar o resultado	
		225.150.519	Provisões para contingências	5.784.636
Despesas operacionais			Variações nos ativos e passivos:	
Com pessoal		(152.829.778)	Convênios e contratos a receber	(60.019.375)
Medicamentos e insumos hospitalares	14	(4.555.799)	Bloqueio judicial	(255.634)
Prestadores de serviços médicos	15	(38.307.950)	Fornecedores	23.799.411
Prestadores de serviços de terceiros	16	(19.036.102)	Obrigações fiscais	1.191.144
Administrativas e gerais	17	(2.219.974)	Obrigações sociais e trabalhistas	24.461.405
Contingências e despesas judiciais		(5.793.462)	Provisões de férias	33.775.486
Bens de terceiros		(613.272)	Outros passivos	1.565.709
		(223.356.337)	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	68.775
Superávit antes do resultado financeiro		1.794.182	Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	68.775
Receitas financeiras	18	587	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Despesas financeiras	18	(4.288)	Caixa e equivalentes de caixa no final do período	68.775
		(3.701)	Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	68.775
Superávit do período		1.790.481		

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Ajuste do exercício anterior	13	(32.024.491)	-	(32.024.491)
Superávit do período		-	1.790.481	1.790.481
Saldos em 31 de dezembro de 2020		(32.024.491)	1.790.481	(30.234.010)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante

plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área

de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de agosto a dezembro de 2020 no montante de R\$ 40.958.381.

(vi) Santo André III

Em 30 de junho de 2020 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 109/2020-PJ entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC para gerenciamento, operacionalização, execução e fomento de serviços da rede pública de saúde e dos hospitais de campanha COVID-19 do município de Santo André, abrangendo as áreas da atenção básica, atenção especializada, atenção hospitalar, atenção às urgências e emergências, vigilância à saúde e apoio à gestão.

Este contrato decorre da autorização procedida pelo Secretário de Saúde, ao reconhecer a Dispensa de Licitação nos termos do inciso IV do artigo 24 e da Lei Federal nº. 8.666/93, a qual se acha juntada ao Processo Administrativo nº. 11.197/2020.

O objetivo do presente Contrato de Gestão é fomentar e apoiar tecnicamente a execução de atividades de prestação de serviços de saúde, em caráter complementar e integrado à Secretaria de Saúde, no âmbito da Rede de Saúde do Município, submetendo-se às diretrizes técnicas e políticas estabelecidas pelo Gestor do Sistema Único de Saúde, visando à garantia da atenção à saúde.

O prazo de vigência deste contrato de gestão é de 180 dias consecutivos, contados a partir do dia 1 de julho de 2020.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da

sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020
Banco conta movimento	12.918
Aplicações financeiras	55.857
	68.775

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de Santo André, por meio do Contrato de Gestão SS nº 109/2020.

6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios - Santo André III.

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

8 Obrigações fiscais

Descrição	2020
COFINS retido de serviços a recolher	814.638
INSS retido de serviços a recolher	220.926
IRRF retido de serviços a recolher	74.646
ISS a recolher	80.934
	1.191.144

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020
Salários a pagar	14.086.355
Rescisões a pagar	67.990
IRRF a recolher	5.652.513
FGTS a recolher	2.152.874
INSS sobre autônomos a recolher	1.524.570
Empréstimo consignado a pagar	491.174
Outros	485.929
	24.461.405

10 Provisões de férias

Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos.

11 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

12 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020
Trabalhista	4.594.104

Cível	1.190.532
	5.784.636

13 Ajustes do exercício anterior

Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente, dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados, dos colaboradores assumidos por este novo contrato.

14 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020
Medicamentos	794.631
Material médico hospitalar	3.760.211
Material de laboratório	40
Gases industriais e medicinais	375
Material de limpeza e higiene	434
Outros materiais	108
	4.555.799

15 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

16 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020
Serviços de limpeza hospitalar	4.634.018
Serviços de informática	1.600.658
Serviços de refeitório	3.205.858
Locação de veículos e equipamentos	348.190
Serviços de lavanderia hospitalar	2.743.882
Serviços de manutenção de equipamentos	852.368
Serviços administrativos	229.843
Serviços de motorista	2.491.164
Serviços de logística	2.206.000
Serviços de portaria	723.301
Outros serviços	820
	19.036.102

17 Administrativas e gerais

Descrição	2020
Gêneros alimentícios	365
Material de conservação e reparo	12.304
Material de consumo administrativo	24.586
Utilidade pública (água, luz, telefone)	24.860
Seguros patrimoniais	151
Outras despesas	2.157.708
	2.219.974

18 Resultado financeiro

	2020
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	587
	587
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(4.288)
	(4.288)

19 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios - Santo André III não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

**À Presidência da Fundação do ABC
Central de Convênios – Santo André III**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios - Santo André III, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 1 de julho de 2020 a 31 de dezembro de 2020, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios - Santo André III, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 1 de julho de 2020 a 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser de

correntes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Administração

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.066.193	657.367	Fornecedores		154.876	142.399
Outros créditos	5	10.667.679	12.587.629	Obrigações sociais e trabalhistas	6	1.075.312	390.996
		11.733.872	13.244.996	Provisões de férias	7	1.343.834	-
				Contratos a pagar		164.185	4.204
				Outros passivos	8	6.654.734	9.663.333
						9.392.941	10.200.932
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial		847.659	864.000	Provisão para contingências	9	13.887	13.887
Imobilizado		690.876	652.644			13.887	13.887
		1.538.535	1.516.644	Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		4.444.110	3.995.267
				Déficits acumulados		(578.531)	551.554
						3.865.579	4.546.821
Total do ativo		13.272.407	14.761.640	Total do passivo e patrimônio líquido		13.272.407	14.761.640

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2020	2019		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
			(reapresentado)					
Receitas operacionais				Saldos em				
Convênios de atendimentos médicos		654.129	724.991	31 de dezembro de 2018		3.246.840	757.823	4.004.663
Outras receitas		15.346.420	16.110.680					
		16.000.549	16.835.671	Ajuste do exercício anterior		22.138	-	22.138
Despesas operacionais								
Com pessoal		(13.745.743)	(11.812.070)	Amortização do imobilizado		(31.534)	-	(31.534)
Medicamentos e insumos hospitalares		(137.425)	(8.848)	Superávit do exercício		-	551.554	551.554
Prestadores de serviços médicos		(106.605)	(79.758)	Incorporação ao patrimônio social		757.823	(757.823)	-
Prestadores de serviços de terceiros	11	(990.408)	(3.672.046)	Saldos em				
Administrativas e gerais		(602.122)	(565.483)	31 de dezembro de 2019		3.995.267	551.554	4.546.821
Contingências e despesas judiciais		(972.362)	(146.354)					
		(16.554.665)	(16.284.559)	Ajuste do exercício anterior	10	(75.610)	-	(75.610)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(554.116)	551.112	Amortização do imobilizado		(27.101)	-	(27.101)
Receitas financeiras	12	12.857	29.273	Superávit do exercício		-	(578.531)	(578.531)
Despesas financeiras	12	(37.272)	(28.831)	Incorporação ao patrimônio social	551.554	(551.554)	-	-
		(24.415)	442					
Superávit (déficit) do exercício		(578.531)	551.554	Saldos em 31 de dezembro de 2020		4.444.110	(578.531)	3.865.579

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(578.531)	551.554
Ajustes do exercício anterior	(75.610)	22.138
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	-	(28.113)
Variações nos ativos e passivos:		
Outros créditos	1.919.950	(5.464.806)
Bloqueio judicial	16.341	(196.496)
Fornecedores	12.477	(105.829)
Obrigações fiscais	-	(8.668)
Obrigações sociais e trabalhistas	684.316	65.521
Provisões de férias	1.343.834	-
Contratos a pagar	159.981	2.400
Outros passivos	(3.008.599)	3.135.056
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	474.159	(2.027.243)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(65.333)	(69.738)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(65.333)	(69.738)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	408.826	(2.096.981)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	657.367	2.754.348
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.066.193	657.367
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	408.826	(2.096.981)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 3.683.859 e R\$ 3.165.635 respectivamente.

(vi) Central de Convênios – Administração

A Central de Convênios – Administração, tem por objetivo, executar apoio administrativo para o gerenciamento dos contratos/convênios sob sua responsabilidade.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG

2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(d) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Banco conta movimento	442.754	506
Aplicações financeiras	623.439	656.861
	1.066.193	657.367

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 Outros créditos

Refere-se, substancialmente, a valores a receber das despesas compartilhadas com as unidades.

6 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	620.960	-
Rescisões a pagar	9.685	22.539
IRRF a recolher	218.035	172.686
FGTS a recolher	111.193	111.163
INSS sobre autônomos a recolher	68.453	45.051
Empréstimo consignado a pagar	43.584	33.737
Outros	3.402	5.820
	1.075.312	390.996

7 Provisões de férias

Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos.

8 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

9 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	13.887	13.887
	13.887	13.887

10 Ajustes do exercício anterior

Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente, dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

11 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de informática	495.421	320.639
Serviços de manutenção predial	37.475	61.312

Serviços de refeitório	3.482	17
Locação de veículos e equipamentos	162.234	132.937
Serviços de manutenção de equipamentos	6.065	1.893
Serviços administrativos	112.128	2.957.363
Serviços de motorista	173.602	197.885
	990.407	3.672.046

12 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	12.857	29.273
	12.857	29.273
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(15.840)	(15.499)
Juros financeiros	(1.747)	(861)
Juros e multas de mora	(19.685)	(12.471)
	(37.272)	(28.831)

13 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Administração não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC
Central de Convênios – Prestação de serviço - Administração

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Administração, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Administração, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade

das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes CRC 2SP026236	Edison Ryu Ishikura Contador CRC 1SP200894/O-0
--	---

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 08 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Caieiras

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		423	9	Fornecedores		-	32.000
Outros créditos		11.554	8.433	Obrigações fiscais		33.015	33.015
		11.977	8.442	Contratos a pagar		-	355.992
				Outros passivos		8.620	963.310
						41.635	1.384.317
Não circulante				Patrimônio líquido			
Bloqueio judicial		998.061	1.215.269	Patrimônio social		968.403	(305.505)
		998.061	1.215.269	Superávits acumulados		-	144.899
						968.403	(160.606)
Total do ativo		1.010.038	1.223.711	Total do passivo e patrimônio líquido		1.010.038	1.223.711

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2020	2019		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados
			(reapresentado)				Total
Receitas operacionais				Saldos em			
Outras receitas		-	130.668	31 de dezembro de 2018		1.175.491	(1.480.996)
		-	130.668	Superávit do exercício		-	144.899
Superávit antes do resultado financeiro		-	130.668	Incorporação ao patrimônio social		(1.480.996)	1.480.996
Receitas financeiras		-	15.333				-
Despesas financeiras		-	(1.102)	Saldos em			
		-	14.231	31 de dezembro de 2019		(305.505)	144.899
				Ajuste do exercício anterior		1.129.009	-
				Incorporação ao patrimônio social		144.899	(144.899)
							-
Superávit do exercício		-	144.899	Saldos em			
				31 de dezembro de 2020		968.403	-

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	-	144.899
Ajustes do exercício anterior	1.129.009	-
Variações nos ativos e passivos:		
Outros créditos	(3.121)	(8.252)
Bloqueio judicial	217.208	84.623
Fornecedores	(32.000)	(1.000.668)
Obrigações fiscais	-	(33.015)
Contratos a pagar	(355.992)	-
Outros passivos	(954.690)	811.221
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	414	(1.192)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	414	(1.192)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	1.201
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	423	9
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	414	(1.192)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de

Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

**À Presidência da Fundação do ABC
Central de Convênios – Caieiras**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Caieiras, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Caieiras, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser de

correntes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	326.139	10.885	Fornecedores		87.473	82.008
Convênios e contratos a receber	5	4.506.285	3.294.787	Obrigações sociais e trabalhistas	7	1.659.339	2.200.640
Outros créditos		9.782	8.756	Provisões de férias	8	859.940	-
		4.842.206	3.314.428	Outros passivos	9	457.920	305.538
						3.064.672	2.588.186
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial	6	373.221	325.674	Provisão para contingências	10	83.775	11.287
		373.221	325.674			83.775	11.287
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		1.040.629	(199.818)
				Superávits acumulados		1.026.351	1.240.447
						2.066.980	1.040.629
Total do ativo		5.215.427	3.640.102	Total do passivo e patrimônio líquido		5.215.427	3.640.102

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2020	2019		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados
			(reapresentado)				Total
Receitas operacionais				Saldos em			
Convênios público - Municipal	1 (vi)	15.186.511	13.536.485	31 de dezembro de 2018		1.506.716	(1.706.534)
		15.186.511	13.536.485				(199.818)
Despesas operacionais				Superávit do exercício		-	1.240.447
Com pessoal		(13.008.057)	(11.300.114)	Incorporação ao patrimônio social	(1.706.534)	1.706.534	-
Medicamentos e insumos hospitalares		(92.068)	(124.712)				
Prestadores de serviços médicos		(10.420)	-	Saldos em			
Prestadores de serviços de terceiros	11	(434.865)	(428.689)	31 de dezembro de 2019		(199.818)	1.240.447
Administrativas e gerais	12	(537.069)	(541.757)				1.040.629
Contingências e despesas judiciais		(73.988)	(45.014)	Superávit do exercício		-	1.026.351
Bens de terceiros	3 (e)	(3.290)	(8.672)	Incorporação ao patrimônio social	1.240.447	(1.240.447)	-
		(14.159.757)	(12.448.958)				
Superávit antes do resultado financeiro		1.026.754	1.237.527	Saldos em			
Receitas financeiras	13	2.513	6.170	31 de dezembro de 2020		1.040.629	1.026.351
Despesas financeiras	13	(2.916)	(3.250)				2.066.980
		(403)	2.920				
Superávit do exercício		1.026.351	1.240.447				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.026.351	1.240.447
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	72.488	(18.986)
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios e contratos a receber	(1.211.498)	(1.857.957)
Outros créditos	(1.026)	(8.362)
Bloqueio judicial	(47.547)	(325.674)
Fornecedores	5.465	(42.042)
Obrigações fiscais	-	(664)
Obrigações sociais e trabalhistas	(541.301)	409.848
Provisões de férias	859.940	-
Outros passivos	152.382	234.281
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	315.254	(369.109)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	315.254	(369.109)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.885	379.994
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	326.139	10.885
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	315.254	(369.109)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 3.486.159 e R\$ 3.028.431 respectivamente.

(vi) Central de Convênios – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba

Em 31 de julho de 2017 foi celebrado o Termo de Convênio entre a Prefeitura do Município de Itatiba e a Fundação do ABC, que tem por objeto a gestão, o gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde em Unidade de Saúde da Família no município de Itatiba-SP, em consonância com as Políticas de Saúde do SUS e diretrizes de SMS.

Em 31 de julho de 2019, foi celebrado o Terceiro Termo de Aditamento ao Termo de Convênio que tem por finalidade prorrogação de prazo de vigência por mais doze meses.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas

disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	5	136
Banco conta movimento	120.037	10
Aplicações financeiras	206.097	10.739
	326.139	10.885

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Termo de Convênio firmado com a Prefeitura de Município de Itatiba.

6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba.

7 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	597.356	584.925
IRRF a recolher	119.835	103.229
FGTS a recolher	871.713	656.959
INSS sobre autônomos a recolher	44.282	56.478
Férias a pagar	-	757.242
Empréstimo consignado a pagar	20.095	17.243
Outros	6.058	24.564
	1.659.339	2.200.640

8 Provisões de férias

Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos.

9 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

10 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	43.775	11.287
Cível	40.000	-
	83.775	11.287

11 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de informática	65	-
Serviços de manutenção predial	149.117	187.012
Locação de veículos e equipamentos	44.400	44.400
Serviços de manutenção de equipamentos	206.135	168.850
Serviços administrativos	28.849	24.691
Outros serviços	6.299	3.736
	434.865	428.689

12 Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Gêneros alimentícios	25.855	29.279
Material de conservação e reparo	1.692	15.716
Material de consumo administrativo	42.916	65.694
Utilidade pública (água, luz, telefone)	7.190	4.868
Outras despesas	459.416	426.200
	537.069	541.757

13 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.513	6.170
	2.513	6.170
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(2.916)	(3.090)
Juros financeiros	-	(160)
	(2.916)	(3.250)

14 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC
Central de Convênios – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as

respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos

ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Guarulhos

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.738.450	897.532	Fornecedores	7	1.414.168	1.045.947
Convênios e contratos a receber	5	16.942.788	34.212.937	Obrigações fiscais	8	141.737	180.274
Outros créditos		106.675	12.387	Obrigações sociais e trabalhistas	9	5.509.055	5.671.241
		18.787.913	35.122.856	Provisões de férias	10	4.755.170	-
				Outros passivos	11	927.182	798.727
						12.747.312	7.696.189
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial	6	714.208	675.745	Provisão para contingências	12	2.262.879	892.677
		714.208	675.745			2.262.879	892.677
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		3.944.194	22.949.410
				Superávits acumulados		547.736	4.260.325
						4.491.930	27.209.735
Total do ativo		19.502.121	35.798.601	Total do passivo e patrimônio líquido		19.502.121	35.798.601

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2020	2019		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados
			(reapresentado)				Total
Receitas operacionais				Saldos em			
Convênios público - Municipal	1 (vi)	78.428.364	78.382.909	31 de dezembro de 2018		15.103.783	7.845.627
		78.428.364	78.382.914				22.949.410
Despesas operacionais				Superávit do exercício		-	4.260.325
Com pessoal		(47.347.608)	(53.578.783)	Incorporação ao patrimônio social	7.845.627	(7.845.627)	-
Medicamentos e insumos hospitalares	14	(4.607.179)	(3.767.641)				
Prestadores de serviços médicos	15	(12.292.353)	(5.342.334)	Saldos em			
Prestadores de serviços de terceiros	16	(9.004.973)	(8.226.775)	31 de dezembro de 2019		22.949.410	4.260.325
Administrativas e gerais	17	(2.075.232)	(2.219.704)				27.209.735
Contingências e despesas judiciais		(2.551.118)	(991.774)	Ajuste do exercício anterior	13	(23.265.541)	-
Bens de terceiros	3 (e)	(16.746)	(12.345)	Superávit do exercício		-	547.736
		(77.895.209)	(74.139.356)	Incorporação ao patrimônio social	4.260.325	(4.260.325)	-
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		533.155	4.243.558	Saldos em			
Receitas financeiras	18	33.963	35.014	31 de dezembro de 2020		3.944.194	547.736
Despesas financeiras	18	(19.382)	(18.247)				4.491.930
		14.581	16.767				
Superávit (déficit) do exercício		547.736	4.260.325				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	547.736	4.260.325
Ajustes do exercício anterior	(23.265.541)	-
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	1.370.202	529.789
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios e contratos a receber	17.270.149	(2.845.756)
Outros créditos	(94.288)	(12.385)
Bloqueio judicial	(38.463)	(602.127)
Fornecedores	368.221	(1.136.138)
Obrigações fiscais	(38.537)	53.029
Obrigações sociais e trabalhistas	(162.186)	(201.408)
Provisões de férias	4.755.170	-
Outros passivos	128.455	507.991
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	840.918	553.320
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	840.918	553.320
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	897.532	344.212
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.738.450	897.532
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	840.918	553.320

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 12.689.159 e R\$ 14.359.114 respectivamente.

(vi) Central de Convênios – Guarulhos

Em 31 de março de 2015 foi celebrado o Convênio nº 8822/2015-FMS-PA nº 19.612/15-SS entre a Prefeitura Municipal de Guarulhos, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de cooperação técnica e financeira visando a gestão compartilhada em regime de cooperação mútua entre os partícipes, e integrar as Policlínicas Maria Dirce e Paraíso, e Unidades de Pronto Atendimento – UPA São João – Lavras e UPA Cumbica, na rede regionalizada e hierarquizada de estabelecimentos de saúde que constituem o SUS Guarulhos, de modo a garantir aos seus usuários atenção integral, humanizada e de qualidade, em ação conjunta a ser desenvolvida entre o Município, por meio da Secretária Municipal da Saúde e a Fundação do ABC.

Em dezembro de 2017, a Prefeitura transferiu os serviços da unidade Paraíso para a nova Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Cumbica "Prefeito Vicentino Papotto", também sob administração da Fundação do ABC. Com

capacidade para 400 atendimentos diários, a unidade oferece assistência de urgência e emergência em clínica médica e pediatria, além de exames de raio X e atendimento odontológico.

Todas as unidades estão inseridas na rede de estabelecimentos da saúde do SUS/Guarulhos, com a finalidade de servir como referência para a prestação de assistência integral à saúde dos usuários, particularmente nos níveis de baixa e média complexidade.

O prazo de vigência deste convênio é de trinta e seis meses, contados a partir do dia 1 de abril de 2015, podendo ser prorrogado mediante a celebração de termo aditivo.

Em 31 de março de 2020, foi celebrado o Termo de Aditamento nº 04-19/2020-FMS, com objetivo de prorrogar o prazo de vigência por doze meses compreendendo o período de 1 de abril de 2020 a 31 de março de 2021, ou em menor prazo mediante conclusão de Chamamento Público, exclusão do equipamento PA Paraíso.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de

amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	7	3
Banco conta movimento	570	254
Aplicações financeiras	1.737.873	897.275
	1.738.450	897.532

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de Guarulhos.

6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão fir-

mados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – Guarulhos.

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

8 Obrigações fiscais

Descrição	2020	2019
COFINS retido de serviços a recolher	56.144	89.720
INSS retido de serviços a recolher	51.150	50.117
IRRF retido de serviços a recolher	11.178	17.990
ISS a recolher	23.265	22.447
	141.737	180.274

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	2.150.536	2.203.281
Rescisões a pagar	-	3.840
IRRF a recolher	552.356	640.216
FGTS a recolher	2.450.639	2.474.497
INSS sobre autônomos a recolher	214.333	204.926
Empréstimo consignado a pagar	123.594	129.643
Outros	17.598	14.839
	5.509.056	5.671.242

10 Provisões de férias

Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos.

11 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

12 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	1.740.775	766.274
Cível	522.104	126.403
	2.262.879	892.677

13 Ajustes do exercício anterior

Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente, dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

14 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020	2019
Medicamentos	2.177.808	2.157.424
Material médico hospitalar	2.241.350	1.440.410
Material de laboratório	-	1.217
Gases industriais e medicinais	156.082	129.923
Dieta enteral e parenteral	552	439
Material de limpeza e higiene	4.268	7.413
Outros materiais	27.119	30.815
	4.607.179	3.767.641

15 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

16 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de limpeza hospitalar	2.852.553	2.433.080
Serviços de informática	-	82.416
Serviços de vigilância	-	1.369.937
Serviços de manutenção predial	897.849	848.442
Locação de veículos e equipamentos	277.253	230.705
Serviços de lavanderia hospitalar	670.235	582.184
Serviços de manutenção de equipamentos	563.795	487.699
Serviços administrativos	87.581	27.413
Serviços de motorista	983.381	649.436
Serviços de portaria	1.514.030	269.161
Outros serviços	1.158.296	1.246.304
	9.004.973	8.226.777

17 Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Gêneros alimentícios	310.191	378.283
Material de conservação e reparo	45.056	65.456
Material de consumo administrativo	301.285	233.773
Utilidade pública (água, luz, telefone)	30.638	11.700
Outras despesas	1.388.062	1.530.492
	2.075.232	2.219.704

18 Resultado financeiro

	2020	2019
Rendimento de aplicações financeiras	33.963	35.014
	33.963	35.014
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(19.206)	(17.529)
Juros financeiros	(176)	(718)
	(19.382)	(18.247)

19 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Guarulhos não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC
Central de Convênios – Guarulhos

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Guarulhos, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Guarulhos, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas

normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Hospital e Maternidade Interlagos

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		7	2	Contratos a pagar		-	133.935
Convênios e contratos a receber		-	310.804	Outros passivos		-	207.549
		7	310.806			-	341.484
				Patrimônio líquido			
Não circulante				Patrimônio social		172.333	116.884
Bloqueio judicial		172.326	173.669	Superávits acumulados		-	26.107
		172.326	173.669			172.333	142.991

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2020	2019		Nota	Patrimônio	Déficits	Total
			(reapresentado)			social	acumulados	
Receitas operacionais				Saldos em				
Outras receitas		-	26.079	31 de dezembro de 2018		899.503	(782.619)	116.884
		-	26.079					
Superávit antes do resultado financeiro		-	26.079	Superávit do exercício		-	26.107	26.107
				Incorporação ao patrimônio social		(782.619)	782.619	-
Receitas financeiras		-	1.582					
Despesas financeiras		-	(1.554)	Saldos em				
		-	28	31 de dezembro de 2019		116.884	26.107	142.991
				Ajuste do exercício anterior		29.342	-	29.342
				Incorporação ao patrimônio social		26.107	(26.107)	-
Superávit do exercício		-	26.107	Saldos em				
				31 de dezembro de 2020		172.333	-	172.333
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis				As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis				

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	-	26.107
Ajustes do exercício anterior	29.342	-
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios e contratos a receber	310.804	-
Bloqueio judicial	1.343	05.138
Fornecedores	-	(132.079)
Contratos a pagar	(133.935)	1
Outros passivos	(207.549)	50
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	5	(783)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	5	(783)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	785
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	2
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	5	(783)
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis		

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de

Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

**À Presidência da Fundação do ABC
Central de Convênios – Hospital e Maternidade Interlagos**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital e Maternidade Interlagos, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital e Maternidade Interlagos, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser de

correntes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – Hospital Geral de São Mateus

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial					
Ativo	Nota	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	528.296	Obrigações fiscais		20.019
		528.296	Outros passivos	6	158.088
					178.107
Não circulante			Patrimônio líquido		
Bloqueio judicial	6	101.285	Superávits acumulados		451.474
		101.285			451.474
Total do ativo		629.581	Total do passivo e patrimônio líquido		629.581

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2020	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Receitas operacionais						
Convênios público - Estadual	1 (vi)	2.873.019	Superávit do período	-	451.474	451.474
		2.873.019	Saldos em			
Despesas operacionais			31 de dezembro de 2020	-	451.474	451.474
Prestadores de serviços médicos	8	(2.253.700)	As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis			
Administrativas e gerais		(170.316)	Demonstração dos Fluxos de Caixa			
		(2.424.016)				2020
Superávit antes do resultado financeiro		449.003	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Receitas financeiras	9	3.367	Superávit do período			451.474
Despesas financeiras	9	(896)	Variações nos ativos e passivos:			
		2.471	Bloqueio judicial			(101.285)
Superávit do período		451.474	Obrigações fiscais			20.019
			Outros passivos			158.088
			Caixa líquido gerado nas atividades operacionais			528.296
			Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa			528.296
			Caixa e equivalentes de caixa no início do período			-
			Caixa e equivalentes de caixa no final do período			528.296
			Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa			528.296

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

(vi) Hospital Geral de São Mateus

Em 28 de abril de 2020 foi celebrado o Convênio nº 01255/2020 - Processo nº SES-PRC-2020/17033 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC com o objetivo de promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio, para o gerenciamento do atendimento de urgência e emergência do Pronto Socorro Adulto, do Hospital Geral de São Mateus Dr. Manoel Bifulco para o enfrentamento da Pandemia do COVID-19. O prazo de vigência do convênio é de seis meses, a partir da data da assinatura.

Em 27 de outubro de 2020 foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 1255/2020 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, com objetivo de prorrogar o prazo de vigência do Convênio para até 26/12/2020 e aprovar a transferência de recursos financeiros à Fundação nos meses de novembro e dezembro de 2020, para custeio do atendimento de urgência e emergência do Pronto Socorro Adulto, do Hospital Geral de São Mateus Dr. Manoel Bifulco para o enfrentamento da Pandemia do COVID-19.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do

exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020
Banco conta movimento	35
Aplicações financeiras	528.261
	528.296

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame da Central de Convênios – Hospital Geral de São Mateus.

6 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

7 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2020.

8 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

9 Resultado financeiro

	2020
Receitas financeiras	

Rendimento de aplicações financeiras	3.367
	3.367
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(896)
	(896)

10 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios - Hospital Geral de São Mateus não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC
Central de Convênios – Hospital Geral de São Mateus

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios - Hospital Geral de São Mateus, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 28 de abril de 2020 a 31 de dezembro de 2020, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios - Hospital Geral de São Mateus, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 28 de abril de 2020 a 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes CRC 2SP026236	Edison Ryu Ishikura Contador CRC 1SP200894/O-0
--	---

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – Hospital Ipiranga

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial					
Ativo	Nota	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.219	Outros passivos	6	7.200
		7.219			7.200
Não circulante					
Bloqueio judicial	5	750	Patrimônio líquido		769
		750	Superávits acumulados		769
Total do ativo		7.969	Total do passivo e patrimônio líquido		7.969

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2020	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Receitas operacionais						
Convênios público - Estadual	1 (vi)	6.067.030	Superávit do período	-	769	769
Outras receitas		111.270				
		6.178.300	Saldos em			
			31 de dezembro de 2020	-	769	769
			As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis			
Despesas operacionais			Demonstração dos Fluxos de Caixa			
Com pessoal		(2.787.581)				2020
Prestadores de serviços médicos	8	(3.257.989)	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Administrativas e gerais		(132.105)	Superávit do período			769
		(6.177.675)				
Superávit antes do resultado financeiro		625	Variações nos ativos e passivos:			
Receitas financeiras	9	3.953	Bloqueio judicial			(750)
Despesas financeiras	9	(3.809)	Outros passivos			7.200
		144				
Superávit do período		769	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais			7.219
			Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa			7.219
			Caixa e equivalentes de caixa no início do período			-
			Caixa e equivalentes de caixa no final do período			7.219
			Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa			7.219
			As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis			

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico

nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de agosto a dezembro de 2020 no montante de R\$ 747.072.

(vi) Central de Convênios – Hospital Ipiranga

Em 22 de abril de 2020 foi celebrado o Convênio nº 1.225/2020 - Processo nº SES-PRC-2020/16128 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC com o objetivo de promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custeio - Implantação e Gerenciamento de 10 (dez) Leitos na Unidade de Terapia Intensiva Adulto, 30 (trinta) leitos de Enfermaria e Centro de Triagem no Hospital Ipiranga.

O prazo de vigência deste convênio foi de seis meses, tendo por termo inicial a data da assinatura.

O Hospital Ipiranga está situado na Avenida Nazaré, 22, no Bairro Ipiranga, na cidade de São Paulo-SP.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do

exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020
Banco conta movimento	7.210
Aplicações financeiras	9
	7.219

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – Hospital Ipiranga.

6 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

7 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2018

8 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

9 Resultado financeiro

	2020
Receitas financeiras	

Rendimento de aplicações financeiras	3.953
	3.953
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(3.809)
	(3.809)

10 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Hospital Ipiranga não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC Central de Convênios – Hospital Ipiranga

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Ipiranga, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 22 de abril de 2020 a 31 de dezembro de 2020, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Ipiranga, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 22 de abril de 2020 a 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.349.763	5.194.762	Fornecedores	8	2.783.526	553.741
Convênios e contratos a receber	5	1.165.440	-	Obrigações fiscais	9	169.696	110.438
Estoques	6	3.409.859	607.776	Obrigações sociais e trabalhistas	10	1.930.541	1.574.232
Outros créditos		102	-	Provisões de férias	11	1.409.181	-
		5.925.164	5.802.538	Outros passivos	12	312.098	217.272
						6.605.042	2.455.683
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial	7	91.866	65.355	Provisão para contingências	13	104.209	126.168
		91.866	65.355			104.209	126.168
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		3.297.597	-
				Superávits acumulados		(3.989.818)	3.286.042
						(692.221)	3.286.042
Total do ativo		6.017.030	5.867.893	Total do passivo e patrimônio líquido		6.017.030	5.867.893

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2020	2019		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados
			(reapresentado)				Total
Receitas operacionais				Superávit do exercício	-	-	3.286.042
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	42.947.188	20.824.842				
Repasse público - COVID-19	1 (vii)	11.356.459	-	Saldos em			
Outras receitas		2.207	384.031	31 de dezembro de 2019	-	-	3.286.042
		54.305.854	21.208.873				
Despesas operacionais				Ajuste do exercício anterior	14	11.555	-
Com pessoal		(18.160.652)	(6.352.981)	Déficit do exercício		-	(3.989.818)
Medicamentos e insumos hospitalares	15	(6.824.476)	(1.163.383)	Incorporação ao patrimônio social	3.286.042	(3.286.042)	-
Prestadores de serviços médicos	16	(19.834.554)	(5.024.674)				
Prestadores de serviços de terceiros	17	(5.866.734)	(2.402.136)	Saldos em			
Administrativas e gerais	18	(7.583.941)	(2.887.868)	31 de dezembro de 2020		3.297.597	(3.989.818)
Contingências e despesas judiciais		-	(126.168)				(692.221)
Bens de terceiros	3 (e)	(23.717)	-				
		(58.294.074)	(17.957.210)				
Superávit antes do resultado financeiro		(3.988.220)	3.251.663				
Receitas financeiras	19	24.815	45.044				
Despesas financeiras	19	(26.413)	(10.665)				
		(1.598)	34.379				
Superávit (déficit) do exercício		(3.989.818)	3.286.042				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do período	(3.989.818)	3.286.042
Ajustes do exercício anterior	11.555	-
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	(21.959)	126.168
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios e contratos a receber	(1.165.440)	-
Estoques	(2.802.083)	(607.776)
Outros créditos	(102)	-
Bloqueio judicial	(26.511)	(65.355)
Fornecedores	2.229.785	553.741
Obrigações fiscais	59.258	110.438
Obrigações sociais e trabalhistas	356.309	1.574.232
Provisões de férias	1.409.181	-
Outros passivos	94.826	217.272
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(3.844.999)	5.194.762
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(3.844.999)	5.194.762
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.194.762	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.349.763	5.194.762
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(3.844.999)	5.194.762

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 4.867.055 e R\$ 1.702.599 respectivamente.

(vi) Central de Convênios – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes

Em 19 de junho de 2019 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 58 - Processo nº 1.163/2018 - Chamamento Público nº 02/19 entre a Prefeitura de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, com o objeto de gerenciamento, operacionalização e execução das atividades e dos serviços de saúde no Hospital Municipal de Mogi das Cruzes "Prefeito Waldemar Costa Filho".

No âmbito da assistência ambulatorial, a unidade destina-se à realização de consultas agendadas de especialidades reguladas pela Secretaria Municipal de Saúde. São nove consultórios multiprofissionais ambulatoriais, além de sala de coleta de exames, sala de espera e recepção. As consultas de especialidades médicas são nas seguintes áreas: cardiologia (pré-operatório), cirurgia geral, cirurgia ginecológica, cirurgia otorrinolaringológica, cirurgia pediátrica, cirurgia urológica, cirurgia vascular, geriatria e oftalmologia (consultas pós-operatória), além do Atendimento à Vítima de Violência com pediatra e/ou infectologista, inclusive com psicólogo e assistente

social. São ofertadas também consultas de Enfermagem, para orientação pré-operatória, ou para realização de exames complementares.

A unidade dispõe de exames e procedimentos como colonoscopia, ecocardiografia, eletrocardiograma, endoscopia digestiva alta, estudo urodinâmico, exames laboratoriais de análises clínicas e de anatomia patológica, exames oftalmológicos, tomografia computadorizada, ultrassonografia, hemodiálise e transfusão sanguínea.

O prazo de vigência deste convênio é de trinta e seis meses, podendo ser renovado, após demonstração a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas e havendo concordância de ambas as partes, tendo por termo inicial o encerramento da vigência do Contrato de Gestão nº 22/2014, que se dará no dia 26 de junho de 2019.

O Hospital Municipal de Mogi das Cruzes "Prefeito Waldemar Costa Filho" está situado na Rua Guttermann, 577, no bairro Braz Cubas, da cidade de Mogi das Cruzes-SP.

(vii) Central de Convênios – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes – Covid-19

Em 21 de maio de 2020, foi celebrado o Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 58/2019 - Processo nº 13.018/2020 - Chamamento Público nº 02/19 entre a Prefeitura de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, que tem por objeto alterar o plano repactuado contido no Contrato de Gestão nº 58/2019, com a suspensão das metas, por ser caso excepcional de fortuito ou força maior, que neste caso, a pandemia do coronavírus - Covid-19, ato imprevisível e inevitável, e incluir novos serviços de forma emergencial para gerenciamento do Hospital de Campanha em razão de Calamidade Pública em decorrência da infecção humana pelo Novo Coronavírus (Covid-19), enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da doença.

O período de vigência do aditivo é de noventa dias, com início de custeio a partir de 26 de maio de 2020, podendo ser prorrogado conforme as necessidades de atendimento à Pandemia de Covid-19 e nos termos da Lei Federal nº 13.979/2020.

O hospital municipal referência para Covid-19 "HCMC-COVID-19" está localizado na Avenida Cívica, nº 1, no bairro Mogilar, na cidade de Mogi das Cruzes-SP.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreco-

nhcidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefí- cios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os ris- cos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos ini- cialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passi- vos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os res- pectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demons- trações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos ser- viços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos au- feridos.

(d) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

(e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de ges- tão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(g) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronun- ciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opi-

nião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	12	129
Banco conta movimento	873	1.584
Aplicações financeiras	1.348.878	5.193.049
	1.349.763	5.194.762

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura de Mogi das Cruzes, por meio do Contrato de Gestão n° 58/2019.

6 Estoques

Descrição	2020	2019
Medicamentos	1.531.890	133.463
Material médico hospitalar	1.435.876	303.001
Gases industriais e medicinais	276.967	48.741
Material de limpeza e higiene	19.693	15.900
Material de manutenção	52.948	42.290
Outros materiais	92.485	64.381
	3.409.859	607.776

7 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão fir- mados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes.

8 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

9 Obrigações fiscais

Descrição	2020	2019
COFINS retido de serviços a recolher	93.144	62.695
INSS retido de serviços a recolher	48.809	25.351
IRRF retido de serviços a recolher	19.055	16.334
ISS a recolher	8.688	6.058
	169.696	110.438

10 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	1.006.139	677.996
IRRF a recolher	106.416	43.370
FGTS a recolher	663.366	251.297
INSS sobre autônomos a recolher	122.479	73.744
Férias a pagar	-	524.016
Empréstimo consignado a pagar	5.989	-
Outros	26.152	3.809
	1.930.541	1.574.232

11 Provisões de férias

Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos.

12 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilha- das com a Fundação do ABC.

13 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	104.209	126.168
	104.209	126.168

14 Ajustes do exercício anterior

Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente, dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

15 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020	2019
Medicamentos	3.765.749	473.103
Material médico hospitalar	2.808.302	636.715
Material de laboratório	463	223
Gases industriais e medicinais	36.955	26.856
Dieta enteral e parenteral	-	1.134
Material de limpeza e higiene	21.418	2.628
Outros materiais	191.589	22.724
	6.824.476	1.163.383

16 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

17 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de limpeza hospitalar	2.447.887	868.025
Serviços de informática	2.822	-
Serviços de vigilância	301.499	180.953
Serviços de manutenção predial	7.787	-
Locação de veículos e equipamentos	281.297	183.691
Serviços de lavanderia hospitalar	547.277	168.122
Serviços de manutenção de equipamentos	1.144.220	433.715
Serviços administrativos	126.224	46.685
Serviços de motorista	163.611	84.691
Serviços de portaria	465.610	252.559
Outros serviços	378.500	183.695
	5.866.734	2.402.136

18 Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Gêneros alimentícios	3.033.619	1.132.048
Material de conservação e reparo	236.937	15.998
Material de consumo administrativo	818.664	92.688
Utilidade pública (água, luz, telefone)	2.274.733	1.034.131
Seguros patrimoniais	43.074	19.840
Outras despesas	1.176.914	593.163
	7.583.941	2.887.868

19 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	24.815	45.044
	24.815	45.044
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(26.389)	(10.638)
Juros financeiros	(24)	(27)
	(26.413)	(10.665)

20 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020.

Dra. Adriana Berringer Stephan

Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto

Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC

Central de Convênios – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, indivi-

dualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas

conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes CRC 2SP026236	Edison Ryu Ishikura Contador CRC 1SP200894/O-0
--	---

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Mauá

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		40	40	Fornecedores		977.755	977.755
Convênios e contratos a receber		6.820.795	6.820.795	Obrigações fiscais		206.029	206.029
		6.820.835	6.820.835	Obrigações sociais e trabalhistas		2.193.108	2.193.108
				Outros passivos		3.503.567	3.503.567
Não circulante						6.880.459	6.880.459
Bloqueio judicial		1.756	1.756	Patrimônio líquido			
		1.756	1.756	Patrimônio social		(57.868)	(55.820)
				Déficits acumulados		-	(2.048)
						(57.868)	(57.868)
Total do ativo		6.822.591	6.822.591	Total do passivo e patrimônio líquido		6.822.591	6.822.591

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2020	2019		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
			(reapresentado)					
Despesas operacionais				Saldos em				
				31 de dezembro de 2018		(52.934)	(2.886)	(55.820)
Administrativas e gerais		-	(2.090)	Déficit do exercício		-	(2.048)	(2.048)
		-	(2.090)	Incorporação ao patrimônio social		(2.886)	2.886	-
Déficit antes do resultado financeiro		-	(2.090)	Saldos em				
Receitas financeiras		-	43	31 de dezembro de 2019		(55.820)	(2.048)	(57.868)
Despesas financeiras		-	(1)	Incorporação ao patrimônio social		(2.048)	2.048	-
		-	42	Saldos em				
Déficit do exercício		-	(2.048)	31 de dezembro de 2020		(57.868)	-	(57.868)
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis				As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	-	(2.048)
Variações nos ativos e passivos:		
Bloqueio judicial	-	2.008
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	-	(40)
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	-	(40)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	40	80
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	40	40
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	-	(40)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**À Presidência da Fundação do ABC
Central de Convênios – Mauá****Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Mauá, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Mauá, em

31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, pla-

nejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes CRC 2SP026236	Edison Ryu Ishikura Contador CRC 1SP200894/O-0
--	---

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Prestação de serviço - ADM

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	458.704	205.895	Fornecedores		39.677	55.222
Convênios e contratos a receber		668.032	922.518	Obrigações sociais e trabalhistas	6	372.134	332.697
Outros créditos		879.344	437.820	Provisões de férias	7	473.054	-
		<u>2.006.080</u>	<u>1.566.233</u>	Outros passivos	8	466.055	293.917
						<u>1.350.920</u>	<u>681.836</u>
Não circulante				Patrimônio líquido			
Bloqueio judicial	5	579.546	477.963	Patrimônio social		900.540	1.101.410
		<u>579.546</u>	<u>477.963</u>	Superávits acumulados		334.166	260.950
						<u>1.234.706</u>	<u>1.362.360</u>
Total do ativo		<u>2.585.626</u>	<u>2.044.196</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.585.626</u>	<u>2.044.196</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2020	2019		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados
			(reapresentado)				Total
Receitas operacionais				Saldos em			
Outras receitas		6.221.793	5.851.399	31 de dezembro de 2018		<u>733.565</u>	<u>367.845</u>
		<u>6.221.793</u>	<u>5.851.399</u>				
Despesas operacionais				Superávit do exercício		-	260.950
Com pessoal		(5.113.560)	(4.853.808)	Incorporação ao patrimônio social		367.845	(367.845)
Medicamentos e insumos hospitalares	11	(202.512)	(225.780)				-
Prestadores de serviços de terceiros		(5.031)	(3.564)	Saldos em			
Administrativas e gerais		(568.829)	(510.488)	31 de dezembro de 2019		<u>1.101.410</u>	<u>260.950</u>
		<u>(5.889.932)</u>	<u>(5.593.640)</u>				
Superávit antes do resultado financeiro		<u>331.861</u>	<u>257.759</u>	Ajuste do exercício anterior	10	(461.820)	-
Receitas financeiras	12	5.992	6.612	Superávit do exercício		-	334.166
Despesas financeiras	12	(3.687)	(3.421)	Incorporação ao patrimônio social		260.950	(260.950)
		<u>2.305</u>	<u>3.191</u>	Saldos em			
				31 de dezembro de 2020		<u>900.540</u>	<u>334.166</u>
Superávit do exercício		<u>334.166</u>	<u>260.950</u>				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	<u>334.166</u>	<u>260.950</u>
Ajustes do exercício anterior	(461.820)	-
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios e contratos a receber	254.486	(59.138)
Outros créditos	(441.524)	-
Bloqueio judicial	(101.583)	(477.907)
Fornecedores	(15.545)	(24.661)
Obrigações sociais e trabalhistas	39.437	70.753
Provisões de férias	473.054	-
Outros passivos	172.138	290.867
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>252.809</u>	<u>60.864</u>
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>252.809</u>	<u>60.864</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	205.895	145.031
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	458.704	05.895
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>252.809</u>	<u>60.864</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 1.370.434 e R\$ 1.300.821 respectivamente.

(vi) Central de Convênios – Prestação de serviço - ADM

A Central de Convênios – Prestação de Serviços, tem por objetivo, executar apoio técnico para o gerenciamento das atividades administrativas internas, como por exemplo, o serviço de digitalização de documentos, afim de otimizar custos para suas unidades.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG

2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(d) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Banco conta movimento	95	-
Aplicações financeiras	458.609	205.895
	458.704	205.895

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – Prestação de serviço - ADM.

6 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	241.643	202.436
Rescisões a pagar	-	2.553
IRRF a recolher	59.710	36.120
FGTS a recolher	37.491	31.137
INSS sobre autônomos a recolher	23.763	29.023
Empréstimo consignado a pagar	9.398	8.673
Outros	129	22.755
	372.134	332.697

7 Provisões de férias

Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos.

8 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

9 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2020.

10 Ajustes do exercício anterior

Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente, dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

11 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020	2019
Medicamentos	106.739	72.967
Material médico hospitalar	95.773	152.605
Outros materiais	-	208
	202.512	225.780

12 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	5.992	6.612
	5.992	6.612
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(3.523)	(3.410)
Juros e multas de mora	(164)	-
	(3.687)	(3.410)

13 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Prestação de serviço - ADM não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC

Central de Convênios – Prestação de serviço - ADM

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Prestação de serviço - ADM, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Prestação de serviço - ADM, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base con-

tábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes CRC 2SP026236	Edison Ryu Ishikura Contador CRC 1SP200894/O-O
--	---

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 08 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Ribeirão Pires

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Convênios e contratos a receber		3.018.392	3.018.392	Fornecedores		-	937.186
Mensalidades a receber		-	-	Obrigações fiscais		4.681	46.468
		3.018.392	3.018.392	Outros passivos		2.140.121	-
						2.144.802	983.654
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		873.590	2.034.738
				Superávits acumulados		-	-
						873.590	2.034.738
Total do ativo		3.018.392	3.018.392	Total do passivo e patrimônio líquido		3.018.392	3.018.392

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		835.689	(951)	834.738
Ajuste do exercício anterior		1.200.000	-	1.200.000
Incorporação ao patrimônio social		(951)	951	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.034.738	-	2.034.738
Ajuste do exercício anterior		(1.161.148)	-	(1.161.148)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		873.590	-	873.590

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	-	-
Ajustes do exercício anterior	(1.161.148)	1.200.000
Variações nos ativos e passivos:		
Fornecedores	(937.186)	-
Obrigações fiscais	(41.787)	-
Outros passivos	2.140.121	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	-	1.200.000
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Baixa de empréstimos bancários	-	(1.200.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades financeiras	-	(1.200.000)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**À Presidência da Fundação do ABC
Central de Convênios – Ribeirão Pires****Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Ribeirão Pires, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Ribeirão

Pires, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, pla-

nejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes CRC 2SP026236	Edison Ryu Ishikura Contador CRC 1SP200894/O-0
--	---

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Rio Grande da Serra

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Convênios e contratos a receber		2.231.300	2.231.300	Fornecedores		221.525	1.350.002
		2.231.300	2.231.300	Obrigações fiscais		50.453	50.453
				Obrigações sociais e trabalhistas		-	792
Não circulante				Outros passivos		984.311	984.311
Bloqueio judicial		195	195			1.256.289	2.385.558
		195	195	Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		975.206	(88.283)
				Superávits acumulados		-	(65.780)
						975.206	(154.063)
Total do ativo		2.231.495	2.231.495	Total do passivo e patrimônio líquido		2.231.495	2.231.495
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis							

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2020	2019		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
			(reapresentado)					
Despesas operacionais				Saldos em				
Contingências e despesas judiciais		-	(65.260)	31 de dezembro de 2018				
		-	(65.260)			25.790	(114.073)	(88.283)
Déficit antes do resultado financeiro		-	(65.260)	Déficit do exercício		-	(65.780)	(65.780)
				Incorporação ao patrimônio social		(114.073)	114.073	-
Receitas financeiras		-	-	Saldos em				
Despesas financeiras		-	(520)	31 de dezembro de 2019				
		-	(520)			(88.283)	(65.780)	(154.063)
Déficit do exercício		-	(65.780)	Ajuste do exercício anterior		1.129.269	-	1.129.269
				Incorporação ao patrimônio social		(65.780)	65.780	-
				Saldos em				
				31 de dezembro de 2020				
						975.206	-	975.206
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis				As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	-	(65.780)
Ajustes do exercício anterior	1.129.269	-
Variações nos ativos e passivos:		
Outros créditos	-	47.000
Bloqueio judicial	-	(195)
Fornecedores	(1.128.477)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	(792)	-
Outros passivos	-	18.936
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	-	(39)
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	-	(39)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	39
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	-	(39)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de

Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

**À Presidência da Fundação do ABC
Central de Convênios – Rio Grande da Serra**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Rio Grande da Serra, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Rio Grande da Serra, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Santo André Dislexia

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		-	88	Outros passivos		-	100
		-	88			-	100
Não circulante				Patrimônio líquido			
Bloqueio judicial		-	441.963	Patrimônio social		-	416.072
		-	441.963	Superávits acumulados		-	25.879
						-	441.951
Total do ativo		-	442.051	Total do passivo e patrimônio líquido		-	442.051

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2020	2019		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados
			(reapresentado)				Total
Despesas operacionais				Saldos em			
Prestadores de serviços de terceiros		-	(3.563)	31 de dezembro de 2018		1.589.268	(462.039)
Administrativas e gerais		-	(2)	Ajuste do exercício anterior		(711.157)	-
		-	(3.565)	Déficit do exercício		-	25.879
				Incorporação ao patrimônio social		(462.039)	462.039
Déficit antes do resultado financeiro		-	(3.565)	Saldos em			
Receitas financeiras		-	29.699	31 de dezembro de 2019		416.072	25.879
Despesas financeiras		-	(255)	Ajuste do exercício anterior		(441.951)	-
		-	29.444	Incorporação ao patrimônio social		25.879	(25.879)
Superávit do exercício		-	25.879	Saldos em			
				31 de dezembro de 2020		-	-

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
	2020	2019	(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício	-	25.879	
Ajustes do exercício anterior	(441.951)	(711.157)	
Variações nos ativos e passivos:			
Bloqueio judicial	441.963	22.664	
Outros passivos	(100)	100	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(88)	(662.514)	
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(88)	(662.514)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	88	662.602	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	88	
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(88)	(662.514)	

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de

Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

**À Presidência da Fundação do ABC
Central de Convênios – Santo André Dislexia**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Santo André Dislexia, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Santo André Dislexia, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, indivi-

dualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Santo André II

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanço Patrimonial							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	73.216	99.770	Fornecedores	7	29.749.254	45.056.041
Convênios e contratos a receber	5	6.882.414	31.929.829	Obrigações fiscais	8	1.057.679	1.890.518
Outros créditos		220.462	157.861	Obrigações sociais e trabalhistas	9	20.798.798	36.960.162
		7.176.092	32.187.460	Outros passivos	10	1.512.342	6.442.785
						53.118.073	90.349.506
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial	6	759.282	504.611	Provisão para contingências	11	-	5.036.153
		759.282	504.611			-	5.036.153
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(54.887.608)	(36.401.740)
				Superávits acumulados		9.704.909	(26.291.848)
						(45.182.699)	(62.693.588)
Total do ativo		7.935.374	32.692.071	Total do passivo e patrimônio líquido		7.935.374	32.692.071

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2020	2019		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados
			(reapresentado)				Total
Despesas operacionais				Saldos em			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	199.828.861	273.101.520	31 de dezembro de 2018		(22.703.862)	(9.724.512)
Outras receitas		-	9.931				
		199.828.861	273.111.451	Ajuste do exercício anterior		(3.973.366)	-
Despesas operacionais				Déficit do exercício		-	(26.291.848)
Com pessoal		(115.134.434)	(215.604.420)	Incorporação ao patrimônio social		(9.724.512)	9.724.512
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(8.961.669)	(9.971.470)				
Prestadores de serviços médicos	14	(38.475.462)	(34.006.778)	Saldos em			
Prestadores de serviços de terceiros	15	(21.964.624)	(31.242.483)	31 de dezembro de 2019		(36.401.740)	(26.291.848)
Administrativas e gerais	16	(2.241.926)	(5.400.769)				
Atividades acadêmicas		-	(172.462)	Ajuste do exercício anterior	12	7.805.980	-
Contingências e despesas judiciais		(184.602)	(2.328.351)	Superávit do exercício		-	9.704.909
Bens de terceiros	3 (e)	(3.162.578)	(673.180)	Incorporação ao patrimônio social		(26.291.848)	26.291.848
		(190.125.295)	(299.399.913)				
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		9.703.566	(26.288.462)	Saldos em			
				31 de dezembro de 2020		(54.887.608)	9.704.909
Receitas financeiras	17	17.138	15.524				
Despesas financeiras	17	(15.795)	(18.910)				
		1.343	(3.386)				
Superávit (déficit) do exercício		9.704.909	(26.291.848)				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	9.704.909	(26.291.848)
Ajustes do exercício anterior	7.805.980	(3.973.366)
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	(5.036.153)	2.428.938
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios e contratos a receber	25.047.415	16.912.735
Outros créditos	(62.601)	(157.861)
Bloqueio judicial	(254.671)	(504.611)
Fornecedores	(15.306.787)	5.259.553
Obrigações fiscais	(832.839)	272.148
Obrigações sociais e trabalhistas	(16.161.364)	6.267.990
Outros passivos	(4.930.443)	3.044.004
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(26.554)	3.257.682
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Amortização de empréstimos bancários	-	(4.570.661)
Caixa líquido aplicado nas atividades financeiras	-	(4.570.661)
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(26.554)	(1.312.979)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	99.770	1.412.749
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	73.216	99.770
Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(26.554)	(1.312.979)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 30.856.028 e R\$ 57.781.985 respectivamente.

(vi) Central de Convênios – Santo André II

Em 30 de junho de 2015 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 348/15-PJ entre a Prefeitura Municipal de Santo André, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de fomentar e apoiar tecnicamente a execução de atividades de prestação de serviços de saúde, em caráter complementar e integrado à Secretaria de Saúde, no âmbito da Rede de Saúde do Município, submetendo-se às diretrizes técnicas e políticas estabelecidas pelo Gestor do Sistema Único de Saúde, visando à garantia da atenção à saúde.

O prazo de vigência deste contrato de gestão é de cinco anos, contados a partir do dia 1 de julho de 2015.

Em 30 de dezembro de 2019, foi celebrado o 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 348/2015-PJ, Termo Aditivo nº 238/2019, apresentando o valor do Plano Operativo para a vigência do contrato de 1 de janeiro de 2020 a 30 de junho de 2020.

(vii) Central de Convênios – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes – Covid-19

Em 15 de julho de 2020, foi celebrado o 16º Termo Aditivo nº 65/2020 ao Contrato de Gestão nº 348/2015 entre a Prefeitura Municipal de Santo André, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC, tem por objeto a formação de parceria para o fomento e execução de atividades de prestação de serviço no âmbito da rede de saúde do município, sendo que através dele serão implantadas ações visando o enfrentamento da pandemia do COVID 19 no município. A FUABC atua de forma complementar na Rede de Assistencial do Município.

A Fundação atuou de forma complementar às ações de agendamento e regulação do sistema de Saúde, bem como à gestão administrativa e financeira, por meio da contratação de recursos humanos, serviços e aquisições de materiais e bens permanentes, visando ao pleno funcionamento das atividades.

Em Santo André, a administração municipal e a FUABC optaram pelo aproveitamento de infraestruturas existentes com as devidas adequações, visto não tratar-se de espaços construídos com o objetivo de atendimento hospitalar: Complexo esportivo Pedro Dell'Antonia, Estádio Municipal Bruno José Daniel, e Quadra poliesportiva da Universidade Federal do ABC.

O período de vigência do aditivo é de noventa dias, com início de custeio a partir de 17 de março de 2020, podendo ser prorrogado por mais 90 dias. Como não se sabe o comportamento da pandemia Coronavírus - COVID 19, novas aquisições e contratações ou ampliações de serviços podem ser necessárias, mediante a celebração de novos Termos Aditivos.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(g) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	-	164
Banco conta movimento	34	7
Aplicações financeiras	73.182	99.599
	73.216	99.770

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a

um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de Santo André.

6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – Santo André II.

7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

8 Obrigações fiscais

Descrição	2020	2019
COFINS retido de serviços a recolher	1.056.246	1.552.027
INSS retido de serviços a recolher	1.200	196.277
IRRF retido de serviços a recolher	210	61.258
ISS a recolher	23	80.956
	1.057.679	1.890.518

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	-	8.923.417
Rescisões a pagar	20.184	462.629
IRRF a recolher	20.778.614	24.578.405
FGTS a recolher	-	1.530.086
INSS sobre autônomos a recolher	-	928.150
Empréstimo consignado a pagar	-	408.184
Outros	-	129.291
	20.798.798	36.960.162

10 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

11 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2020.

Descrição	2020	2019
Trabalhista	-	2.412.767
Cível	-	2.623.386
	-	5.036.153

12 Ajustes do exercício anterior

Referem-se, substancialmente, a baixa dos valores de rateio administrativo a pagar dos meses de 2017 e 2019.

13 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020	2019
Medicamentos	1.704.631	3.426.187
Material médico hospitalar	7.241.390	6.401.593
Material de laboratório	392	3.669
Material de limpeza e higiene	380	10.556
Outros materiais	14.876	129.465
	8.961.669	9.971.470

14 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

15 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de limpeza hospitalar	6.487.406	10.085.121
Serviços de informática	2.096.224	3.872.600
Serviços de manutenção predial	14.941	-
Serviços de refeitório	1.450.178	38.714
Locação de veículos e equipamentos	236.478	73.060
Serviços de lavanderia hospitalar	2.323.508	2.178.232
Serviços de manutenção de equipamentos	1.453.938	2.563.848
Serviços administrativos	240.527	481.507
Serviços de motorista	3.552.650	5.484.186
Serviços de logística	3.088.618	4.983.369
Serviços de portaria	1.012.412	1.442.243
Outros serviços	7.744	39.603
	21.964.624	31.242.483

16 Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Gêneros alimentícios	-	4.639
Material de conservação e reparo	41.568	108.145
Material de consumo administrativo	49.406	108.737
Utilidade pública (água, luz, telefone)	74.234	94.215
Seguros patrimoniais	274	27.895
Outras despesas	2.076.444	5.057.137
	2.241.926	5.400.768

17 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	17.138	15.524
	17.138	15.524
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(15.762)	(18.395)
Juros financeiros	(33)	(515)
	(15.795)	(18.910)

18 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Santo André II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC Central de Convênios – Santo André II

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Santo André II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Santo André II, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Respon-

bilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis

representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes	Edison Ryu Ishikura
CRC 2SP026236	Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Santo André

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		20	10	Fornecedores		4.898.218	5.034.718
Convênios e contratos a receber		25.717.623	25.717.623	Obrigações fiscais		692.532	692.532
		25.717.643	25.717.633	Obrigações sociais e trabalhistas		63.938.123	63.938.123
				Outros passivos		424.629	424.629
						69.953.502	70.090.002
Não circulante				Patrimônio líquido			
Bloqueio judicial		195	195	Patrimônio social		(44.235.664)	(44.371.844)
		195	195	Superávits acumulados		-	(330)
						(44.235.664)	(44.372.174)
Total do ativo		25.717.838	25.717.828	Total do passivo e patrimônio líquido		25.717.838	25.717.828

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2020	2019		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados
			(reapresentado)				Total
Despesas operacionais				Saldos em			
Administrativas e gerais		-	(339)	31 de dezembro de 2018		(15.084.534)	(758) (15.085.292)
		-	(339)	Ajuste do exercício anterior		(29.286.552)	- (29.286.552)
Déficit antes do resultado financeiro		-	(339)	Déficit do exercício		-	(330) (330)
				Incorporação ao patrimônio social		(758)	758 -
Receitas financeiras		-	9	Saldos em			
Despesas financeiras		-	-	31 de dezembro de 2019		(44.371.844)	(330) (44.372.174)
		-	9	Ajuste do exercício anterior		136.510	- 136.510
				Incorporação ao patrimônio social		(330)	330 -
Déficit do exercício		-	(330)	Saldos em			
				31 de dezembro de 2020		(44.235.664)	- (44.235.664)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	-	(330)
Ajustes do exercício anterior	136.510	(29.286.552)
Variações nos ativos e passivos:		
Fornecedores	(136.500)	(6.650)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	31.295.062
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	10	2.001.530
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Baixa de empréstimos bancários	-	(2.001.860)
Caixa líquido aplicado nas atividades financeiras	-	(2.001.860)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	10	(330)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	340
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20	10
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	10	(330)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de

Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

**À Presidência da Fundação do ABC
Central de Convênios – Santo André**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Santo André, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Santo André, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser de

correntes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. São Bernardo do Campo

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.710.315	1.292.492	Fornecedores		1.770.700	8.611.368
Outros créditos		204.147	181.702	Obrigações fiscais		661.912	692.498
		19.914.462	1.474.194	Obrigações sociais e trabalhistas	6	23.328.580	20.361.095
				Provisões de férias	7	30.758.456	-
Não circulante				Outros passivos	8	1.686.765	1.245.701
Bloqueio judicial	5	3.916.175	3.464.223			58.206.413	30.910.662
		3.916.175	3.464.223	Não circulante			
				Provisão para contingências	9	8.471.711	3.290.832
						8.471.711	3.290.832
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(59.686.025)	896.034
				Superávits acumulados		16.838.538	(30.159.111)
						(42.847.487)	(29.263.077)
Total do ativo		23.830.637	4.938.417	Total do passivo e patrimônio líquido		23.830.637	4.938.417

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado

	Nota	2020	2019
			(reapresentado)
Receitas operacionais			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	438.319.452	326.140.078
Repasse público - COVID-19	1 (vii)	6.249.699	0
Outras receitas		10.933	1
		444.580.084	326.140.079
Despesas operacionais			
Com pessoal		(312.979.912)	(274.337.459)
Medicamentos e insumos hospitalares	11	(1.984.506)	(634.402)
Prestadores de serviços médicos	12	(55.753.454)	(33.696.006)
Prestadores de serviços de terceiros	13	(40.845.821)	(35.452.644)
Administrativas e gerais	14	(7.396.300)	(6.575.056)
Atividades acadêmicas		(1.463.797)	(3.099.890)
Contingências e despesas judiciais		(7.282.475)	(2.768.988)
Bens de terceiros	3 (e)	(90.646)	(38.290)
		(427.796.911)	(356.602.735)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		16.783.173	(30.462.656)
Receitas financeiras	15	81.786	334.561
Despesas financeiras	15	(26.421)	(31.016)
		55.365	303.545
Superávit (déficit) do exercício		16.838.538	(30.159.111)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2018		(15.625.637)	18.111.056	2.485.419
Ajuste do exercício anterior		(1.589.385)	-	(1.589.385)
Déficit do exercício		-	(30.159.111)	(30.159.111)
Incorporação ao patrimônio social		18.111.056	(18.111.056)	-
SalDOS em 31 de dezembro de 2019		896.034	(30.159.111)	29.263.077
Ajuste do exercício anterior	10	(30.422.948)	-	(30.422.948)
Superávit do exercício		-	16.838.538	16.838.538
Incorporação ao patrimônio social			(30.159.111)	30.159.111
SalDOS em 31 de dezembro de 2020		(59.686.025)	16.838.538	(42.847.487)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	16.838.538	(30.159.111)
Ajustes do exercício anterior	(30.422.948)	(1.589.385)
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	5.180.879	1.095.568
Variações nos ativos e passivos:		
Convênios e contratos a receber	-	29.069.143
Outros créditos	(22.445)	(165.171)
Bloqueio judicial	(451.952)	(173.692)
Fornecedores	(6.840.668)	(1.938.508)
Obrigações fiscais	(30.586)	171.763
Obrigações sociais e trabalhistas	2.967.485	2.985.697
Provisões de férias	30.758.456	-
Outros passivos	441.064	503.017
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	18.417.823	(200.679)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	18.417.823	(200.679)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.292.492	1.493.171
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.710.315	1.292.492
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	18.417.823	(200.679)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 83.878.616 e R\$ 73.522.439 respectivamente.

(vi) Central de Convênios – São Bernardo do Campo

Em 28 de dezembro de 2018 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 002/2018 entre a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, por intermédio da Secretaria de Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de conjugação de esforços, considerados os objetivos comuns, no desenvolvimento de ações de saúde, no âmbito da rede saúde do município de São Bernardo do Campo.

O prazo de vigência deste convênio é de doze meses, contados a partir do dia 1 de janeiro de 2019, podendo ser prorrogado por mais quatro períodos iguais e sucessivos, até o limite de sessenta meses.

Em 2019 foi celebrado o Segundo Termo de Aditamento nº 005/2019 ao Contrato de Gestão SS nº 002/2018, com objetivo de alterar as metas constantes do Plano de Trabalho da Atenção Básica e Gestão do Cuidado (SS-1); Atenção Especializada (SS-2); Atenção Hospitalar de Urgência e Emergência (SS-3); Atenção à Proteção à Saúde e Vigilâncias (SS-4); Apoio à

Gestão do SUS (SS-5) e Apoio Gerencial (SS-6), e, Exclusão do Plano de Trabalho da Atenção Especializada - Capacitação de Saúde Mental (SS-2).

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demons-

trações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(d) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Banco conta movimento	741	146
Aplicações financeiras	19.709.574	1.292.346
	19.710.315	1.292.492

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – São Bernardo do Campo.

6 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	14.813.983	13.128.793
Rescisões a pagar	49.043	113.825
IRRF a recolher	3.475.710	2.735.328
FGTS a recolher	2.435.438	2.135.121
INSS sobre autônomos a recolher	1.620.787	1.451.762
Empréstimo consignado a pagar	818.007	757.115
Outros	115.612	39.151
	23.328.580	20.361.095

7 Provisões de férias

Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos.

8 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

9 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para

cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	8.413.733	2.985.612
Cível	57.978	305.220
	8.471.711	3.290.832

10 Ajustes do exercício anterior

Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente, dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

11 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2020	2019
Medicamentos	77.529	169.984
Material médico hospitalar	1.316.254	199.808
Material de laboratório	17.439	3.932
Dieta enteral e parenteral	-	5.297
Material de limpeza e higiene	148.306	6.178
Outros materiais	424.978	249.204
	1.984.506	634.403

12 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

13 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de limpeza hospitalar	19.084.256	17.401.002
Serviços de informática	327.830	74.600
Serviços de vigilância	12.328.601	10.280.759
Serviços de manutenção predial	4.023.901	3.535.038
Serviços de refeitório	8.410	3.677
Locação de veículos e equipamentos	664.958	363.299
Serviços de manutenção de equipamentos	2.523.695	1.858.416
Serviços administrativos	1.057.033	1.146.562
Serviços de motorista	289.446	270.304
Serviços de portaria	153.277	146.523
Outros serviços	384.414	372.464
	40.845.821	35.452.644

14 Administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Gêneros alimentícios	22.928	12.645
Material de conservação e reparo	389.487	349.369
Material de consumo administrativo	1.199.388	179.893
Utilidade pública (água, luz, telefone)	529.213	452.541
Seguros patrimoniais	14.910	22.241
Outras despesas	5.240.374	5.558.367
	7.396.300	6.575.056

15 Resultado financeiro

	2020	2019
Rendimento de aplicações financeiras	81.786	334.561
	81.786	334.561
Tarifas e serviços bancários	(26.421)	(30.931)
Juros financeiros	-	(85)
	(26.421)	(31.016)

16 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – São Bernardo do Campo não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020.

Atenção Básica			
	Contratado	Realizado	%
Atendimento Médico	424.000	392.472	(7,44)
Atendimento Endermagem	391.750	268.951	(31,35)
Atendimento Dentista	410.400	98.232	(76,06)
Visita ACS - (Média/Dia)	743.850	458.989	(38,30)
Total	1.970.000	1.218.644	(38,14)
Urgência e Emergência			
	Contratado	Realizado	%
Utilização de Classificação de Risco em Pacientes atendidos em UPA	527.184	554.931	5,26
Manutenção da Cobertura da Escala médica de UPA 24H	28.124	30.967	10,11
Manutenção da Cobertura da Escala Médica do SAMU 192	4.131	4.365	5,66
Total	559.439	590.263	5,51
Vigilância em Saúde			
	Contratado	Realizado	%
Realização de exames/análises para programa pró-agua, tuberculose, sífilis em gestante (VDRL) Arobiroses (teste para Dengue, Chikungunya e Zika)	26.760	43.608	62,96
Elaboração de Informes Técnicos e Boletins epidemiológicos com disseminação nas diversas áreas da SS	12	39	225,00
Animais vacinados na Campanha Antirrábica	35.000	4.920	(85,94)
Feira de adoção de cães e gatos	12	3	(75,00)
Total	61.784	48.570	(21,39)
Apoio Gerencial			
	Contratado	Realizado	%
Produção de relatório Mensal	12	12	-
Exames de Análises Clínicas	3.300.000	2.641.597	(19,95)
Total	3.300.012	2.641.609	(19,95)
Atenção Especializada			
	Contratado	Realizado	%
Acolhimento diurno de pacientes em centro de atenção psicossocial	17.220	9.308	(45,95)
Aendimento em grupo de paciente em centro de atenção psicossocial	27.528	14.102	(48,77)
Atendimento Familiar em centro de atenção psicossocial	5.232	4.625	(11,60)
Atendimento fisioterapêutico nas alterações motoras	18.000	7.604	(57,76)
Atendimento individual de paciente em centro de atenção psicossocial	64.116	54.046	(15,71)
Atendimento/acompanhamento de paciente em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor	6.000	2.806	(53,23)
Realização de exames de ultrassonografia			#DIV/0!
Consulta de profissionais de nível (exceto médico)	83.844	42.269	(49,59)
Consulta médica	162.756	92.612	(43,10)
Total	384.696	227.372	(40,90)

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

À Presidência da Fundação do ABC Central de Convênios – São Bernardo do Campo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – São Bernardo do Campo, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – São Bernardo do Campo, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude

<p>pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.</p>		<p>representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.</p>	
<p>• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.</p>		<p>Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p>	
<p>• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.</p>		<p>Santo André, 26 de abril de 2021.</p>	
<p>• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.</p>		<div>Unity Auditores Independentes CRC 2SP026236</div> <div>Edison Ryu Ishikura Contador CRC 1SP200894/O-0</div>	
<p>• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis</p>		<div>Relatório do conselho fiscal</div> <p>Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.</p>	

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. São Caetano do Sul

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	567.704	290.781	Fornecedores		31.180	19.810
Convênios e contratos a receber	5	707.694	442.590	Obrigações fiscais		20.848	-
Outros créditos		1.086	1.020	Obrigações sociais e trabalhistas	7	403.811	340.765
		1.276.484	734.391	Provisões de férias	8	495.260	-
Não circulante				Outros passivos	9	343.259	198.153
Bloqueio judicial	6	1.156.615	1.091.644			1.294.358	558.728
		1.156.615	1.091.644	Não circulante			
				Provisão para contingências	10	123.827	231.726
						123.827	231.726
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		495.409	1.087.907
				Superávits acumulados		519.505	(52.326)
						1.014.914	1.035.581
Total do ativo		2.433.099	1.826.035	Total do passivo e patrimônio líquido		2.433.099	1.826.035

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2020	2019		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados
			(reapresentado)				Total
Despesas operacionais				Saldos em			
Convênios público - Municipal	1 (vi)	7.446.289	5.344.244	31 de dezembro de 2018		1.389.646	(301.739)
		7.446.289	5.344.244				
Despesas operacionais				Déficit do exercício		-	(52.326)
Com pessoal		(5.377.443)	(4.654.806)	Incorporação ao patrimônio social	(301.739)	301.739	-
Prestadores de serviços de terceiros	12	(827.179)	-				
Administrativas e gerais		(486.343)	(210.168)	Saldos em			
Atividades acadêmicas		(346.365)	(293.078)	31 de dezembro de 2019		1.087.907	(52.326)
Contingências e despesas judiciais		107.719	(242.537)				
		(6.929.611)	(5.400.589)	Ajuste do exercício anterior	11	(540.172)	-
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		516.678	(56.345)	Superávit do exercício		-	519.505
Receitas financeiras	13	10.594	10.566	Incorporação ao patrimônio social	(52.326)	52.326	-
Despesas financeiras	13	(7.767)	(6.547)				
		2.827	4.019	Saldos em			
Superávit (déficit) do exercício		519.505	(52.326)	31 de dezembro de 2020		495.409	519.505

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
	2020	2019	(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit (déficit) do exercício	519.505	(52.326)	
Ajustes do exercício anterior	(540.172)	-	
Ajustes para conciliar o resultado			
Provisões para contingências	(107.899)	231.726	
	519.505	(52.326)	
Variações nos ativos e passivos:			
Convênios e contratos a receber	(265.104)	70.318	
Outros créditos	(66)	(39)	
Bloqueio judicial	(64.971)	(34.972)	
Fornecedores	11.370	(17.135)	
Obrigações fiscais	20.848	-	
Obrigações sociais e trabalhistas	63.046	11.799	
Provisões de férias	495.260	-	
Outros passivos	145.106	72.840	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	276.923	282.211	
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	276.923	282.211	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	290.781	8.570	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	567.704	290.781	
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	276.923	282.211	

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 1.441.155 e R\$ 1.247.488 respectivamente.

(vi) Central de Convênios – São Caetano do Sul

Em 31 de janeiro de 2020 foi celebrado o Convênio nº 01/2020 – Processo nº 24/2020 entre a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de estabelecer programa de assistência aos dependentes químicos e portadores de outros transtornos mentais de forma eficaz e humanizada, oferecendo o primeiro atendimento, acompanhamento e tratamento psicossocial adequado e preservando a equipe de profissionais compatíveis com as necessidades do programa para implantação e manutenção em regime de colaboração entre os partícipes, de um programa de Cooperação Técnica e Desenvolvimento Docente-Assistencial na área de saúde.

O prazo de vigência deste convênio é de doze meses, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o dispositivo do artigo 57 da Lei Federal nº 8666/93.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(e) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Banco conta movimento	131.536	68
Aplicações financeiras	436.168	290.713
	567.704	290.781

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – São Caetano do Sul.

7 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	249.427	217.410
IRRF a recolher	71.203	58.221
FGTS a recolher	41.740	34.553
INSS sobre autônomos a recolher	32.449	24.811
Empréstimo consignado a pagar	8.035	5.770
Outros	957	-
	403.811	340.765

8 Provisões de férias

Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos.

9 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

10 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do

curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2020	2019
Trabalhista	123.827	231.726
	123.827	231.726

11 Ajustes do exercício anterior

Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente, dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

12 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2020	2019
Serviços de limpeza hospitalar	198.679	-
Serviços administrativos	5.030	-
Serviços de portaria	623.470	-
	827.179	-

13 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	10.594	10.566
	10.594	10.566
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(7.727)	(6.519)
Juros financeiros	(40)	(28)
	(7.767)	(6.547)

14 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – São Caetano do Sul não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**À Presidência da Fundação do ABC
Central de Convênios – São Caetano do Sul**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – São Caetano do Sul, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – São Caetano do Sul, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos

relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude

pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial					
Ativo	Nota	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	235.634	Fornecedores		10.891
Convênios e contratos a receber	5	158.445	Obrigações sociais e trabalhistas	7	97.571
		394.079	Provisões de férias		42.916
			Outros passivos	8	184.749
Não circulante					336.127
Bloqueio judicial	6	158.988	Patrimônio líquido		
		158.988	Superávits acumulados		216.940
					216.940
Total do ativo		553.067	Total do passivo e patrimônio líquido		553.067

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	Nota	2020			2020
Receitas operacionais			Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Parceria público - Municipal	1 (vi)	792.225	Superávit do período		216.940
		792.225	Variações nos ativos e passivos:		
Despesas operacionais			Convênios e contratos a receber		(158.445)
Com pessoal		(527.146)	Bloqueio judicial		(158.988)
Administrativas e gerais		(47.617)	Fornecedores		10.891
		(574.763)	Obrigações sociais e trabalhistas		97.571
Superávit antes do resultado financeiro		217.462	Provisões de férias		42.916
Receitas financeiras	10	472	Outros passivos		184.749
Despesas financeiras	10	(994)			
		(522)	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		235.634
Superávit do período		216.940	Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa		235.634

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total		
Superávit do período	-	-	216.940	216.940	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Saldos em					Caixa e equivalentes de caixa no final do período	235.634
31 de dezembro de 2020	-	-	216.940	216.940	Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	235.634

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional**(i) Objetivo social**

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8%

de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de agosto a dezembro de 2020 no montante de R\$ 141.275.

(vi) Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS)
Em 31 de julho de 2020 foi celebrado o Termo de Colaboração nº 113/2020 entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC com o objetivo de cooperação técnica e financeira para a operacionalização de serviços junto aos equipamentos municipais de responsabilidade da Secretaria de Cidadania e Assistência Social.

O Plano de Trabalho contempla no fornecimento de Equipe multiprofissional para:

- realização de trabalho social com famílias;
- acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de risco social, dos mais diversos;
- acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socio-educativas em meio aberto, sendo Liberdade Assistida ou Prestação de Serviço a Comunidade;
- acompanhamento mulheres, idosos e pessoas com deficiência em situação de violência ou outras situações de vulnerabilidade;
- acompanhamento de pessoas em situação de rua.

O prazo de vigência desta parceria é de doze meses, podendo ser aditado, pelo período máximo de sessenta meses.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis
Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do

reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(c) Contas a receber

Refere-se ao valor de repasse a receber da parceria de operacionalização de serviços prestados junto aos equipamentos municipais de responsabilidade da Secretaria de Cidadania.

(c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(f) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020
Banco conta movimento	35
Aplicações financeiras	235.599
	235.634

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Contas a receber

Refere-se ao repasse a receber de recursos financeiros de parceria firmado com a Prefeitura Municipal de Santo André, por meio do Termo de Colaboração nº 113/2020.

6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame da Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS).

7 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020
Salários a pagar	76.873
IRRF a recolher	3.130
FGTS a recolher	8.478
INSS sobre autônomos a recolher	9.090
	97.571

8 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

9 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2020.

10 Resultado financeiro

	2020
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	472
	472
Despesas financeiras	
Tarifas e serviços bancários	(994)
	(994)

11 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS) não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC
Central de Convênios – Secretaria de Cidadania e
Assistência Social de Santo André (SCAS)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS), as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 31 de julho de 2020 a 31 de dezembro de 2020, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS), em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 31 de julho de 2020 a 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no

exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.

FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – Secretaria de Educação do Município de Santo André

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (em reais)

Balanco Patrimonial							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
			(reapresentado)				(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	359.321	922.200	Fornecedores		15.093	35.049
Outros créditos		38	-	Obrigações sociais e trabalhistas	6	424.729	827.640
		359.359	922.200	Provisões de férias	7	108.500	-
				Outros passivos	8	51.538	241.966
						599.860	1.104.655
Não circulante				Não circulante			
Bloqueio judicial	5	1.246	254.112	Provisão para contingências	9	104.209	126.168
		1.246	254.112			104.209	126.168
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		(67.131)	59.397
				Superávits acumulados		(172.124)	12.260
						(239.255)	71.657
Total do ativo		360.605	1.176.312	Total do passivo e patrimônio líquido		360.605	1.176.312

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2020	2019		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados
			(reapresentado)				Total
Receitas operacionais				Saldos em			
Parceria público - Municipal	1 (vi)	1.958.714	3.181.059	31 de dezembro de 2018		-	59.397
		1.958.714	3.181.059				59.397
Despesas operacionais				Superávit do exercício		-	12.260
Com pessoal		(1.982.645)	(2.943.733)	Incorporação ao patrimônio social	59.397	(59.397)	-
Prestadores de serviços de terceiros		(5.031)	(1.800)				
Administrativas e gerais		(149.944)	(226.196)	Saldos em			
Bens de terceiros		-	(23.924)	31 de dezembro de 2019		59.397	12.260
		(2.137.620)	(3.195.653)				71.657
Déficit antes do resultado financeiro		(178.906)	(14.594)	Ajuste do exercício anterior	10	(138.788)	-
				Déficit do exercício		-	(172.124)
Receitas financeiras	11	10.266	30.938	Incorporação ao patrimônio social	12.260	(12.260)	-
Despesas financeiras	11	(3.484)	(4.084)				
		6.782	26.854	Saldos em			
Superávit (déficit) do exercício		(172.124)	12.260	31 de dezembro de 2020		(67.131)	(172.124)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2020	2019
		(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(172.124)	12.260
Ajustes do exercício anterior	(138.788)	-
Variações nos ativos e passivos:		
Outros créditos	(38)	751.321
Bloqueio judicial	252.866	(254.112)
Fornecedores	(19.956)	4.776
Obrigações sociais e trabalhistas	(402.911)	197.797
Provisões de férias	108.500	-
Outros passivos	(190.428)	209.939
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(562.879)	921.981
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(562.879)	921.981
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	922.200	219
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	359.321	22.200
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(562.879)	921.981

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

(i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2020 e 2019, o montante de R\$ 531.349 e R\$ 788.920 respectivamente.

(vi) Central de Convênios – Secretaria de Educação do Município de Santo André

Em 5 de abril de 2018 foi celebrado o Termo de Colaboração nº 002/2018 entre a Prefeitura de Santo André, por intermédio da Secretaria da Educação e a Fundação do ABC, com o objeto o Gerenciamento, operacionalização, formação e execução de ações complementares na Rede Municipal de Ensino, junto ao Centro de Atendimento Educacional Multidisciplinar (CAEM), Pólo Bilingue, NANASA, unidades escolares e equipamentos municipais, devendo sempre ser considerada a concepção educacional da rede, na perspectiva da Educação Inclusiva.

Os trabalhos são realizados por equipe multidisciplinar, conforme solicitações e/ou encaminhamentos realizados pelas escolas municipais ou pela equipe que compõem a Gerência de Educação Inclusiva, as quais seguem:

a) Oferecer apoio técnico no atendimento educacional especializado (AEE) e nas salas regulares;

b) Realizar avaliação diagnóstica aos alunos que apresentam baixo rendimento escolar e/ou questões comportamentais que possam prejudicar o desenvolvimento da aprendizagem e desenvolvimento global;

c) Realizar atendimento terapêutico aos alunos diagnosticados com transtornos funcionais específicos e, também aos alunos da educação infantil e do primeiro ciclo do ensino fundamental I que apresentam características de algum atraso no desenvolvimento, porém não possuem diagnóstico;

d) Promover o ensino da língua brasileira de sinais - Libras aos alunos com surdez na sala bilingue e no atendimento educacional especializado (AEE) e proporcionar a interpretação da referida língua, mediando a interlocução entre alunos surdos e ouvintes em diversos contextos da rotina escolar e demais espaços;

e) Promover formações aos profissionais da rede, bem como aos familiares/responsáveis, a fim de qualificar o trabalho desenvolvido junto aos alunos com deficiência ou com transtornos funcionais específicos matriculados na rede municipal.

O prazo de vigência deste convênio é de um ano, admitida prorrogação do prazo de vigência pelo período não superior aos cinco anos.

Durante o exercício de 2020, os repasses financeiros foram menores em decorrência da pandemia de covid 19.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos

do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

(g) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

(h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2020	2019
Banco conta movimento	346	119
Aplicações financeiras	358.975	922.081
	359.321	922.200

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios na Secretaria de Educação do Município de Santo André.

6 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	86.324	96.962
Rescisões a pagar	8.185	178.491
IRRF a recolher	31.301	35.387
FGTS a recolher	279.519	383.764
INSS sobre autônomos a recolher	18.041	16.909
Férias a pagar	-	111.250

Empréstimo consignado a pagar	1.358	1.358
Outros	-	3.519
	424.728	827.640

7 Provisões de férias

Em dezembro de 2020, a administração registrou o valor da provisão de férias e seus encargos.

8 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

9 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2020.

10 Ajustes do exercício anterior

Referem-se aos valores de provisão de férias e de seus encargos incidente, dos períodos anteriores que não haviam sido contabilizados.

11 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	10.266	30.938
	10.266	30.938
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(3.479)	(4.078)
Juros financeiros	(5)	(6)
	(3.484)	(4.084)

12 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Secretaria de Educação do Município de Santo Andrés não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020.

Dra. Adriana Berringer Stephan
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À Presidência da Fundação do ABC
Central de Convênios – Secretaria de Educação do Município de Santo André

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Secretaria de Educação do Município de Santo André, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Secretaria de Educação do Município de Santo André, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e

cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram apenas o relatório de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Fundação do ABC (FUABC), com ressalvas, datada de 20 de abril de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 26 de abril de 2021.

Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 29 de Abril de 2021. MARISTELA BAQUINI. Prefeitura de Santo André. ROBSON TADEU DE ALMEIDA. Prefeitura de São Bernardo do Campo. ANE GRAZIELE PLONKOSKI. Prefeitura de São Caetano do Sul.